



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

CARLA PATRICIA DIAS ROCHA

***SUORE DELLA CARITÀ:*
ATUAÇÃO DA CONGREGAÇÃO RELIGIOSA FEMININA NOSSA SENHORA
MENINA NO AMAPÁ E O COLÉGIO SANTA BARTOLOMEA CAPITANIO (1961 –
1980)**

**MACAPÁ-AP
2024**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

CARLA PATRICIA DIAS ROCHA

SUORE DELLA CARITÀ:

**ATUAÇÃO DA CONGREGAÇÃO RELIGIOSA FEMININA NOSSA SENHORA
MENINA NO AMAPÁ E O COLÉGIO SANTA BARTOLOMEA CAPITANIO (1961 –
1980)**

Dissertação apresentada como requisito obrigatório para qualificação
no Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGH – UNIFAP)
da Universidade Federal do Amapá.

Linha de Pesquisa: Poder, Memórias e Representações.

Orientadora: Prof.^a Dra. Fernanda Cristina da Encarnação dos Santos.

MACAPÁ-AP

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central/UNIFAP-Macapá-AP
Elaborado por Cristina Fernandes – CRB-2 / 1569

R672s Rocha, Carla Patricia Dias.

Suore Della Carità: atuação da congregação religiosa feminina Nossa Senhora Menina no Amapá e o colégio Santa Bartolomea Capitanio (1961 – 1980) / Carla Patricia Dias Rocha. - Macapá, 2024.

1 recurso eletrônico. 105 folhas.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Amapá, Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História, Macapá, 2024.

Orientadora: Prof.^a Dra. Fernanda Cristina da Encarnação dos Santos.

Coorientador: .

Modo de acesso: World Wide Web.

Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).

1. Congregação Nossa Senhora Menina. 2. Educação. 3. Amapá. I. Santos, Fernanda Cristina da Encarnação dos, orientadora. II. Universidade Federal do Amapá. III. Título.

CDD 23. ed. – 370.981

CARLA PATRICIA DIAS ROCHA

SUORE DELLA CARITÀ:

**ATUAÇÃO DA CONGREGAÇÃO RELIGIOSA FEMININA NOSSA SENHORA
MENINA NO AMAPÁ E O COLÉGIO SANTA BARTOLOMEA CAPITANIO (1961 –
1980)**

**DISSERTAÇÃO APRESENTADA PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM
HISTÓRIA**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH/UNIFAP

Aprovada em: ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

(Presidente e Orientadora)

Prof.^a Dra. Fernanda Cristina da Encarnação dos Santos (PPGH – Unifap)

2º Examinador Interno

Prof. Dr. Marcos Vinícius de Freitas Reis (PPGH - Unifap)

3º Examinador Externo

Prof. Dr. Carlos André Silva de Castro (UPE)

Às Irmãs Nossa Senhora Menina pela contribuição
no campo da educação na Amazônia e, em especial
no Amapá, com a fundação do Colégio Santa
Bartolomea Capitanio.

AGRADECIMENTOS

Finalizar esta pesquisa me fez lembrar todo o percurso que trilhei até o momento, tenho muita gratidão por tudo que vivi e pelo conhecimento adquirido durante o mestrado. Aproveito para expressar minha felicidade em poder “narrar a história” deste objeto que tanto me fascinou e me instigou desde a graduação.

Assim, agradeço primeiramente à Deus que me deu a oportunidade, força de vontade, perseverança e coragem para superar todos os desafios dessa jornada.

À minha família pelo auxílio e apoio em cada momento de dificuldades.

Aos meus filhos Flávio Enrique e Adriane Stefanny pelo carinho e companheirismo.

Em especial à minha orientadora Fernanda Cristina, pela dedicação, confiança, amizade, pelos ensinamentos e pelo constante incentivo nos momentos mais difíceis dessa trajetória.

Aos meus professores do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) pela dedicação, compromisso e incentivo a pesquisa.

Aos colegas da turma PPGH – UNIFAP (2022) pelos momentos de debates, trocas de experiências e por nossos inesquecíveis cafés.

Ao meu sobrinho Hugo Matheus pelo incentivo e por nossas conversas instigantes.

Ao meu amigo Luciano Lisboa (PPGH-UNIFAP) pela parceria nas pesquisas.

Aos membros da banca pelas orientações e pelo direcionamento mais acertados na pesquisa.

Aos locais de visita e coleta de dados: Cúria Diocesana de Macapá, Seminário São José de Macapá, Carmelo Santa Terezinha, Biblioteca Pública Profª. Elcy Lacerda e Colégio Santa Bartolomea Capitanio.

Às Irmãs Nossa Senhora Menina (Maria José Aires dos Santos e Etel Maria Pereira da Costa) e ao diretor do Colégio Santa Bartolomea Capitanio, Giovanni Romelli pelas informações valiosas para a construção da pesquisa.

Agradeço, por fim, a todos que me apoiaram durante a realização deste trabalho.

A diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita.

Tudo o que o homem diz ou escreve, tudo o que constrói, tudo o que toca, pode e deve fornecer informações sobre eles.

Marc Bloch

RESUMO

Esta pesquisa tem por finalidade fazer um estudo sobre a Congregação Religiosa Feminina Nossa Senhora Menina, que veio para o Amapá com o intuito de atuar nos campos da educação e da saúde, áreas de interesse da Igreja Católica nesta região. Todavia, é dentro do campo educacional que o objeto de estudo será analisado, visto que as Irmãs Nossa Senhora Menina tiveram uma importante contribuição no processo educacional no Amapá com a fundação do Colégio Santa Bartolomea Capitanio. Na história da educação no Brasil, as congregações religiosas desempenharam um importante papel na formação da sociedade brasileira, em especial na Amazônia com o advento da República. Portanto, a pesquisa tem como principal foco o movimento e a contribuição que a Congregação Religiosa Nossa Senhora Menina realizou especialmente no campo da educação no Território Federal do Amapá. No entanto, apesar de ela atuar nas escolas paroquiais e também nas escolas públicas, é o Colégio Santa Bartolomea Capitanio, fundado pela congregação, que será o alvo (também) da nossa pesquisa, com intuito de apurar a filosofia e as práticas educacionais oferecidas por essa instituição de ensino. Nosso estudo tem como metodologia a análise dos registros do *Livro do Tombo*, artigos dos jornais: *A Voz Católica* e *Jornal Amapá*, a fim de investigarmos a atuação das religiosas cenário educacional. Partindo das reflexões de Jatahy Pesavento a respeito da História Cultural que possibilita ao pesquisador utilizar novas fontes históricas, que a pesquisa recorrerá também ao método da História Oral.

Palavras-chave: Congregação Nossa Senhora Menina; Colégio Santa Bartolomea Capitanio; Amapá; Educação; Igreja Católica.

ABSTRACT

The purpose of this research is to study the feminine Religious Congregation Nossa Senhora Menina which came to Amapá with the intention of working in the fields of education and health and which were areas of interest to the Catholic Church in this region. However, it is within the educational field that the object of study will be analyzed, since the Sisters Nossa Senhora Menina made an important contribution to the educational process in Amapá with the founding of College Santa Bartolomea Capitanio. In the History of Education in Brazil, religious congregations played an important role in the formation of Brazilian society, especially in the Amazon with the advent of the Republic. Therefore, the research focuses mainly on the movement and contribution that the Religious Congregation Nossa Senhora Menina made especially in the field of education in the Federal Territory of Amapá. However, although the congregation operates in parochial schools and also in public schools, it is the College Santa Bartolomea Capitanio founded by this congregation that will be the target (also) of the analyzes of this study, with the aim of investigating the philosophy and educational practices offered. By this educational institution. Our study uses as its methodology the analysis of records of the records of the *Livro do Tombo*, articles from the newspapers: *A Voz Católica* and *Jornal Amapá*, in order to investigate the role of the nuns in the educational scenario. Starting from Jatahyb Pesavento's reflections on Cultural History that allows the researcher to use new historical sources, the research will also resort to the method of history,

Keywords: Congregation Nossa Senhora Menina; College Santa Bartolomea Capitanio; Amapá; Education; Catholic Church.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Irmã da Congregação Religiosa Feminina Nossa Senhora Menina e alunas do Ginásio Santa Bartolomea Capitânio (hoje Colégio Santa Bartolomea Capitânio).....	23
Figura 2- Estado do Amapá – Mapa político-administrativo	24
Figura 3- Ir. Rosa Coran, 1ª Superiora da Comunidade à direita, e Ir. Anna Maria Maltese à esquerda, 1ª Diretora do Colégio Santa Bartolomea Capitânio com o grupo de alunas de turmas diversificadas	48
Figura 4- Padres Camilianos e Irmãs da Congregação Religiosa Nossa Senhora Menina, principais colaboradoras do projeto sanitário de Marcello Cândia, Hospital Escola São Camilo e São Luís - Macapá	54
Figura 5- Prédio do Ginásio Santa Bartolomea Capitânio em madeira, em 1961.....	71
Figura 6- 1ª turma de alunas do Curso Normal Regional do Ginásio Santa Bartolomea Capitânio.....	73
Figura 7- Umas das primeiras turmas do ensino primário do Ginásio Santa Bartolomea Capitânio.....	79
Figura 8- O Ginásio Santa Bartolomea Capitânio forma suas primeiras classes mistas de alunos	87
Figura 9- No ano de 1980 passou a denominar-se Escola de 1º Grau Santa Bartolomea Capitânio.....	92
Figura 10- Prédio da Pré-Escola construído por Marcello Cândia e entregue à Congregação Nossa Senhora Menina	93

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Distribuição dos Padres a 1º de janeiro de 1959	42
Quadro 2- Principais Paróquias erigidas no Território Federal do Amapá nas décadas de 50 e 60 do século XX	43
Quadro 3- Comunidade das Irmãs de Nossa Senhora Menina do Hospital Escola São Camilo e São Luis em Macapá. A comunidade foi iniciada no Generalado de Madre Angelamaria Campanile, durante o governo da Provincial Ir. Carmelina Nembrihi, a pedido do Bispo-Prelado de Macapá Dom José Maritano e do Dr. Marcello Cândia	55
Quadro 4- Comunidade das Irmãs Nossa Senhora Menina do Hospital Geral de Macapá – comunidade foi iniciada, a pedido do Governo do Território e por mediação de D. Aristides Piróvano, em março de 1957, pela Província da Argentina da Ordem, com Irmãs de nacionalidade argentina e italiana	57
Quadro 5- Comunidades das Irmãs Nossa Senhora Menina da Escola de 1º Grau Irmã Santana Rioli, no bairro do Trem em Macapá.	58
Quadro 6- Comunidade Ginásio Santa Bartolomea Capitania.....	74
Quadro 7- Funcionamento do Ginásio Santa Bartolomea nos anos de 1961 – 1971	81
Quadro 8- Funcionamento do Ginásio Bartolomea Capitania nos anos de 1972 -1980	88
Quadro 9- Matrícula inicial pelos principais estabelecimentos e segundo o número de cursos e o sexo dos professores e alunos em 31.04.1968 no Ensino Médio	89

SUMÁRIO

Lista de ilustrações	10
Lista de quadros	11
Introdução	14
1. A AMAZÔNIA NO CONTEXTO DAS MISSÕES ESTRANGEIRAS NO SÉCULO XX: O TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ E A (RE) ESTRUTURAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA	24
1.1 A criação do Território Federal do Amapá	24
1.2 A (re) estruturação da Igreja Católica e a ação missionária dos sacerdotes do Pontifício Instituto das Missões ao Exterior (PIME) no Amapá	33
2 A PRESENÇA DA CONGREGAÇÃO RELIGIOSA NOSSA SENHORA MENINA NO AMAPÁ EM MEADOS DO SÉCULO XX	48
2.1 Breve histórico da Congregação Religiosa Nossa Senhora Menina.....	48
2.2 Caminhos da Congregação Nossa Senhora Menina: campos de atuação no Território Federal do Amapá	53
3 CARITÁ E INSTRUZIONE: IRMÃS NOSSA SENHORA MENINA E A FUNDAÇÃO DO COLÉGIO SANTA BARTOLOMEA CAPITANIO NO TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX	62
3.1 Aspectos socioculturais e educacionais da sociedade amapaense: o modelo de “família ideal”	62
3.2 A fundação do Colégio Santa Bartolomea Capitanio no Território Federal do Amapá: o protagonismo das Irmãs Nossa Senhora Menina na educação de jovens mulheres amapaenses (1961-1980).....	69
Considerações Finais	95
Fontes	98
Referências Bibliográficas	99
Anexos.....	103
Anexo I – Roteiro De Entrevista	104
Anexo II- Entrevista	105

Autorizo a reprodução desta dissertação.
Macapá-AP, 08 de Março de 2025

Carla Patricia Dias Rocha

INTRODUÇÃO

Neste estudo, pretende-se demonstrar a atuação da Congregação Religiosa Feminina Nossa Senhora Menina a partir da ação dessas religiosas no campo educacional do Território Federal do Amapá, bem como mostrar, a partir da fundação do Colégio Santa Bartolomea Capitanio, o modelo de ensino oferecido à sociedade amapaense nesse período. O recorte temporal de 1961 a 1980 se justifica pela fundação do Colégio Santa Bartolomea Capitanio em 1961, oferecendo o curso ginasial até sua mudança para escola de 1º grau em 1980. Nesse interim, será analisada toda a trajetória das Irmãs de Nossa Senhora Menina à frente da instituição, bem como as mudanças e adaptações promovidas pelas religiosas ao longo do período. Logo, a questão norteadora da pesquisa é: De que forma as instruções e a educação que as jovens alunas recebiam pelas Irmãs Nossa Senhora Menina no Colégio Santa Bartolomeu Capitanio atendiam as necessidades da sociedade amapaense no período de 1961 a 1980 a partir de uma formação moral e cristã? Para compreender tais transformações nesse processo é fundamental contextualizar o momento histórico vivido pela sociedade amapaense, buscando identificar as motivações que levaram a integração entre o Governo e a Igreja Católica.

Por que pesquisar a Congregação Religiosa Nossa Senhora Menina? Em primeiro lugar, pelo interesse no campo religioso e pela influência e projeção que a Igreja Católica obteve no Amapá quando este ainda era um Território Federal. Em segundo lugar, por se tratar de uma congregação que, ao longo de sua atuação no Amapá, consolidou-se no campo educacional, fundando um colégio que está em pleno funcionamento até os dias atuais: o Santa Bartolomeu Capitanio.

Sendo assim, a presente Dissertação de Mestrado, intitulada ***Suore Della Carità: Atuação da Congregação Religiosa Feminina Nossa Senhora Menina no Amapá e o Colégio Santa Bartolomea Capitanio (1961-1980)***, ocupa-se da história, da atuação no campo educacional e do protagonismo das Irmãs Nossa Senhora Menina na instrução e na formação das jovens na sociedade amapaense no período em que o Amapá ainda era Território Federal. O interesse pela temática remonta o período da elaboração e pesquisa do trabalho de conclusão de curso (TCC) da presente autora, intitulado *A presença das congregações estrangeiras no Amapá na década de 1960: Seu papel social e religioso* e também da Pós-Graduação com a pesquisa intitulada *A Amazônia sob a ótica de um sacerdote estrangeiro: Trajetória de vida e engajamento político e social de Dom Aristides Piróvano*. Tendo em conta essas duas experiências com a temática religiosa, em 2022 foi apresentado o projeto de mestrado ao

processo seletivo do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), com a intenção de investigar e desenvolver uma reflexão aprofundada sobre o relevante papel das Irmãs da citada congregação no campo educacional no Território Federal do Amapá.

Desse modo, esta pesquisa se mostra relevante, uma vez que propõe um estudo aprofundado a respeito da atuação no campo educacional da Congregação Nossa Senhora Menina, inicialmente na condução dos trabalhos frente à Escola Doméstica, de propriedade do Governo. À medida que a congregação religiosa consolidou suas ações na área educacional, voltada na formação das jovens amapaense, elas se organizaram em torno da fundação de uma instituição de ensino dirigida pelas próprias Irmãs no Território Federal do Amapá: o Colégio Santa Bartolomea Capitanio. A Amazônia, nos séculos XIX e XX, recebeu várias congregações religiosas femininas com o intuito de instruir e formar principalmente as meninas órfãs e as jovens dentro dos princípios morais e cristãos, em instituições que eram reservadas somente a esse gênero.

Tayana Helena Cunha Silva (2020) ressalta que o Estado do Pará também foi alvo das ações de congregações femininas, que estiveram à frente de instituições de ensino destinadas ao gênero feminino, como foi o caso das Irmãs Santa Dorotéia da Franssinetti. Segundo a autora, a chegada da Congregação das Irmãs Santa Dorotéia da Franssinetti ao Brasil e ao Pará ocorreu na conjuntura das migrações das congregações religiosas na segunda metade do século XIX e início do XX (Cunha Silva, 2020, p. 85-86).

Isto posto, alguns trabalhos foram publicados na região Amazônica entre os anos de 2015 e 2022 referente à temática desta pesquisa e foram utilizados como fontes bibliográficas. Em 2020, Tayana Helena Cunha Silva defendeu sua dissertação intitulada *Práticas educativas das congregações Filhas de Sant'Ana e Irmãs de Santa Doroteia na formação de mulheres em Belém (1906-1927)* no Programa de Pós-Graduação em Educação, do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará. Outro trabalho identificado foi o da pesquisadora Tatiana Pantoja Oliveira: *Semear habitus e cultura escolar: a Escola Doméstica de Macapá/AP (1951-1964)*, dissertação foi defendida em 2016 no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amapá. Outra produção é: *Do altar à escola: A atuação da Igreja Católica no campo educacional amapaense (1903-1956)*, dissertação defendida por Idelson Maciel Ferreira no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amapá no ano de 2022.

Dessa forma, a presente pesquisa pretende colaborar com os estudos relacionados ao período que o Amapá se constituía como um Território Federal e ainda, com a história local, analisando a reestruturação da Igreja católica concomitante ao ordenamento urbanístico de Macapá. É nesse contexto que a Congregação Religiosa Nossa Senhora Menina chega ao Território Federal do Amapá. O estado do Amapá está localizado na região Norte do Brasil, faz divisa com o estado do Pará e fronteira com o país da Guiana Francesa, integrando a Amazônia Legal. No estado, predomina o clima Equatorial e, é reconhecido pela sua biodiversidade, riqueza mineral, recursos hídricos e vastas extensões de áreas protegidas (Silva Junior, 2022 p.12). O Território Federal do Amapá foi transformado em Estado em 05 de outubro de 1988 e possui 16 municípios que foram criados entre os anos de 1856 a 1994.

[...] Macapá, criada em 1856, e Mazagão, em 1890, são os municípios mais antigos do estado.

A primeira divisão municipal, quando o Amapá ainda fazia parte do território do estado do Pará trazia apenas Macapá e a área do contestado Franco-Brasileiro, que foi uma área de conflitos territoriais entre o Brasil e a França. Em 1890 foi criado o município de Mazagão e em 1901 área do contestado foi incorporado ao Brasil com a transformação em município do Amapá. [...] e em 1945 é criado o município do Oiapoque.

O município de Calçoene foi criado em 1956. Tartarugalzinho, Ferreira Gomes, Santana e Laranjal do Jari foram criados em 1987.

Em 1992, já como estado do Amapá, foram criados os municípios de Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari, Itaubal Cutias e Porto Grande. Por fim em 1994, finalizando nossa atual configuração territorial foi criado o município de Vitória do Jari (Silva Junior, 2022, p. 18).

É importante ressaltar que o referido estudo visa contribuir não apenas com a produção da história no Amapá, mas também em demonstrar sua relevância na historiografia nacional, pois a temática em questão ainda demanda de investigação e estudos mais aprofundados, não apenas na Amazônia, mas em outras regiões do Brasil. Nesse sentido, a referida pesquisa contribui com a história local, haja vista a escassez de produções que abordam estudos a respeito de congregações religiosas femininas no Amapá. Dessa forma, as produções acadêmicas do estado do Amapá têm complementando e enriquecido cada vez mais a História do Brasil.

Os estudos acerca de temáticas sobre a atuação das congregações religiosas no Brasil revelam que as mesmas tiveram papel relevante na formação educacional de crianças e jovens, principalmente no Brasil República. Moura (2019) enfatiza que no período republicano no Brasil constatou-se a atuação cultural das ordens religiosas a partir de pesquisas acerca dos franciscanos, dominicanos, lazaristas, salesianos e capuchinhos, além das ordens femininas, a exemplo das irmãs salesianas (Moura, 2019, p. 3-4). Nesse sentido, pode-se perceber que com

o advento da República, as congregações religiosas masculinas quanto as femininas atuaram em várias regiões do Brasil e, especialmente, na Amazônia.

No início de sua gestão, Janary Nunes, primeiro governador do Território Federal do Amapá, promoveu a construção de obras para atender às necessidades da população da nova capital, contando com a colaboração da Igreja Católica. Em um curto período, foi definido um novo traçado urbano de uma cidade moderna (Tostes; Weiser, 2018, p. 37). A contextualização deste cenário é importante para observar de que forma a Igreja Católica se consolidou não só no âmbito religioso, mas sobretudo no social, através de projetos sociais que contaram com a participação de religiosos e religiosas, com o propósito de fortalecer a instituição católica no estado do Amapá.

Desse modo, o estudo sobre a atuação da Congregação Religiosa Feminina tem como questão norteadora a seguinte pergunta: **De que forma as instruções e a educação que as jovens alunas recebiam pelas Irmãs Nossa Senhora Menina no Colégio atendiam as necessidades da sociedade amapaense no período de 1961 a 1980 a partir de uma formação moral e cristã?** Neste estudo, abordaremos, os seguintes objetivos: a) analisar a atuação da Congregação Religiosa Nossa Senhora Menina no Amapá a partir da metade do século XX, sobretudo sua participação no campo educacional, identificando suas principais propostas de ensino desenvolvidas no Colégio Santa Bartolomea Capitania no período de 1961-1980; b) identificar as características da sociedade amapaense e analisar a contribuição da Congregação Religiosa Nossa Senhora Menina na formação educacional; c) conhecer as condições socioeconômicas do público-alvo das ações desenvolvidas por essa congregação no que concerne à educação; d) identificar a relação do campo religioso e educacional na Amazônia, sobretudo no Amapá no século XX; e) conhecer as principais dificuldades enfrentadas pelas religiosas em relação à fundação e ao funcionamento do Colégio Santa Bartolomea Capitania.

A pesquisa delimita-se no campo da História Cultural, abordando questões relacionadas à Memória e Historiografia, haja vista que o referido estudo tem como método a História Oral. Uma vez que a História Cultural possibilitou ao pesquisador se utilizar de novas fontes históricas, valorizando outras alternativas de investigação históricas. Pesavento (2004) ressalta que o historiador que trabalha com a Memória, seja por meio dos registros escritos desta, transformados em narrativas de cunho memorialísticos, seja pelo recolhimento ao vivo, pela oralidade, das lembranças daquele que rememora[...] (Pesavento, 2004, p. 95). Para Vieira (2015) a História Oral, subsidiando a pesquisa em História Cultural, exige procedimentos e

cuidados tanto na escolha dos entrevistados como nos processos subsequentes, que culminam com sua utilização na narrativa (Vieira, 2015, p. 376).

Assim, para responder à referida problemática levantada e aos objetivos propostos, foi necessária a pesquisa documental, com o intuito de levantar informações acerca da história das Irmãs Nossa Senhora Menina. A coleta dessas fontes ocorreu nos arquivos do Colégio Santa Bartolomea Capitanio, na Residência das Irmãs Nossa Senhora Menina, em jornais da época como: jornal *A Voz Católica* (Cúria diocesana de Macapá), o *Jornal Amapá* (Biblioteca Pública de Macapá Elcyr Lacerda), arquivos e documentos (correspondências, fotos, atas, revistas publicadas) do Pontifício Instituto das Missões ao Exterior (PIME), do Seminário São José de Macapá, do Pequeno Carmelo Santa Terezinha e dos cinco volumes do *Livro Tombo* (utilizamos os volumes I, II, III e IV) de propriedade da Prelazia de Macapá/AP.

O livro do Padre Angelo Bubani (1985), intitulado *Diocese de Macapá: Bispos, Paróquias, Padres, Religiosos e Igrejas*, encontrado no Seminário São José, foi uma fonte bastante utilizada na pesquisa por conter informações importantes a respeito da Congregação Religiosa Feminina Nossa Senhora Menina. Essa obra rara dá conta de responder questões como a identificação das religiosas, o local de atuação e a função desempenhada. O *Livro Tombo*, de propriedade da Prelazia de Macapá, encontra-se na Cúria diocesana de Macapá, dele, foram utilizados os cinco volumes da obra como fonte histórica. Outra obra amplamente utilizada é a do autor e padre Pierro Gueddo, com o título *Marcello Candia: O empresário dos pobres* (2000), que traz informações a respeito da movimentação dos missionários do PIME no Território Federal do Amapá, principalmente de Dom Aristides Piróvano, o primeiro bispo de Macapá.

No *hall* das obras produzidas por religiosos que foram utilizadas, há, ainda, o livro do ex-padre do PIME, Giovanni Romelli, *50 anos educando para a vida: uma proposta diferente* (2011). Essa obra foi de grande relevância para a pesquisa, pois trouxe informações que ajudaram a responder a questões levantadas. Além disso, foi amplamente utilizada por conter muitas informações a respeito das Irmãs Nossa Senhora Menina no Amapá, já que existem poucas fontes disponíveis sobre o tema, e muitas das que existem são de difícil acesso.

Além dos documentos impressos, o depoimento oral será utilizado para alicerçar a construção da pesquisa, bem como responder às questões mencionadas acima. Nesse sentido, as fontes orais terão a finalidade de dialogar com as fontes documentais impressas e fundamentar o objeto de pesquisa. Neste estudo, foram entrevistados: Giovanni Romelli (Diretor do Colégio Santa Bartolomea Capitanio), as Irmãs Maria José Aires dos Santos e Etel

Maria Pereira da Costa (Irmãs da Congregação Nossa Senhora Menina). A escolha desse recurso se deve ao recorte cronológico, que se insere na história do tempo presente, que facilitará a realização de entrevistas e análises de falas, favorecendo uma abordagem mais adequada para o tema em questão. O recorte temporal possibilitará a realização de entrevistas e, sobretudo, o acesso a outras fontes que não são de domínio público, como fotos, cartas e etc. Para o historiador oral Alessandro Portelli (2010), a importância de se utilizar as fontes orais na pesquisa proporciona ao pesquisador a coleta de novas informações que complementam as fontes impressas. Para tanto, o autor levanta alguns questionamentos:

Por que buscamos as fontes orais? Por que trabalhamos com elas? Não só porque as pessoas que entrevistamos possuem informações de que precisamos, que nos interessam. É mais do que isso. É porque há uma relação profunda, uma relação muito intensa, entre a oralidade e a democracia (Portelli, 2010, p. 3).

No bojo dessa discussão, a pesquisadora Sônia Maria de Freitas (2006) corrobora com a relevante possibilidade do uso da História Oral através do “registro das reminiscências das memórias individuais, a reinterpretação do passado, enfim, uma história alternativa à história oficial”. A autora chama atenção para se obter o quadro mais enriquecedor possível do tema em análise, que é o de que as fontes orais dialoguem com outras fontes históricas. Ela ainda afirma que “a grande potencialidade da História Oral é que essa permite a integração com outras fontes escritas e orais e a sua utilização multidisciplinar”. A fonte oral é resultado da relação e interação entre informante e pesquisador, assim, é notória a potencialidade das fontes orais como alternativa para o pesquisador que escolhe o seu objeto no tempo presente. Nesse sentido, Sônia Maria de Freitas ressalta que:

Ao dar voz a múltiplos narradores, a História Oral possibilita diferentes versões, diferentes percepções sobre o mesmo fato. Por isso, nesse tipo de trabalho, não podemos adotar modelos reducionistas de análise, buscando a continuidade e a descontinuidade, os equívocos, as falhas, as comparações apenas, pois aquele que rememora expressa, também, em seu discurso, as suas fantasias e suas idealizações, ultrapassando o campo do racional, da lógica e da razão (Freitas, 2006, p. 116).

Assim, ao construir um discurso sobre o passado através do testemunho oral, segundo Gallian (1996), o entrevistado o faz do seu próprio passado, adaptando-o ao seu presente de forma que se torna aceitável. Nesse sentido, “do momento vivido ao momento lembrado, muita coisa acontece em sua vida e certamente este lapso de tempo irá influir na construção que se faz do passado em forma de narrativa (Gallian, 1996, p. 143).

Dentro dessa perspectiva, o método da História Oral se constitui um recurso importante para o pesquisador que privilegia a história do tempo presente. Tourtier-Bonazzi (2006) assevera que na exploração inteligente do depoimento oral, para que se obtenha um trabalho de qualidade, o entrevistador deve se atentar a três pontos: a seleção da testemunha, o lugar de entrevista e o roteiro de entrevista.

Desse modo, os autores acima citados contribuem com seus estudos sobre o uso da História Oral como uma alternativa para as pesquisas do tempo presente, pois abordam as possibilidades e os procedimentos mais adequados para se obter as fontes orais. Por esse motivo, a escolha desse método no presente estudo visa a produção de fontes orais com o intuito de dialogar com os documentos impressos para a elaboração e fundamentação da pesquisa. As entrevistas foram realizadas com as irmãs da Congregação Religiosa Feminina Nossa Senhora Menina e outros agentes sociais que fizeram parte da história da congregação religiosa e da fundação do Colégio Santa Bartolomea Capitanio, uma vez que as religiosas ainda desenvolvem suas atividades na cidade de Macapá.

O presente estudo utiliza dois jornais: o *Jornal Amapá*, de propriedade do Governo, e o jornal *A Voz Católica*, pertencente à Cúria Diocesana (Prelazia de Macapá). O jornal como documento histórico contribuirá para o desenvolvimento da pesquisa a partir dos discursos engendrados a respeito dos projetos do Governo e da Igreja Católica, assim como suas repercussões junto à sociedade amapaense. Tendo em vista que esse meio de comunicação se constituía em um instrumento de informação, ele era utilizado com o intuito de divulgar notícias de âmbito nacional, como, por exemplo, as ações do governador Janary Nunes, e os movimentos religiosos e sociais que a Igreja realizava no Território do Amapá.

José D'Assunção Barros (2021) traz reflexões acerca do uso dos jornais como fonte históricas e seu uso metodológico para o trabalho do historiador, demonstrando em seu estudo, a importância do jornal na pesquisa como documento histórico. O autor analisa ainda as possibilidades de seu uso como um recurso metodológico. Para ele:

Os jornais são objetos que estiveram presentes na vida urbana nos últimos três séculos. [...], os historiadores começaram a se aproximar cada vez mais deles como um tipo específico de fonte histórica, capaz de oferecer inúmeras informações, discursos e indícios para a análise das sociedades que os produziram e dos meios nos quais eles circularam. Para vislumbrar todas as potencialidades e desafios que os jornais apresentam aos historiadores como fontes históricas [...] (Barros, 2021, p. 422).

Logo, as fontes citadas acima dão conta de acontecimentos importantes que marcaram a sociedade amapaense, noticiando as principais realizações do Governo, as ações da Igreja e a

parceria de projetos entre ambos. Uma dessas cooperações entre eles foi a Escola Doméstica, construída pelo então governador Janary Nunes e entregue à direção da Congregação Religiosa Nossa Senhora Menina. A escolha dessas fontes deu-se em virtude da escassez de documentação e da ausência de um arquivo público no Amapá. As citações presentes no corpo da pesquisa foram retiradas dos jornais, respeitando a integridade dos textos.

As fontes utilizadas no estudo são um ponto a ser destacado quando há a intenção de montar um quadro do momento vivido pelas Irmãs Nossa Senhora Menina e por outros sujeitos sociais que fizeram parte do período analisado. Assim sendo, o uso dos documentos já mencionados aqui é de extrema importância para um estudo epistemológico do objeto de pesquisa. Os autores Bassanezzi e Tatsch (2009) trazem reflexões acerca da importância de um documento para diferentes objetos de estudos, partindo do olhar do pesquisador sobre a mesma fonte. Nessa perspectiva, os autores abordam a importância e o conceito de documento histórico.

[...] Documento histórico é qualquer fonte sobre o passado, conservado por acidente ou deliberadamente, analisado a partir do presente e estabelecendo diálogos entre a subjetividade atual e a subjetividade pretérita.

[...] seria importante ressaltar que, atrás de cada documento preservado, há milhares destruídos. Podemos supor que o grande limite da função do historiador seja o limite do documento. Dócil ao arbítrio quase absoluto, o documento é, igualmente, senhor de quem o quer submeter. Na sobreposição de centenas de subjetividades e acasos, ele encerra a chave de acesso ao conhecimento do passado. Reafirmando seu senhorio dialético, criador/criatura, o documento, em si, torna-se uma personagem histórica, com a beleza da contradição e da imprevisibilidade, com marcas do humano (Bassanezi e Tatsch, 2009, p. 24).

Assim, a presente dissertação está dividida em três seções estruturadas por temáticas e suas respectivas cronologias. A seção, “A Amazônia no contexto das missões estrangeiras no século XX: O Território Federal do Amapá e a (re) estruturação da Igreja Católica”, trata sobre a criação do Território Federal do Amapá como parte da política do presidente Getúlio Vargas de desenvolvimento e ocupação da Amazônia. É nesse contexto que se observa a reorganização da Igreja Católica no Amapá, tanto no âmbito estrutural, quanto no fortalecimento do âmbito religioso. O foco recai sobre a relação entre o Governo e a Igreja com a chegada dos missionários do Pontifício Instituto das Missões ao Exterior (PIME), percebendo a sua dinâmica a partir da implementação do projeto modernizador do governo central, sobretudo com o início da urbanização da capital do Amapá, Macapá.

Em “A presença da Congregação Religiosa Feminina Nossa Senhora Menina no Amapá

em meados do século XX” aborda-se o percurso histórico do surgimento da congregação das Irmãs Nossa Senhora Menina, bem como a especialidade das religiosas em fundar colégios e atuar na direção de instituições de ensino não-religiosos. Além da história, ocupa-se da chegada da congregação ao Brasil e ao Território Federal do Amapá. Destacamos, ainda, a trajetória das religiosas, seus campos de atuação e a divisão delas em comunidades antes da fundação do Colégio Santa Bartolomea Capitanio, em 1961.

Na seção seguinte, intitulada “Carità e Instruzione: A Congregação Religiosa Nossa Senhora Menina e a fundação do Colégio Santa Bartolomea Capitanio no Território Federal do Amapá”, apresentamos aspectos culturais e sociais da sociedade amapaense com o intuito de perceber a influência da Igreja Católica e a importância das práticas educativas das Irmãs Nossa Senhora Menina na formação educacional das jovens amapaenses. Intentamos contextualizar o período de fundação do colégio e destacar o quadro educacional, a fim de se observar o modelo de educação vigente no Amapá e a participação da Igreja no campo educacional com a contribuição da Congregação Religiosa Feminina Nossa Senhora Menina. Neste panorama, analisaremos a criação do Colégio Santa Bartolomea Capitanio, evidenciando o processo de construção até seu pleno funcionamento, sua filosofia de ensino, sua proposta pedagógica, seus níveis de ensino oferecidos ao público-alvo, seus eventos realizados anualmente, enfim, traremos à luz todo o funcionamento dessa instituição fundada e dirigida até os tempos atuais pelas Irmãs da Congregação Nossa Senhora Menina.

Figura 1- Irmã da Congregação Religiosa Feminina Nossa Senhora Menina e alunas do Ginásio Santa Bartolomea Capitânio (hoje Colégio Santa Bartolomea Capitânio)

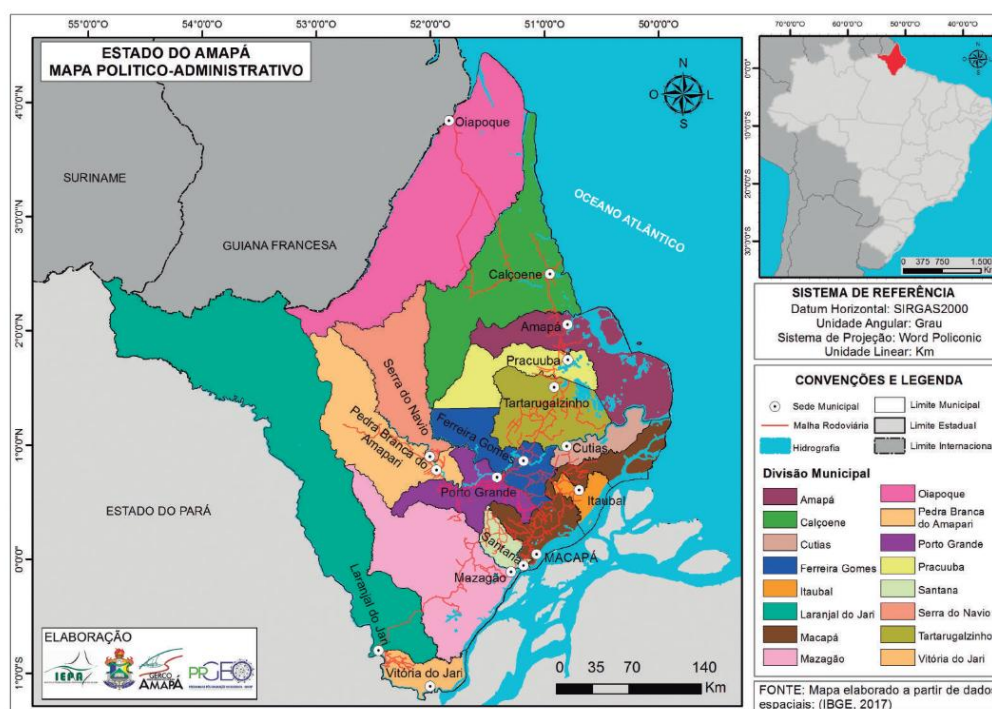


Fonte: Arquivo do Colégio Santa Bartolomea Capitânio (1963)

1. A AMAZÔNIA NO CONTEXTO DAS MISSÕES ESTRANGEIRAS NO SÉCULO XX: O TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ E A (RE) ESTRUTURAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA

1.1 A criação do Território Federal do Amapá

Figura 2- Estado do Amapá – Mapa político-administrativo



Fonte: Silva Junior, Orleno Marques *et al.* Atlas Geográfico Escolar do Estado do Amapá – Macapá: GERCO/IEPA; UNIFAP, 2022, p. 14.

O Território Federal do Amapá foi criado em 13 de setembro de 1943 através do Decreto-Lei nº 5.812¹, assim como outros territórios brasileiros, sendo eles: Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã e do Iguaçu (artigo 180). Essas áreas seriam administradas diretamente pelo governo federal. A fundação desses novos territórios fazia parte da política de Getúlio Vargas que ficou conhecida no seu governo como “Marcha para o Oeste”, que visava a ocupação do oeste brasileiro. O autor Marcio Souza trata em seu livro *História da Amazônia: do período Pré-colombiano aos desafios do século XXI* (2019) sobre a visita e o discurso que o presidente Getúlio Vargas fez sobre a Amazônia. O autor menciona que “em 1940, o ditador Vargas visita a região e pronuncia em Manaus o ‘Discurso do rio Amazonas [...]’”. A Amazônia abandonada era ‘a terra do futuro’, o vale da promessa da vida do amanhã”. O autor ressalta, ainda, que o então presidente aproveitou a solenidade para fazer declarações a respeito da

¹ Fonte: <www.legislação.presidencia.gov.br>. Acesso em 22 de setembro de 2024.

“exploração nacional das culturas, concentração e fixação do potencial humano”, pois a “marcha para o Oeste” integraria a região “no campo econômico da nação como fator de prosperidade e energia criadora” (Souza, 2019, p. 292-293).

Diante do exposto, é oportuno analisar o discurso proferido por Getúlio Vargas acerca do projeto de desenvolvimento econômico para a Amazônia como parte das narrativas que, por muito tempo, foram relacionadas à região como um lugar hostil, abandonado e isolado. No livro *As cidades da Amazônia no Século XVIII*, da autora Renata Malcher de Araújo, salienta-se que o próprio Marques de Pombal se utilizou de tal justificativa para pôr em prática seu projeto iluminista para restaurar a Amazônia, no qual ele argumentou que a região se encontrava em uma profunda decadência física e moral e se encontrava em uma pobreza generalizada de gente (Araújo, 1998, p. 107). Embora sendo temporalidades distintas, evitando assim um anacronismo, o que se pretende demonstrar é que os relatos mencionados sobre a Amazônia perduraram por longo tempo, como pode ser observado no governo de Vargas. Contudo, as narrativas acima já foram superadas pela historiografia com estudos e pesquisas que se ocupam das especificidades da região, bem como a população local: indígenas, ribeirinhos, seringueiros, caboclos e pequenos agricultores, sujeitos históricos cuja invisibilidade permeavam tais discursos.

No bojo dessa discussão, é notório que um dos principais objetivos do governo de Getúlio Vargas para o desenvolvimento da Amazônia assentava-se na integração da região ao restante do país. Para Jonh O. Broowder e Brian J. Gofrey (2003), esse objetivo estava alinhado à política de Vargas de integrar a vasta região amazônica à vida brasileira no ano de 1940. Contudo, a inserção da Amazônia como “parte integrante em todos os aspectos” do território brasileiro e como uma região que não seria mais ignorada não excluía o fato de que ainda assim ela possuía uma economia extrativista, apesar de todos os esforços do governo em dominar o vale Amazônico. Nesse sentido, além da questão econômica, a ocupação da região se apresentava como uma dificuldade dentro do projeto de Vargas.

Nessa mesma linha de raciocínio, a autora Maria Liege Freitas Ferreira (1999) enfatiza em seu artigo *Estado Novo e ocupação da Amazônia: uma abordagem geopolítica* que os objetivos do governo central quanto à Amazônia faziam parte de um processo “civilizatório” e que um dos entraves encontrado foi a resistência indígena. A autora ressalta que “os objetivos do Estado [...] encontravam algumas dificuldades diante da resistência indígena; necessário se fazia, então civilizar os índios e moldá-los para a empresa que se instalava [...]” (Ferreira, 1999, p. 39).

Nesse cenário, a mesma autora ainda discute outros objetivos que faziam parte da política modernizadora de Getúlio Vargas no que concerne à ocupação da Amazônia e à questão fronteiriça. Esta foi uma preocupação do ditador em virtude do contexto da Segunda Guerra Mundial, visto que algumas áreas de fronteira apresentavam déficit populacional e, por esse motivo, o então presidente, através de Decreto-lei, criou Territórios Federais com o objetivo salvaguardar as fronteiras do país e promover a ocupação dessas regiões. A autora ressalta que:

[...] Para os objetivos traçados para a Amazônia, só uma estrutura efetivamente estatal asseguraria a fixação do colono até então nômade: povoamento e defesa da região, principalmente no momento especial, quando o mundo passava que era a Segunda Guerra Mundial. Assim são criados os territórios federais que já vinham sendo recomendados por geógrafos e geopolíticos que se dedicavam aos estudos da posição estratégica do Brasil no contexto sul-americano [...] (Ferreira, 1999, p. 39).

Dentro dessa perspectiva, a criação do Território Federal do Amapá em 1943 proporcionou sua emancipação do Estado do Pará (Silva, 2017). Fernando Rodrigues dos Santos enfatiza que para o então recém-criado Território do Amapá, foi nomeado como primeiro governador o Capitão Janary Gentil Nunes², o qual enfrentou inúmeros desafios no seu governo, como a desconfiança dos habitantes, a precariedade de luz elétrica e a falta de esgoto e de água encanada. Sob o “trinômio ‘Sanear, educar e Povoar’, definido como programa de organização e desenvolvimento dos Territórios, Janary Nunes rotineiramente é acompanhado de grande comitiva que percorria as sedes dos municípios e as mais remotas áreas [...]” (Santos, 1998, p. 34). O Amapá, assim como os outros territórios criados na região da Amazônia, representou um grande desafio em termos estruturais e de organização administrativa. Em vista disso, o historiador Arthur Cezar Ferreira Reis expõe em seus estudos a situação caótica em que se encontrava a região, descrevendo assim suas impressões sobre o recém-criado território:

A tarefa de criar o Território o Amapá, dadas as circunstâncias negativas que caracterizavam o meio, exigia vontade decisiva e uma vitalidade patriótica sem hesitações. O governador Janary Nunes logo se apercebera da gravidade os problemas que tinha pela frente e as responsabilidades que lhe pesavam aos ombros. E com a ajuda e uma equipe de homens novos, conscientes da

² Janary Gentil Nunes nasceu em 1912, no município de Alenquer, no Pará. Em 1930, aos 18 anos, ingressou na Escola Militar de Realengo, no Distrito Federal (cidade do Rio de Janeiro). Entre 1936 e 1937, serviu no pelotão de Clevelândia do Norte. No ano de 1938, foi para Curitiba, no Paraná, para cursar instrução no Centro de transmissão da 5ª região Militar, no qual foi primeiro colocado. Neste mesmo ano publicou o livro *Bandeira do Brasil*. [...] Em 1942, foi indicado para liderar a 1ª Companhia Independente de Metralhadoras Antiaéreas, responsável pela defesa da base aérea de Belém durante a Segunda Guerra Mundial. E, em 27 de dezembro de 1943, foi nomeado governador do Território Federal do Amapá (Benevides, 1946, *apud* Lobato, 2014).

importância a tarefa e senhores o lastro cultural e cívico necessário, lançou-se à empresa (Reis, 1949, p. 126).

A percepção de Arthur Cezar Ferreira Reis sobre a região que formava o território do Amapá era a de um lugar desolador, que necessitava de todo o esforço governamental para chegar ao nível de um Território Federal. O discurso do historiador se assenta numa visão e nas narrativas de outrora, já mencionadas neste trabalho, um discurso poético, de exaltação à figura do governador. Todavia, é importante frisar a contribuição dos estudos do referido historiador sobre o espaço amazônico como fonte bibliográfica, especialmente no que diz respeito a criação do Território Federal do Amapá. Ambos autores acima citados abordam os desafios que Janary Nunes enfrentaria na sua gestão como governador das terras amapaenses.

A tese de doutorado da historiadora Maura Leal da Silva *O Território Imaginado: Amapá, de Território à autonomia política (1943-1988)* ocupa-se em analisar a trajetória política do Amapá e destaca que a criação do Território Federal do Amapá se dá em meio aos discursos que faziam parte do imaginário que se tinha de uma região que se encontrava em “atraso”. A autora cita em sua pesquisa um trecho do livro *Tesouros de Memórias*, do escritor paraense Adamor de Sousa Oliveira, que traz suas percepções acerca do momento da criação do Território.

[...] O memorialista reconstrói, ao longo dessas linhas, o discurso utilizado em diversos documentos oficiais que justificaram a criação do Território Federal do Amapá, em 1943, como um tempo de começo, inaugural, que deixou para trás uma época que deveria permanecer no tempo do esquecimento. [...] abandono, vazio, atraso, marasmo, decadência, miséria, epidemias, até 1943, assim eram retratadas em diversas narrativas oficiais, as regiões que foram desmembradas do Pará para dar origem ao Território do Amapá (Silva, 2017, p. 75-76).

Assim sendo, percebe-se, através dos discursos expostos até o momento, que as terras amapaenses se apresentam em uma visão homogênea beirando o caos. Tais discursos justificavam os recém-criados Territórios como parte do Projeto Político de Modernização para o país elaborado no governo de Getúlio Vargas. Dentro da política modernizadora, Janary Nunes vislumbrava para a sociedade amapaense não só investimentos na infraestrutura, mas também no próprio modo de vida deles. Para o então governador, uma nova história precisava ser escrita sobre a região e a população local sob a égide de um progresso que desenvolveria o território nos aspectos político, econômico, social e cultural. Tal discurso de Janary estava pautado no abandono de tudo que estaria ligado ao atraso, ao pessimismo e à decadência. A respeito desse discurso, o autor Sidney Lobato, em seu artigo intitulado *Federalização da*

fronteira: a criação e o primeiro governo do Amapá (1930 – 1956), ressalta que a construção de uma narrativa histórica de um futuro no qual o progresso não parecia tão distante para os amapaenses estava presente na sua posse, quando “Janary simbolizava o fim de um período de pessimismo, abandono, caos, atraso, doenças, analfabetismo, superstição, pobreza e invisibilidade” (Lobato, 2014a, p. 11).

O discurso do primeiro governador do Amapá repetidamente fazia referência ao estado de “atraso” em que se encontrava a região, que mudaria a partir de sua gestão, pois sairia daquele “marasmo” e “abandono” de outrora. O autor Idelson Maciel Ferreira, em sua pesquisa intitulada *Do altar à escola: A atuação da Igreja Católica no campo educacional amapaense (1903-1956)*, confirma que tais discursos estavam presentes nos documentos oficiais. De certa forma, a oficialização desses pronunciamentos com teor de que o Amapá se encontrava ainda no “modo tardio” de modernização e consequentemente de progresso justificaram as ações arbitrárias de Janary Nunes, como o processo de urbanização colocado em prática em Macapá. A respeito dos relatos que se tinham sobre o Amapá como uma região que se encontrava no estado de “atraso” em relação ao restante do país, o referido autor assevera que:

O termo “atraso”, frequentemente encontrada na documentação produzida pelo governo do TFA, era a base de um discurso hegemônico que legitimavam a modernização autoritária levada a cabo pelos agentes do Estado. Tratava-se, na verdade, da atualização de um discurso usado desde há muito tempo para ensejar a aceitação de intervenções amiúde de violentas na Amazônia (Ferreira, 2022, p. 46).

Nessa mesma linha de raciocínio, Mauro Cezar Coelho (2004), em seu artigo *Do caboclo a brasileiro: Estado e nacionalidade no Território Federal do Amapá*, traz reflexões sobre a ideia de nacionalidade no Janarismo, como ficou conhecido o período da gestão de Janary Nunes à frente do governo do Amapá, bem como a tentativa de inserção do Território Federal ao cenário nacional.

A área compreendida entre os rincões que deveriam ser integrados à nação através de ação intensiva do Estado, Território Federal do Amapá constituía-se em experiência inédita. Possuía habitantes e economia em muito distanciados do panorama previsto pelo Estado para o desenvolvimento das bases do progresso nacional. Importava, então, transformar ambos, integrar o homem e a terra ao modelo antecipado.

Janary Gentil Nunes é agente fundamental para compreender os primeiros movimentos desse empreendimento, não apenas por ter sido o responsável imediato pela sua implementação no território, mas, por tê-lo feito através da reprodução de uma prática iniciada por Getúlio Vargas, implicava na atribuição de um caráter personalista às ações do Estado. Este fator assume

importância determinante, uma vez que singulariza o caráter nacional que queria adotado pelos habitantes daquela região, transformando-os – de caboclos em brasileiro (Coelho, 1994, p. 141-142).

Logo, a inserção do Amapá no cenário nacional fazia parte dos discursos progressistas e apologéticos de Janary Gentil Nunes no que concerne à situação em que o Território Federal do Amapá se encontrava. Segundo Fernando Rodrigues Santos, esses discursos eram um dos instrumentos utilizados para Nunes criar suas bases de sustentação no âmbito local e na capital da República, a fim de se manter no cargo, apesar das suas várias realizações no setor social. O autor ainda faz críticas ao pouco comprometimento do poder central para a efetivação do projeto político “Educar, Sanear e Povoar”, originando uma enorme distância entre o discurso e a prática, que está marcada por realizações provisórias e paliativas (Santos, 1998, p. 34). O teor dos discursos progressistas de Janary também eram reforçados pelos jornais locais, principalmente pela imprensa favorável ao governo. O jornal era um veículo de comunicação utilizado pelo governador como instrumento de informação que reforçava suas pretensões a respeito do seu governo.

No dia 27 de dezembro, findo transcorreu o segundo ano da nomeação do Exmo. Sr. Capitão Janary Gentil Nunes para dirigir os destinos do território Federal do Amapá.

[...] É possível avaliar a soma de dificuldades que encontrou logo no princípio para levar avante a sua obra de governo.

A terra cujo clima propagandeara como hostil à vida humana, não era na acepção lacta do termo, porém mais parecia um burgo abandonado e triste, sem luz, sem higiene, sem água, sem transportes onde não existia, portanto, qualquer sombra de conforto.

Não é que na veia de seus habitantes não corresse o sangue da vitalidade, mas aqueles, em grande parte, viviam das promessas reiteradas que lhes faziam os políticos profissionais, e as promessas só não bastam.

O capitão Janary Nunes encarou a dura tarefa com superioridade de vistas. E, com o concurso de auxiliares devotos iniciou sua administração.

Grandes números de postos sanitários e de escola se acham espalhados pelos municípios do Território, contribuindo para melhoria de suas condições sanitárias e do nível mental de sua gente.

Dos espessos matagais que encobriam as ruas macapaenses, surgiu como por encanto uma série de habitações, simples, porém modernas e sólidas, dando novo aspecto à urbe.

Vamos tudo, a golpes de esforços, construtor de um governo de civilização digno desse nome (*Jornal Amapá*, nº. 40, 1945).

Neste quadro, o projeto modernizador de Janary Nunes para o Amapá, no que concerne à urbanização da capital Macapá, se mostrou por vezes não democrático e até excludente, como foi mencionado anteriormente. A exemplo, população negra que ocupava um espaço considerado nobre pelo governo foi alvo dessa urbanização. A presença dessa população remonta ao século XVIII, devido a importantes construções, como a Fortaleza de São José, quando essa região era denominada Vila de São José de Macapá e contou com a mão de obra de trabalhadores africanos. Segundo Luna (2011) a vila recebeu muitos trabalhadores africanos, mas também cativos fugitivos de outras regiões que passaram a conviver e desempenhar diversas atividades nesse espaço. A autora ainda enfatiza que:

[...] à presença africana na Vila de São José de Macapá, posso dizer que o ponto de impacto para esse corpo social foi o projeto de edificação da Fortaleza São José de Macapá, bem como, o maior investimento em produção de arroz para exportação; ambas as atividades exigiram o controle sobre o tempo de trabalho dos africanos (Luna, 2011, p. 175).

Em vista disso, Elivaldo Serrão Custódio (2016), em seu artigo *A presença negra no Amapá: discursos, tensões e racismo*, tece uma discussão sobre os discursos e processos discriminatórios em relação à população negra que residia em frente à cidade e que foi transferida para áreas mais afastadas do centro. O estudo trata do descaso com que a população negra foi tratada na gestão de Janary tendo em vista o projeto urbanístico da capital. Ele enfatiza que:

Com a criação dos territórios federais na Amazônia e a vinda do capitão Janary Gentil Nunes para o Amapá durante o governo de Getúlio Vargas desencadeou ao longo dos anos, uma série de tensões, discursos e processos discriminatórios para com a população negra da capital do Amapá. Pois, o governo estava por consolidar seu projeto de povoar, sanear, educar o território amapaense, decidindo assim, transferir, segregar e excluir para a periferia de Macapá toda a população negra que vivia na orla da cidade (Custódio, 2016, p. 2).

Assim, as políticas governamentais de Janary Nunes direcionadas à urbanização de Macapá estava em conformidade com o projeto de modernização do presidente Getúlio Vargas, que visava um conjunto de melhorias para o país. Contudo, o planejamento urbano que se implementou principalmente na capital, constitui-se um processo que marginalizava diretamente a parcela negra da sociedade que habitava em frente à cidade. Segundo o mesmo autor, salienta-se que era necessário “promover o remanejamento e a implementação de uma

política modernizadora na cidade, uma nova forma de se organizar, pensar e agir” (Custódio, 2016, p. 69). Nesse contexto, o projeto urbanístico do primeiro governador do Amapá não visava só a estética da cidade, mas também incluía novos hábitos e valores na sociedade amapaense.

O historiador Sidney Lobato, em seu artigo *Experiências de exclusão urbana no cotidiano macapaense (1944-1964)*, discorre sobre tal ordenamento urbanístico, indicando que muitos moradores foram retirados de um espaço considerado pelo governo como uma área nobre, para que novos habitantes investissem em construções que cumprissem as exigências governamentais. O autor assevera, ainda, que o governo distribuiu terrenos aos antigos moradores daqueles locais que não possuíam nenhum beneficiamento (arruamento, água, encanada, energia elétrica etc.) em espaços limítrofes da cidade, conhecidos como Favela e Laguinho (Lobato, 2015, p. 116).

Sob tal perspectiva, o referido autor acima citado trata em seu livro *A cidade dos trabalhadores: Insegurança Estrutural e Táticas de Sobrevivência em Macapá (1944-1964)* de um importante aspecto do governo de Janary Nunes, que foi a urbanização de Macapá, assim como a relevância dos trabalhadores nesse processo. O objetivo do primeiro governador do Amapá era modernizar a cidade no período que esteve à frente do governo: construiu prédios públicos e edificações importantes como hospitais, escolas etc. Sidney Lobato descreve em sua obra as preocupações e também as primeiras medidas adotadas nessa gestão:

[...] Uma das primeiras preocupações deste governador foi a limpeza da frente de Macapá – com a retirada do amontoado de troncos de árvores atirados pela maré nas margens do rio Amazonas e do grande matagal que cercava a Fortaleza de São José. [...] até meados de 1944, o planejamento e a realização das obras ficaram sob a responsabilidade do arquiteto José Vitor Contreiras (diretor da Divisão de Obras), que então foi substituído pelo engenheiro Hidegardo da Silva Nunes. As edificações, em geral, procuravam criar ambientes adequados ao clima, com aproveitamento da luz e da ventilação, além de avarandados para amenizar a insolação equatorial [...] (Lobato, 2019, p. 70).

Isto posto, os primeiros procedimentos adotados pelo Governo do Território alicerçaram-se na concretização do plano urbanístico da capital Macapá. De acordo com o excerto acima, era notória a preocupação do governante com a aparência da cidade, sobretudo a arquitetura modernista das edificações. De acordo com Tostes e Weiser (2018), os prédios públicos também deveriam seguir o padrão moderno e a construção e o funcionamento deles tornaram-se um símbolo da consolidação do projeto modernizador de Janary Nunes. Segundo os autores, “os primeiros aspectos das ideias modernas estão relacionados às características

definidas pelo primeiro governo do território Federal do Amapá onde os edifícios institucionais teriam um caráter econômico e funcional” (Tostes e Weiser, 2018, p. 38).

No tocante ao processo de urbanização de Macapá, à medida em que os prédios públicos eram inaugurados, a população reconhecia a importância de Janary Nunes como gestor público e dos serviços desses órgãos à sociedade amapaense. O capitão Janary, por outro lado via nessas cerimônias de inauguração uma oportunidade de promover sua campanha política. A astúcia em abrir espaço para sua campanha política nas cerimônias de inaugurações desses prédios, de certa forma, simbolizava suas ações governamentais no Amapá, pois destacava suas obras públicas entregues à população. Bourdieu enfatiza que “o capital político é uma forma de capital simbólico, *credito* firmado na *crença* e no *reconhecimento* ou, mais precisamente nas inúmeras operações de credito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa, [...] os próprios poderes que eles lhe reconhecem” (Bourdieu, 1989, p. 187-188). Para Maura Leal da Silva (2017), as obras públicas tiveram um valor significativo no governo do território, pois segundo a autora:

A propaganda política se propagou, sobretudo, através de inaugurações de obras e serviços, públicos, mesmo que mais restritos a circunscrição do centro da capital. A paisagem e a dinâmica da pacata vila se transformaram do dia para noite. A simples presença de um representante do governo federal transitando pela cidade, mostrando-se disposto a ouvir a população, já indicava que os tempos eram outros. Só no centro de Macapá, em um período de dois anos, foram inauguradas ou iniciadas as construções: da residência do governador; da escola do Grupo Escolar; do hospital geral; do cineteatro; de um hotel; de um conjunto de 35 casas residenciais da Vila Presidente Vargas destinadas aos diretores e chefes dos departamentos; as ampliações e adaptações dos prédios para funcionamento dos Departamentos de Saúde, de Educação e Segurança; da Agencia do Banco do Brasil; etc (Silva, 2017, p. 117-118).

Nessa mesma linha de raciocínio, Mauro Cezar Coelho (2004) discute acerca da política de modernização do governo de Vargas para o país, que foi incorporada por Janary na sua administração e, como de maneira semelhante a Getúlio Vargas, o primeiro governador do Amapá, como já foi mencionado, se utilizou dos meios de comunicações, principalmente o jornal, para promover suas ações no governo.

As coberturas jornalísticas das comemorações sintetizavam a razão mesma da existência do Amapá – instituir uma memória da nação e o seu panteão, assim como apontar em outro herói, que deveria reunir-se aos demais, o governador Janary Nunes. Assim a valorização dos antepassados gloriosos é ladeada pela valorização das ações do governo e da figura do seu ocupante (Coelho, 2004, p. 156).

Portanto, esse panorama de edificações de prédios para atender a sociedade amapaense

e possibilitar o funcionamento burocrático do Território, dava à figura de Janary Nunes a visibilidade de um gestor comprometido com os anseios da população. Sua visibilidade não era só percebida pelas inaugurações das obras, mas sobretudo reforçada pelos discursos nos meios de comunicação. No bojo da ordenação urbanística, ele não vislumbrava apenas a estruturação do espaço urbano, mas também transformar o “caboclo”, como mencionou Coelho (2004) nos seus estudos, em um potencial trabalhador. Para tanto, a educação vai se tornar essencial nesse processo. Logo, a Igreja Católica, por meio da sua reestruturação e do desenvolvimento da ação missionária dos sacerdotes do Pontifício Instituto das Missões ao Exterior (PIME), bem como pela realização de projetos de cunho social idealizado pelo padre Aristides Piróvano e seus companheiros sacerdotes, contribuiu de forma especial para a condução de um processo educativo pautado nos princípios morais e religiosos.

A política de urbanização efetivada pelo primeiro governador do Amapá objetivava a expansão e a modernização das estruturas do espaço urbano, além de apresentar para a sociedade um novo padrão de comportamento, novos costumes baseados nos princípios morais e cristãos. José Maria Bezerra Neto (1998) vai chamar de “modernização conservadora” a política de urbanização implantada na cidade de Belém no período de 1870-1912. O autor analisa “o processo de modernização da cidade e a fundação de diversos colégios católicos ou a administração de estabelecimentos de ensino público por várias ordens religiosas, na cidade de Belém” (Neto, 1998, p. 186). Nesse sentido, o modelo de modernização introduzido na cidade de Belém reverberou no Território Federal do Amapá. Em ambos os projetos ficou notória a presença e a influência da Igreja Católica através das congregações religiosas, principalmente no campo educacional, baseada numa educação religiosa, moral e instrutiva.

1.2 A (re) estruturação da Igreja Católica e a ação missionária dos sacerdotes do Pontifício Instituto das Missões ao Exterior (PIME) no Amapá

No final do século XIX, sob a liderança do Papa Leão XIII, foram convocados todos os bispos da América Latina para o 1º Concílio Plenário, tendo como pauta principal o processo de romanização, iniciado por Pio IX. O Concílio do Vaticano I (1869 – 1870), teve como principal objetivo a constituição organizativa da Igreja Católica contemporânea. Dentro dessa organização clerical, a América Latina será o alvo das ações missionárias, a partir dos aspectos culturais, econômicos, políticos e sociais que apresenta esse continente. Por este motivo a América foi considerada terra de missão. Tais aspectos serviram como justificativas para as

diligências da igreja em terras americanas, utilizando uma metodologia de evangelização mais direcionadas aos pobres e oprimidos.

[...]As decisões tridentinas e do Concílio Vaticano I (1869 – 1870) puderam, enfim, ser aplicadas na América Latina, pela primeira vez livre de tutelas governamentais, em sua história.

Foi o primeiro contato livre de Roma com toda a Igreja latino-americano, após o Padroado colonial e liberal.

Roma se empenhou em estimular a vinda de religiosos “renovados” para a América. Na cidade eterna já sido fundado o colégio Pio Latino (1850) para a formação presbiteral. Dele saíram os novos bispos, com uma mentalidade mais aberta à catolicidade. As grandes imigrações do século XIX, e início deste, alemães, italianos, portugueses, espanhóis, russos, poloneses... deram uma fisionomia à vida católica. Especialmente no Brasil, de seus descendentes saíram a maior parte das novas vocações masculinas e femininas (Besen, 2012, p. 276).

Nas primeiras décadas do século XX, a Igreja Católica firma compromisso com o trabalho missionário e tudo que envolve a complexidade dessa atividade. A importância das questões relacionadas às missões foi intensificada pelo pontificado do Papa Bento XV quando publicou a Encíclica “*Maximum Illud*”, segundo o documento teológico:

A ‘*Maximum Illud*’, do Papa Bento XV, 30 de novembro de 1919, sobre a grande e sublime missão confiada pelo senhor Jesus de propagar a fé em todo o mundo, é o 1º documento ‘moderno’ sobre as missões. Iniciou o ‘século das missões’. No início desse século, estava retomado o dinamismo missionário. Essa Encíclica foi uma carta de ânimo e apoio. Acentua o dever missionário de todo o cristão e a necessidade das missões (Panazzolo, 2006, p. 19).

O documento teológico acima, demonstra que a importância das missões religiosas para o fortalecimento, renovação e sistematização da ação missionária pela Igreja católica. O século XIX para a instituição católica foi, de certa forma, o renascimento missionário, não apenas as missões católicas, mas também as protestantes, onde surgem associações e institutos de caráter missionário para consolidar as novas ações evangelizadoras da Igreja. Entre as novas associações estão “A obra da *Propagação de Fé*” (1822) fundada por Pauline Jericot; “A obra *Santa infância*” (1822) hoje “*Infância Missionária*” (Coppi, s/d, p. 24). Além das associações, vários institutos foram fundados ao longo do século XIX com o intuito de ajudar e fortalecer as ações da Igreja através das missões religiosas. Entre eles estão:

[...] Missionários do espírito Santo (1803) – Maristas (1824) – Verbo Divino (1875). O retorno massivo dos Jesuítas às missões.

Nascem na Itália 4 Institutos Missionários:

- **O P.I.M.E.** (Pontifício Instituto das Missões Estrangeiras), fundado por Angelo Ramazzotti (1850).
- Os **Combonianos**, por Daniel Comboni (1895).
- Os **Xaverianos**, por Guido Maria Conforti (1895).
- Os Missionários da **Consolata**, por José Alamano (1901) (Coppi, s/d, p. 24).

No início do século XX, foram publicadas várias Encíclicas pelos pontífices, com a intenção de potencializar a atividade missionária. De acordo com “a ‘*Rerum ecclesiae*’, de Pio XI, de 28 de fevereiro de 1926, sobre o compromisso da Igreja coma a missão, [...] o papa das missões: nomeou e consagrou os primeiros bispos nativos, incentivando a formação de igrejas locais [...]” (Panazzolo, 2006, p. 20). Na década de 60 é realizado o Concílio do vaticano II³ com o objetivo de renovar as ações da Igreja, foi um dos maiores acontecimentos da Igreja Católica por se tratar de um Concílio Ecumênico. Nessa perspectiva, se consolida também, através da ação pastoral, a ideia e o esforço para implantar um novo modelo de Igreja: a Igreja “Povo de Deus” (Coppi, s/d, p. 26).

Indubitavelmente as medidas implementadas pelo vaticano em relação a uma nova pastoral, deveriam ser aplicadas às igrejas e foram pauta de conferências entre o Episcopado Latino-americano. As novas diretrizes da Igreja Católica foram aplicadas na América, em especial no Brasil⁴. O boletim da diocese de Macapá, especial de 50 anos do PIME no Amapá, ressalta que:

A década de 1950, sumariamente falando, pode se dizer que é caracterizada pela insurgência de interesse pela Amazônia. [...] Os Bispos e Prelados da Amazônia são convocados para Manaus, por ocasião do Congresso Eucarístico Nacional, a fim de debater, o Plano de Valorização Espiritual da Amazônia. [...] (O Ponteiro, 1997, p. 14)

Diante desse cenário, é notória a mobilização da Igreja Católica no que concerne à nova postura da instituição, principalmente a abrangência das ações missionárias no continente americano, sobretudo na região Amazônica. No início do século XX, o Brasil recebeu vários

³ O Concílio do vaticano II: Um Novo Pentecostes (1962-1965), um dos motivos principais da convocação do Concílio era o restabelecimento da unidade dos cristãos. [...]Um sinal indicativo da originalidade do Concílio foi a decisão de se aprovar um documento com maioria de dois terços e rejeitá-lo com maioria simples: era um contrapeso ao conservadorismo da Cúria. [...] Morto João XXIII, os conservadores esperavam que o Concílio fosse extinto. O novo Papa Paulo VI [...] era um homem aberto aos problemas do mundo e imediatamente decretou a continuidade do Concílio, propondo concretamente quatro decisões de trabalho: a) apresentar de modo doutrinal a essência da Igreja; b) renovar a vida interna da Igreja; c) promover a unidade da Igreja; d) intensificou o diálogo da Igreja com o mundo moderno (Besen, 2000, p. 268-269)

⁴ Este acontecimento eclesial pode ser também considerado o grid de largada que desembocará, com a atuação da CNBB dentro das diretrizes mais amplas da 1ª Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, realizada no Rio de Janeiro em julho de 1955, e sobretudo depois dos repetidos apelos do Papa João XXIII, nos grandes planos de Planejamento Pastoral (O Ponteiro, 1997, p. 14).

missionários de diversas congregações religiosas masculinas e femininas que desenvolveram suas atividades em diferentes regiões brasileiras como o nordeste brasileiro. O artigo intitulado *Religião e educação: os projetos dos jesuítas portugueses em tempos de exílio no Brasil (1910-1938)*, o autor Carlos André Silva de Moraes enfatiza que o Nordeste brasileiro, principalmente Pernambuco recebeu nas primeiras décadas do século XX, religiosos da Companhia de Jesus oriundo de Portugal.

Com a chegada dos jesuítas, alguns bispos aproveitaram a ocasião para fortalecer seu clero, uma vez que faltavam padres especialistas em estudos filosóficos, teológicos e com experiência aprofundada em administração eclesiástica. Nos primeiros anos da década de 1910, o padre geral da Companhia de Jesus, Franz Xavier Wern (1842-1914), recebeu vários pedidos para que enviasse religiosos para trabalhar nas dioceses do Brasil, colaborando, em certa medida, para a estruturação de um projeto cultural no novo espaço de atuação.

As ações dos diversos eclesiásticos, não apenas jesuítas, foram fundamentais para o projeto de Restauração Católica no Brasil – movimento internacional de reafirmação dos valores da Igreja e reestruturação do poder político da Instituição. [...] (Moura, 2019, p. 09-10).

As congregações religiosas femininas também atuaram na Amazônia desde o século XIX, as religiosas foram responsáveis por dirigir colégios católicos, escolas paroquiais, colégios do governo e instituições que abrigavam crianças órfãs. Nesse período havia uma grande preocupação tanto por parte do governo quanto da Igreja Católica com a educação. A preocupação desta última instituição foi principalmente com o sexo feminino. José Maria Bezerra Neto (1998) aborda em seu artigo intitulado: *As luzes da instrução: o asylo de Santo Antônio em Belém do Pará (1980/1912)*, as propostas educacionais da Igreja Católica procuravam se alinhar as do laicato. Nesse sentido, a instituição religiosa promovia diversas atividades como a catequese e a fundação de colégios confessionais. O autor enfatiza que o Asylo/Colégio Santo Antônio foi dirigido pela Irmãs Dorotéias, grande maioria portuguesas.

O Asylo/Colégio de Santo Antônio, primeiro estabelecimento confessional de ensino da Amazônia, cuidava tanto das órfãs, evitando a sua perda e preparando-as para serem futuras mães de famílias, quanto das filhas das ilustres famílias paraenses que na sua condição de pensionistas particulares, recebiam tratamento diferenciado, portanto uma “educação esmerada” ministrada por mestras-modelos[...] (Neto, 1998, p. 202)

Ao longo do século XX, outros religiosos chegam ao Brasil com a mesma finalidade de explorar, implementar a nova pastoral, consolidar seu projeto de evangelização e desenvolver

ações eclesiais na área educacional. Na década de 40, é a vez dos missionários do PIME⁵ desembarcarem no país. A princípio, antes do estabelecimento da congregação, houve uma averiguação detalhada por parte do padre Aristides Piróvano das características e lugares que necessitavam de ajuda material e espiritual. Entre suas visitas estavam Manaus/AM e Santarém/PA, onde o bispo dom Anselmo Petrulha lhe informou que um recém Território Federal havia sido criado e que era socialmente atrasado, habitados por brancos, negros e índios e que todos precisavam de evangelização (Negri, s/d, p. 27).

No Amapá, a presença dos missionários italianos do PIME, foram fundamentais para a reestruturação da Igreja em todo o território. As ações dos sacerdotes do PIME na região ocorreram em virtude de a mesma apresentar um cenário econômico, social e cultural que estavam dentro dos critérios do projeto missionário da congregação religiosa. Tal projeto de evangelização pautado nas novas diretrizes da igreja Católica, os sacerdotes colocaram em prática a filosofia da congregação que visava a promoção humana integral: cuidar das almas, mas promover o progresso social das pessoas (Negri, s/d, p.33). As impressões dos missionários assim como as justificativas para aplicarem o projeto no Território Federal se assentava na falta de infraestrutura, descaso com a saúde, fortalecimento e sistematização da Igreja Católica pois, havia muita superstição entre a população. De acordo com o Theodoro Negri:

Nos anos de 1950, a bacia amazônica era uma das regiões menos povoadas e, em parte, inexplorada. A população do Amapá era de mais ou menos 60 mil habitantes; em suas florestas havia milhares de índios vivendo no estado natural. A maioria da população era formada de caboclos que viviam ao longo dos rios, em palafitas com telhados de folhas de palmeiras[...]. A expectativa de vida era de 35 anos e as mulheres definhavam aos 20. O envelhecimento e a morte prematura tinham muitas causas: a malária, outras doenças, como diarreias verminoses, chagas não-tratadas, falta de comida, falta de higiene, falta de assistência médica e o clima quente e úmido [...] (Negri, s/d. pp. 90-95).

Os missionários italianos espalharam-se por todo o território não só colocando em

⁵ O PIME, Pontifício Instituto das Missões ao Exterior, nasceu no dia 31 de julho de 1850, em Soronno, região de Milão, Itália, por vontade do Papa IX, que deu vigoroso impulso às missões além-fronteiras. Seu fundador foi o bispo Dom Ângelo Ramazzotti. [...] Os primeiros sete missionários foram enviados pelo Papa à Oceania em duas pequenas ilhas, Rook e Woodlar, [...] habitadas por tribos aborígenes. O nome Pontifício Instituto das Missões ao Exterior (PIME), porém, nasceu em 1926, por vontade de outro Papa, Pio XI, que uniu o “Seminário Lombardo para as Missões além-fronteiras” com o “Pontifício Seminário dos santos Apóstolos Pedro e Paulo para as Missões além-fronteiras”, de Roma, fundado em 1871 por Dom Pietro Avanzini. O PIME fundou 40 dioceses em vários continentes, especialmente na Ásia, nove dioceses na Índia, três em Bangladesh, cinco na Birmânia, uma em Hong Kong, oito na China continental, duas na Amazônia brasileira, uma em Mato Grosso do Sul e uma no Paraná, e também colaborou para o nascimento de outras dioceses, em outros lugares do mundo não cristãos, como na África (Donegana, 2014, p. 41-42).

prática a missão evangelizador, mas sobretudo promovendo ações assistencialistas levando recursos materiais onde houvesse necessidade. Segundo Pierro Gheddo, além do trabalho paroquial do PIME, que cobre todo o estado, visitando comunidades do interior, eles construíram instituições para dar assistência médica e social como a “Casa da Hospitalidade” em Santana/AP (Gheddo, 1989, p. 78).

O projeto missionário do PIME se desenvolveu plenamente a partir plano de urbanização do governo de Janary Gentil Nunes, pois vai proporcionar à Igreja Católica sua reestruturação no Amapá, ou seja, consolidar e fortalecer sua ação evangelizadora. Em 1903, o território do Amapá pertencia à Prelazia de Santarém quando ela, na ocasião, foi desmembrada da Arquidiocese de Belém. Em 1943, somente a Paróquia de São José de Macapá contava com a presença estável de um pároco (O Ponteiro, 1996). Segundo o autor Giovanni Romelli (2011), a “evangelização na Amazônia, com a fundação de prelazias e paróquias, começa de maneira sistemática no século XX. A Igreja, com todas as estruturas necessárias, ainda estava para ser fundada e dependia exclusivamente da ajuda de pessoal e recursos internacionais” (Romelli, 2011, p. 65).

A sistematização de uma ação evangelizadora da Igreja Católica, assim como a sua estruturação física com a construção de igrejas e escolas paroquiais, se iniciou com a chegada dos padres do PIME. Os primeiros missionários do PIME chegaram à Macapá em 28 de maio de 1948, sendo eles: o padre Pirovano e o padre Arcângelo. Segundo Piero Gheddo (2000), “os padres encontraram em Macapá somente uma velha igreja construída pelos portugueses em 1745, perto da fortaleza de São José e dois idosos missionários alemães padres da Sagrada Família, cercados pelas suspeitas do povo local de manterem contato com o exército nazista” (Gheddo, 2000, p. 41-42). Giovanni Romelli enfatiza que nos primeiros anos da criação do território as dificuldades eram muitas para os religiosos que estavam à frente de tal empreendimento organizado pela Igreja. O autor assim descreve o início das obras da Igreja com a colaboração do Governo:

Nesses primeiros tempos do Território, quando tudo era difícil, podemos afirmar que o grande construtor da Igreja no Amapá foi o padre e depois bispo Aristides Pirovano. De fato, em 1948, os padres encontraram uma missão toda para ser construídas nas suas estruturas materiais. Não tinha nada! Os terrenos para as construções poderiam ser conseguidos de graça pelo Governo, assim como certa parte do material. Dom Aristides admite que naquele estado de coisas seriam necessários pedreiros, carpinteiros [...] (Romelli, 2011 p. 66-67).

No Brasil, o PIME está presente e atua nos seguintes Estados da Federação: São Paulo,

Manaus, Amapá, Amazonas, Minas Gerais, Pará, Paraná, Mato Grosso, Rio de Janeiro e Santa Catarina (O Ponteiro, 1996, p. 3). Na região norte do Brasil, em especial no Estado do Amazonas e do Amapá, os missionários do PIME desenvolveram atividades do tipo pastoral, educacional e social.

Em 1946, os missionários do Pime foram convidados pelo Papa Pio XI para assumir um trabalho missionário no Brasil, tendo como base a cidade de São Paulo, os missionários estenderam suas atividades em Assis, no interior do Estado de São Paulo, no norte do paraná e em Santa Catarina. Contudo, sendo que o cora o dos missionários estava voltado para a evangeliza o dos índios da Amazônia, logo rumaram para o Amapá e o interior do Amazonas [...] (Donegana, 2014, p. 44).

No estado do Amapá, os clérigos detectaram logo ao chegarem inúmeros problemas e desafios: popula o carente, falta de infraestrutura administrativa, educacional e religiosa. Nesse panorama, os padres encontraram um ambiente fecundo para suas práticas religiosas, que contemplavam a a o evangelizadora (expansão e fortalecimento da doutrina), a estrutura física (edifica o de igrejas e paróquias) e o desenvolvimento de obras de cunho social paralelamente às atividades religiosas (constru o de escolas, hospital e etc.). O autor Welison Couto da Cunha, em seu artigo *Fronteiras da fé: o Pontifício Instituto das Missões Estrangeiras, de Milão ao Amapá (1926-1965)*, afirma que:

Desde o começo, a presença do PIME no Brasil foi multiforme e toda orientada para a funda o de igreja local ou a serviço do amadurecimento de dioceses, já formalmente constituídas, mas quase sem clero local. O Instituto fundou duas dioceses: de Macapá (no Território Federal do Amapá) e de Parintins (no Estado do Amazonas) (Cunha, s/d, p. 7).

O governador então Janary Gentil Nunes, ao implantar sua política desenvolvimentista no Território Federal do Amapá, d  autonomia   Igreja para construir escolas e participar ativamente no seu governo.   no cerne dessa conjuntura política, econ mica e social que a institui o religiosa coloca em prática seu projeto de evangeliza o no Amapá. A percep o que os clérigos do PIME possuíam sobre a Amazônia, em especial o estado do Amapá, não divergia da visão das autoridades governamentais.

A Amazônia era um mundo virgem ainda em forma o. Tudo estava ganhando então a forma definitiva, desde o dia da cria o: as terras, as águas e as pessoas, recém-s idas da nevoa da pr -história. Também o cristianismo registrava somente então sua alvorada luminosa nessa terra, embora, desde os tempos da coloniza o portuguesa, a igreja tenha sido ali fundada e o povo fosse quase todo batizado. Mas a evangeliza o sistemática teve início somente depois da Segunda Guerra Mundial, com a chegada de missionários

que ocuparam todo o imenso território amazônico (Gueddo, 2000, p. 49).

A visão que os padres do PIME tinham sobre a Amazônia, em especial o Amapá, era de uma terra em que o povo se encontrava em total abandono, tanto no âmbito social quanto no espiritual, apesar do Território Federal do Amapá, em 1948, contar com a presença de padres alemães, que se totalizavam em quatro. A concepção do PIME em relação ao Território Federal caracterizou a região como terra de missão. A revista *Memorial da Missão: 150 anos (1850-2000)* exibe um artigo sobre as impressões e os desafios que o Amapá causou aos primeiros missionários do PIME.

O território que cobre todo o Estado do Amapá com as ilhas da foz do rio Amazonas foi o campo confiado ao trabalho de 14 missionários do PIME, em 1949. Caboclos, índios e afro-brasileiros compunham o povo então quase totalmente abandonado.

Os missionários enfrentaram os desafios de uma geografia impervia, de uma cultura pluriétnica, do isolamento, da distância, da falta de infraestrutura administrativa, sanitária, educacional e religiosa (*Memorial da Missão: 150 anos [1850-2000]*, p. 24).

As principais atribulações desses clérigos na região referiam-se ao problema da língua e do clima, que debilitava a saúde de muitos padres, levando até mesmo à desistência de alguns. Para os sacerdotes europeus a adaptação foi lenta e gradual. Essas adversidades podem ser constatadas no Boletim da Diocese de Macapá, *O Ponteiro* (1997), no artigo com o título *A constância apesar das dificuldades*, que relata as dificuldades dos padres do PIME no Amapá:

Mais variados é o leque dos estorvos relativos às viagens: longas e frequentes e com meios de transporte nada confortáveis; sempre marcadas por imprevistos imprevisíveis: pontes quebradas pela estrada, maresias perigosas pelos rios, atoleiros e repiquetes de águas torrenciais pelos campos; alojamentos precários e sem o mínimo de privacy, só compensada cordial acolhida das famílias; mucuim, maruim, moriçoca e carapanãs a tirar o sossego também nos poucos momentos de repouso. Falhas nas comunicações, extravio de encomendas, escassez de mercado para o abastecimento de materiais de todo tipo, causa por sua vez; de demora cansativa e enervante em qualquer empreendimento. Numa palavra, foi choque ambiental e cultural para quem chegara de muito longe [...] (*O Ponteiro*, 1997, p. 13).

A citação acima mostra o quão complexa foi a empreitada dos sacerdotes no Território Federal do Amapá no que tange à reestruturação da Igreja Católica praticamente em todos os aspectos. O autor Sidney Lobato em *Santos e sacramentos no cotidiano dos trabalhadores de Macapá (1948-1964)* salienta as dificuldades desses padres no início de sua obra missionária, que foi a identificação da existência na região de um catolicismo popular que desviava

totalmente da doutrina oficial da Igreja.

[...] os padres do PIME, logo que chegaram, perceberam esta diferença e passaram a associar os cultos populares ao fetichismo e à magia. Eles entendiam que, no catolicismo popular, ocorria uma inversão que deveria ser urgentemente corrigida: os fiéis valorizavam mais os sacramentais (imagens, velas, fitas, água benta, etc.) do que os sacramentos (Batismo, comunhão, crisma, matrimônio, ordem, confissão e unção dos enfermos). A doutrina oficial da Igreja afirmava que os fiéis deveriam entrar em contato com Deus prioritariamente através dos sacramentos – o que era também um modo de afirmação da importância daqueles que iriam (quase que exclusivamente) ministra-los: os padres (Lobato, 2014b, p. 55-56).

O autor Custódio (2016) corrobora com a discussão supracitada a respeito das dificuldades em implementar uma evangelização sistemática na região do Amapá, asseverando que os missionários do PIME desenvolveram ações com o objetivo de minar as práticas religiosas populares na sociedade amapaense, principalmente as de origem africana. Nesse sentido, o autor afirma que “houve um grande movimento repressivo das manifestações culturais africana. Esses religiosos por razões preconceituosas encaravam o Marabaixo⁶ como macumba, folclore, orgias [...] (Custódio, 2016 p. 70-71). Diante dos infortúnios pelos quais os clérigos passaram ao chegar no Amapá, desde as adversidades geográficas como o enfrentamento de um catolicismo popular que se distanciava da doutrina oficial da Igreja, grandes esforços foram disponibilizados para uma ação mais meticulosa da instituição religiosa.

A consolidação da autonomia da Igreja Católica no Amapá com a presença dos missionários do PIME foi registrada no *Livro Tombo* da Prelazia de Macapá, iniciando, dessa forma, a sistematização da ação evangelizadora na região. Assim, foi registrada a cerimônia oficial de transferência da Prelazia de Macapá para os clérigos do Pontifício Instituto das Missões ao Exterior.

29 de maio de 1948: acompanhado pelos padres Aristides Piróvano e Arcângelo Cerqua do PIME, chega em Macapá Dom Anselmo Pietulla, Prelado de Santarém. Todos foram hospedes do governador do Território e, na própria residência governamental.

Dia seguinte, 30 de maio na presença de muito povo e do Governador do Território, Cap. Janary Gentil Nunes, o Pe. Arcângelo Cerqua canta a missa, acompanhado pelo coro das professoras. [...] O Exmo. Dom Anselmo Pietrulla, que depois de ter agradecido aos Padres da Sagrada Família pela dedicação com a qual prestaram seu ministério sacerdotal ao povo amapaense

⁶ O Marabaixo é composto basicamente por dois momentos: o primeiro, de caráter religioso; e o segundo, de caráter lúdico. Como expoente de um catolicismo popular amazônico, a prática religiosa ulterior não corresponde àquilo que fora trazido pela Igreja Católica para o Amapá, é uma releitura sincrética, uma nova voz de um catolicismo popular amazônico na qual se matizam mentalidades e que ressignificam sinais identitários no *ethos* das comunidades negras amapaenses (Reis, *et al.*, v. 19, p. 11-28, 2021).

por tantos anos [...] devido à falta de membros disponíveis, deu público a posse no cargo de Vigário de Macapá ao referido Padre Arcângelo Cerqua. Além do povo e das autoridades acima mencionadas, estavam presentes ao ato o Pe. Aristides Piróvano, superior local dos padres do PIME e os Padres Antonio Schulte e João Lentner da Congregação dos Missionários da Sagrada Família [...] (Livro do Tombo, n. 01, 1949-1958, p. 00037).

A organização da Igreja Católica no Território Federal do Amapá aos poucos vai se consolidando à medida que a urbanização avança e todo o território vai sendo ocupado pelos missionários e pelas igrejas edificadas. Em 1949, a Prelazia de Macapá é desmembrada da Prelazia de Santarém, através da Bula *Unius Apostolicae Sedis* emitida pelo Papa Pio XII e, no mesmo ano, Aristides Pirovano é nomeado Superior Apostólico da região. Com autonomia, a Matriz de São José em Macapá é elevada à Catedral e São José foi declarado padroeiro em 30 de março de 1950 (Romelli, 2011 p. 66). A repercussão de sua nomeação como superior apostólico da região foi muito grande, a população local, enfim, estava diante de sua autonomia religiosa. Assim se pronunciava o jornal que circulava na época:

Foi recebida com grande satisfação pelos católicos amapaenses, a notícia de que o Santo Padre nomeara o reverendo Aristides Piróvano, superior local dos padres do Instituto Pontifício de Milão, para ser o administrador apostólico da prelazia de Macapá, criada por sua santidade em 1948. O reverendo Padre Aristides recebeu numerosas visitas de cumprimentos entre os quais a do governador do território (*Jornal Amapá*, nº109, 1950).

Em 1959, segundo o *Livro do Tombo*, os sacerdotes do PIME estavam organizados e distribuídos nos seguintes cargos e paróquias.

Quadro 1- Distribuição dos Padres a 1º de janeiro de 1959⁷

Bispo – Prelado	Dom Aristides Piróvano, PIME
Vigário geral	Pe. Vittorio Galliani, PIME
Paróquia de São José – Catedral	Pe. Vittorio Galliani, Vigário, PIME Pe. Angelo biraghi, PIME Pe. Cezar Córneo, PIME PE. Martino Sperati, PIME Pe. Vendramino Zanardo (Estudo Língua), PIME Pe. Franco de Benedetti (Estudo Língua), PIME

⁷ Quadro adaptado com amostragem dos padres do PIME nos principais cargos e nas Paróquias do Território Federal do Amapá. Bubani, Angelo. *Livro do Tombo* n. 02 (1959-1965). Prelazia de Macapá, Macapá, 1980, p. 303.

	Irmão Martino Minelli, PIME
Paróquia Conceição - Trem	Pe. Antonio Coco – PIME - Vigário Pe. Caetano Amico, PIME
Paróquia de Mazagão	Pe. Salvatore Zona, PIME – Vigário Pe. Antonio Lúvio, PIME - Vigário
Paróquia de Oiapoque	Pe. Carlos bassanini, PIME - Vigário Pe. Jorge Basile, PIME
Paróquia de Amapá	Pe. Angelo Bubani, PIME – Vigário Pe. Angelo Negri, PIME
Paróquia de Porto Grande	Pe. Angelo Pighin, PIME - Vigário
Orfanato de Santana	Pe. Mário possati, PIME – Diretor Irmão Francisco Mazzoleni, PIME - Assistente

Fonte: Livro do Tombo n. 02 (1980, p. 303).

Os missionários empreenderam uma força tarefa para alcançar os lugares mais longínquos do Território. No livro *Pistas para a História da Evangelização no Território do Amapá* (1980) é possível perceber que além de fortalecer o evangelho, os padres lutavam contra as festas consideradas profanas: “No dia 30 de julho de 1948, Pe. Limonta viaja para as Ilhas do Veados para abençoar um e os padres Bassanini e Galliani voltam de Mazagão Velho, onde foram presidir a festa de São Tiago e onde não conseguiram evitar o baile” (Bubani, 1980, p. 62). A reestruturação e a consolidação da Igreja Católica no Território Federal do Amapá, de certa forma, iniciaram a edificação de várias igrejas e capelas, como podem ser observadas no quadro abaixo, que demonstra as localidades onde foram erigidas algumas igrejas na paisagem da capital do Território, bem como o histórico de sua construção. Os sacerdotes do PIME foram responsáveis pela maioria dessas construções nas décadas de 50, 60, 70 e 80 do século XX.

Quadro 2- Principais Paróquias erigidas no Território Federal do Amapá nas décadas de 50 e 60 do século XX⁸

Igreja/ Capela	Denominação - Lugar - Município	Histórico
Igreja	São Benedito Bairro Julião Ramos Macapá (capital)	02.03.1956 - Dom Aristides Pirovano benze e inaugura a nova capela do bairro do

⁸ Quadro adaptado com amostragem das principais Igrejas e Capelas construídas no Amapá nas décadas de 50 e 60 do século XX com a contribuição dos missionários do PIME. A fonte consultada traz informações de outras Igrejas e Capelas erguidas também nas décadas de 70 e 80. Bubani, Angelo. *Diocese de Macapá – Brasil: Bispos, Paróquias, Sacerdotes, Religiosos, Religiosas, Igrejas e Capelas*. 2. ed. Dezembro de 1985, p.73-82.

		Laguinho em Macapá, dedicada a São Benedito. Tem parede de madeiras, piso de cimento e é coberta com telhas tipo Marselha. Os trabalhos tinham sido iniciados em 11.04.1955.
Igreja	Nossa Senhora de Fátima Bairro Central Macapá (capital)	25.12.1957 - Dom Aristides Piróvano celebra a 1ª missa na Capela, dedicada a N. Sra. De Fátima, no bairro da Favela em Macapá. 19.12.1965 - Pe. Angelo Bubani benze e inaugura a nova Matriz construída pelo Pe. Salvatore Zona.
Igreja	Nossa Senhora do Perpétuo Socorro Vila Amazonas (Santana) Macapá (capital)	01.09.1963 - Dom Aristides Piróvano benze a igreja e entroniza a estátua de N. Sra. Do Perpétuo Socorro nas proximidades da vila Amazonas da ICOMI em Santana.
Igreja	São Pedro Bairro do Beírol Macapá (capital)	29.11.1964 - Pe. Angelo Bubani benze e celebra a 1ª missa na 1ª Capela do bairro do Beírol construída pelo Pe. Franco Benedetti. Ela é construída em madeira tanto nas paredes como no assoalho e sua cobertura é de telha de barro.
Igreja	Sagrado Coração de Jesus Bairro Buritizal Macapá (capital)	31.10.1965 - Pe. Angelo Negri benze a Igreja dedicada ao S. Coração de Jesus no bairro de Buritizal. A 23.07.1978 foi declarada sede de Paróquia.
Capela	Santa Maria Bairro Santa Rita	24.04.1968 - Dom José

	Macapá (capital)	Maritano benze e celebra a 1ª missa, inaugurando a Capela Santa Rita do Abrigo São José. O edifício, todo de alvenaria e de propriedade do Governo do Território.
--	------------------	---

Fonte: Bubani, Angelo. Diocese de Macapá – Brasil: Bispos, Paróquias, Sacerdotes, Religiosos, Religiosas, Igrejas e Capelas (1985).

Nota-se os discursos e a exaltação dos jornais em noticiar os movimentos que a Igreja Católica realizava no estado do Amapá, com a construção de igreja e capelas pelos principais bairros da capital, como mostra o quadro acima, reforçando a integração entre Governo e Igreja, haja vista que a reciprocidade entre autoridades governamentais e eclesiásticas em eventos importantes deixava transparecer a cordialidade entre ambas as partes. Neste período, como o progresso civilizatório era um projeto político e também religioso, em todo o território do Amapá a figura de Dom Aristides mostrava-se como respeitável e de grande prestígio, pois sempre estava à frente das obras sociais. Na Itália, no dia 13 de novembro de 1955, foi nomeado em sua terra natal Bispo prelado do Território Federal do Amapá, permanecendo no cargo até sua posse como superior geral do PIME em 27 de março de 1965 (O Ponteiro, 1997, p. 15). Ao retornar à Macapá foi recepcionado com grande festa e seu retorno foi noticiado no jornal *Amapá*:

Apoteoticamente recebido e chegou dia 27 de julho de 1956, Dom Aristides Piróvano, primeiro bispo de Macapá, que se encontrava ausente desde novembro do ano passado, quando teve oportunidade de rever a terra natal na Itália.

Ao aeroporto da cidade compareceram o governador Amílcar da Silva Pereira, o Sr. Pauxy Nunes, secretário geral do Território, o mundo católico, estudantil e grande massa do povo, que foram levar voto de boas-vindas ao querido ministro de deus.

[...] Como parte do programa de recepção constou um jantar na residência governamental, ao qual fizeram parte representantes da igreja católica, autoridades e pessoas civis (Jornal Amapá, nº107, 1956).

A reorganização da Igreja contou com a colaboração, no primeiro momento, dos padres do PIME para a efetivação da missão evangelizadora e, num outro momento, a instituição religiosa se engajou e ganhou espaço dentro do campo social, no que esse engajamento social dos padres consistia em realizar diversas obras no Amapá. Podemos perceber que a catequese, além da tarefa religiosa, desempenhava atividades visando à alfabetização e à promoção

humana. Neste intuito, foram realizados outros projetos sociais. Boletins publicados pela Igreja noticiavam os empreendimentos desenvolvidos pelos sacerdotes no Amapá abrangendo diversas áreas da sociedade amapaense.

Muitas obras foram realizadas no Amapá com a chegada do PIME entre elas: Orfanato de São José na ilha de Santana, em Macapá atrás da catedral, O Pensionato São José para abrigar moças providas do interior por razão de estudo. A construção de escolas paroquiais: São José, na paróquia da catedral, São Benedito no Laguinho, Padre Dário no Trem, D. Aristides na Favela, São Lázaro, São Francisco, Joaquim Nabuco e Padre Vitório Galvani em Oiapoque, Padre Salvalaio, Navegantes e São João em Santana, Escola Agrícola em São Joaquim do Pacuí, A Casa da Hospitalidade para infância, os adolescentes e os idosos abandonados em Santana, A Gráfica São José que foi escola profissionalizante e suporte para a comunicação escrita, cuja expressão foi o *Semanário A Voz Católica* e a Rádio Educadora para atingir a opinião pública de maneira mais ampla e geral favorecendo também os analfabetos que no período em questão eram numerosos (O Ponteiro, 1996, p. 7).

No campo da educação, os missionários preocuparam-se com as novas gerações de amapaenses, organizando escolas paróquias e instruindo crianças e jovens. As atividades realizadas nessas escolas eram relatadas no jornal *A Voz Católica* da própria prelazia:

Na escola paroquial Padre Dário no bairro do Trem as matriculas já chegaram a quinhentas e o padre Antonio viu-se obrigado a iniciar imediatamente a construção de mais duas salas que estarão prontas em poucos dias. Na Favela, na escola N. S. de Fátima, as matriculas aumentaram e a irmã Santina pensa que vamos chegar a cento e cinqüenta. Se continuar essa afluência, para ano devemos aumentar a já enorme construção da escola. Já do bairro Perpetuo Socorro, o padre Ângelo Biraghi abriu nova paroquial naquele bairro. A matricula até agora é muito boa. Em nossas quatro escolas paroquiais mais de mil crianças receberão este ano sua formação intelectual, num ambiente sadio e sério (*A Voz Católica*, 1960, p. 4)

Na área da educação, é notória a aproximação entre Governo e Igreja, pois como não existiam escolas no Território do Federal do Amapá, um acordo entre ambas as partes foi firmado. A Igreja Católica se comprometeria a construir as escolas, enquanto o Governo disponibilizaria os professores. Segundo Romelli (2011) “As escolas permaneciam propriedade da prelazia, porém aos domingos eram usadas para a educação religiosa. Além, disso a Prelazia tinha o direito de escolher o diretor das escolas. Foi assim que surgiram várias escolas propriamente ditas [...]” (Romelli, 2011, p. 69).

Na área da saúde o engajamento do PIME foi percebido no projeto de um hospital de grande porte na Amazônia. No dia 25 de janeiro de 1961, foi lançada a pedra fundamental do hospital no terreno doado pelo governador do Amapá, no bairro Santa Rita, periferia de Macapá.

Toda a fase da construção foi acompanhada pelos missionários, o próprio Dom Aristides Piróvano supervisionava a obra. O jornal da prelazia anuncia a construção do hospital São Camilo e São Luís com grande entusiasmo:

A assistência médica e sanitária, naturalmente, é uma das mais necessárias e úteis para a promoção social de um povo.

Queremos focalizar aqui uma experiência digna de louvor. Não acontece tão facilmente, hoje em dia, que um industrial, no caso, um técnico em química, aos seus cinquenta anos de idade deixa sua vida confortável em Milão para prestar sua obra e experiência em um pedaço da Amazônia. Trata-se do Dr. Marcello Cândia que saiu de Milão para o Amapá.

[...] O território do Amapá, onde ele trabalha com outros voluntários leigos, tem uma superfície maior do que a metade da Itália e precisa de uma assistência sanitária mais desenvolvida. A malária aflige, ainda hoje, a maioria dos habitantes e os enfraquece de tal maneira que se tornam expostos às doenças (...) por isso o projeto do Dr. Marcello Cândia a respeito de um hospital é bem planejado. Não é um simples hospital, trata-se de organizar numa maneira racional uma assistência sanitária também para o interior do Amapá, plano devido sobretudo ao primeiro bispo do território sua Exa. revma. Dom Aristides Piróvano, hoje superior geral do PIME (A Voz Católica, 1966, p. 2).

Indubitavelmente, a reorganização e a autonomia da Igreja Católica no Amapá representaram não só a sua consolidação religiosa na região, mas, sobretudo, como ela mostrou-se uma grande incentivadora dos projetos governamentais. É importante destacar que a instituição religiosa possuía dois objetivos primordiais dentro da sociedade amapaense: desempenhar seu papel religioso através da evangelização resgatando e fortalecendo os valores morais e cristãos, e seu papel social por meio das suas obras assistencialistas que visavam não somente a prestação de serviços à comunidade, mas também conquistar o maior número de fiéis. Portanto, a Igreja Católica, na figura de Dom Aristides Piróvano, procurou promover parcerias com o Governo com intuito de colocar em prática suas obras sociais visando a promoção humana. Todos os projetos sociais desenvolvidos na região nas décadas de 50 e 60 do século XX pela Igreja visavam formar uma base sólida para a evangelização, penetrando silenciosamente na cultura, a fim de transformar alguns hábitos não condizentes com a doutrina católica.

É nesse contexto de organização física e sistematização religiosa da Igreja Católica que chegarão ao Território Federal do Amapá as Irmãs da Congregação Nossa Senhora Menina, afim de contribuírem com as obras sociais da Igreja em parceria com o governo local. As colaboradoras vieram para assumir a direção da Escola Doméstica, de propriedade do governo, um dos símbolos da política modernizadora e civilizatória que foi implantada no Amapá por

Janary Nunes. A próxima seção se ocupará em apresentar a história da Congregação Religiosa Feminina Nossa Senhora Menina e pontuar suas atuações no Amapá a partir dos lugares designados à laboração das religiosas pela Igreja Católica.

2 A PRESENÇA DA CONGREGAÇÃO RELIGIOSA NOSSA SENHORA MENINA NO AMAPÁ EM MEADOS DO SÉCULO XX

Figura 3- Ir. Rosa Coran, 1ª Superiora da Comunidade à direita, e Ir. Anna Maria Maltese à esquerda, 1ª Diretora do Colégio Santa Bartolomea Capitanio com o grupo de alunas de turmas diversificadas



Fonte: Arquivo do Colégio Santa Bartolomea Capitanio (1963).

2.1 Breve histórico da Congregação Religiosa Nossa Senhora Menina

A imagem acima mostra as Irmãs da Caridade Santas Bartolomea Capitanio e Vicenza Geroza, nome oficial da Congregação Religiosa, na primeira construção do Colégio Santa Bartolomea Capitanio, com as alunas matriculadas no referido estabelecimento de ensino. Nessa seção intentamos tecer um breve histórico da Congregação Feminina Nossa Senhora Menina desde a origem da congregação até sua chegada ao Brasil e na Amazônia.

Santa Vicência Gerosa, Virgem da Terceira Ordem (1784-1847), fundadora da Congregação Nossa Senhora Menina, foi canonizada por Pio XII no dia 18 de maio de 1950.

Catarina Gerosa⁹ nasceu em 29 de outubro de 1784 em Louvere, no norte da Itália. De saúde muito débil, não podia estudar. Modesta e caridosa, vivia uma espiritualidade simples, desenvolvida na missa, que frequentava todos os dias, porém a invasão napoleônica da Itália mudou sua vida. A crise econômica levou à morte de seus pais, mas, apesar da tragédia pessoal, Gerosa aceitou tudo com resignação. Percebemos que a bibliografia consultada a respeito de Vinceza Gerosa e Bartolomea Capitanio traz uma narrativa muito romantizada sobre suas vidas em virtude de serem escritas por autores religiosos e publicadas em parte por órgãos eclesiásticos. Indubitavelmente são informações importantes para a construção do contexto histórico e da história das fundadoras da congregação.

Em 1824, Gerosa conheceu Bartolomea Capitanio, uma jovem professora de 17 anos, nascida também em uma família humilde, em Louvere. Desde menina, Bartolomea pensava em se dedicar a praticar a caridade aos pobres e aos doentes, por isso se diplomou professora no colégio das Clarissas de sua cidade natal. Por meio do pároco, Gerosa criou grupos de orações para jovens e sabia que Bartolomea havia criado uma escola para instruir e dar formação religiosa às meninas pobres e abandonadas. O objetivo do pároco era que Gerosa orientasse as jovens nas práticas das atividades domésticas. Em seu livro *50 anos educando para a vida: Uma proposta diferente* (2011), Giovanni Romelli ressalta que:

[...] À jovem Bartolomea foi solicitado, pelo confessor Pe. Ângelo Bósio, que abrisse uma ‘escola particular’, justamente em uma época em que os debates sobre os novos processos educativos animavam os ambientes acadêmicos. Isso ocorreu em 1825, quando Bartolomea enriquecida pela experiência das Irmãs Clarissas, abriu na própria casa uma escola.

A idade dos alunos variava de 5 a 20, 30 anos. Não se tratava só de um simples repasse de conteúdo – leituras e cálculos –, mas de centro multiplicador de novas vocações ao magistério, devido à grande necessidade. A integridade moral era o requisito básico para os candidatos, pois a tarefa educativa era voltada – já naquela época – para o exercício da cidadania, com profunda atenção às leis civis e às normas religiosas. Todos os dias chegavam mães levando os filhos para estudar.

Além das atividades propriamente educativas, Bartolomea, a partir de 1826, tornou-se diretora de um hospital para doenças crônicas, revelando cada vez mais sua vocação para caridade (Romelli, 2011, p. 25).

Assim, com muita dificuldade e junto com a companheira, elas fundaram, em 1827, um

⁹ Ver histórico completo em: <www.capuchinhos.org.br>.

novo instituto religioso regular para dar assistência aos doentes, instrução gratuita às meninas abandonadas, além de fundar orfanatos e dar assistência à juventude. O novo instituto, cuja filosofia era “todo fundado na caridade”, foi chamado de Instituto da Irmãs de Maria Menina, com sede em Louvere e com as regras escritas por Bartolomea. Para evitar objeções de caráter político, ele foi fundado autônomo. Segundo Romelli (2011) “em 1833, Bartolomea e Caterina legalizaram sua posição, uma espécie de Ato Constitutivo da Sociedade, [...] e assumindo à assistência aos pobres e inválidos da Pia Casa de Lovere e a receber no Conventinho as meninas necessitadas e órfãs” (Romelli, 2011, p. 31). Ainda segundo o autor, no mesmo ano Bartolomea é acometida por uma grave doença, tuberculose, e falecendo aos 26 anos, no dia 26 de julho.

Na década de 40 do século XIX, uma carta apostólica de Gregório XVI aprovou o Instituto de Lovere. Nesse ínterim, Catarina Gerosa emitiu os votos, vestiu o hábito e tomou o nome de Vicência, sendo eleita madre Superiora. A morte de Vicência, aos 63 anos de idade, em 20 de junho de 1847, aconteceu quando já existiam 24 casas das Irmãs de Maria Menina espalhadas por todo o mundo, da Palestina até a América. Sua canonização ocorreu em 18 de maio de 1950 pelo Papa Pio XII. Atualmente, o Instituto Irmãs da Caridade das Santas Bartolomea Capitanio e Vicência Gerosa, nome oficial da congregação religiosa que ficou conhecida popularmente como “Irmãs de Maria Menina”, atuam em toda a Europa, África, Ásia e nas Américas.

Giovanni Romelli (2011) salienta que a ação missionária das Irmãs Nossa Senhora Menina tem início na segunda metade do século XIX. Os trabalhos iniciaram no continente asiático a convite de José Marinoni, superior dos padres do PIME. A escolha da congregação feminina foi em virtude da filosofia de seu instituto, aliando a espiritualidade à formação do indivíduo através da instrução e caridade. Por esse motivo, “o destino foi Bengala na Índia onde os padres mantinham uma escola para as meninas cujas famílias tinham-se convertido ao cristianismo. A grande preocupação dos padres era a formação das meninas, por julgá-las a base da família e da estrutura social” (Romelli, 2011, p. 35).

Segundo o autor supracitado, a Congregação Religiosa Nossa Senhora Menina atuou em várias partes do mundo através de sua ação missionária que unia evangelização, instrução e formação religiosa. No continente europeu, atuou na Itália, onde nasceu o Instituto em 1832, e nas comunidades que se concentraram no Norte; na Espanha, em 1950, abriu a primeira comunidade constituída por Irmãs oriundas da Argentina e da Itália, com a finalidade de abrir um Noviciado e dedicar-se à formação da juventude; na Inglaterra, em 1959, foi aberta a “Casa da estudante” para a prática da linguística e para a preparação das Irmãs missionárias. Na

América do Norte, Califórnia, chegaram em 1959 para atuar na formação da juventude. Estão presentes também em Israel desde 1984, atuando nos hospitais. No continente africano, chegaram em 1969 no Zimbábue para dar principalmente assistência às famílias italianas; na Zâmbia, em 1967, fundaram nove comunidades; no Egito, em 2002, fundam a comunidade em Port Said para trabalharem na área hospitalar e na educação. Na Ásia estão presentes desde 1860, iniciando os trabalhos na Índia, onde fundaram 194 comunidades.

A Amazônia, no século XX, recebeu grupos de religiosos e religiosas vindos principalmente da Itália, como o PIME e a Congregação Nossa Senhora Menina – objeto deste estudo – para desenvolver suas obras missionárias em regiões longínquas onde o catolicismo encontrava-se enfraquecido. De acordo com Romelli (2011), a chegada da Congregação Nossa Senhora Menina ao continente Latino-americano ocorre em 1909, quando partiram as primeiras irmãs para Buenos Aires, na condução do orfanato “Devoto” para os filhos dos imigrantes italianos. Em 1912, abria-se uma nova frente de trabalho em Villa Del Parque, que culminou com a abertura de uma escola chamada de Colégio Virgem Nina.

A Congregação Religiosa Nossa Senhora Menina, além de propagar a evangelização, possuíam especialidades que estavam para além do âmbito religioso: destacavam-se na área educacional, atuando como professoras, e na fundação de colégio. As primeiras religiosas dessa congregação que chegaram ao Brasil, em 1947, vieram para atuar no setor educacional. Segundo Romelli:

No final da década de 40, mais precisamente em 1947, a Superiora Provincial da América Latina, Ir. Lorenzina Brenasconi recebeu os primeiros pedidos para o trabalho no Brasil. Foi o padre Luis Maria Fernandes, pertencentes à Congregação dos Sagrados Estigmas, fundada, em 1816, por Gaspar Bertoni, na cidade de Verona, no norte da Itália, que pediu a presença de nove irmãs de Maria Menina para atuarem na Escola Apostolica santa Cruz, em Rio Claro, São Paulo, Madre Constatina Reali, Superiora Geral, designou nove irmãs para o Brasil, das sete vindas da Itália (Ir. Francisca Spada, Ir. Afra Facolli, Ir. Santina Rioli, Ir. Petronilla Sana, Ir. Domingas Carissoni, Ir. Rosa Coram e Ir. Antonia Sironi) e duas provenientes da Argentina (Ir. Hipólita Grigoletti e Ir. Raquel Petinaroli) acompanhadas ela provincial Ir. Lorenzina bernasconi. (Romelli, 2011, p. 42-43).

No Brasil, a congregação religiosa chega e instala-se em Rio Claro (SP) com planos não só de propagar o evangelho e atuar como professoras, mas, conforme Romelli (2011), de criar um projeto maior, de fundar um colégio. Além de São Paulo, as Irmãs Nossa Senhora Menina atuaram também em Rio Grande do Sul. O autor ressalta que:

[...] Em 1956, com a chegada de mais um grupo, outras Irmãs partiram para o

Território do Amapá. Em 23 de junho de 1963, [...] com a presença do Bispo, Dom Aniger Melilo, deu-se a fundação do Jardim da Infância Nossa Senhora Menina, tendo como Diretora a irmã Celeste Pacheco, em Rio Claro.

Em São Paulo, foi estabelecida uma comunidade em 1957. As irmãs atuavam na periferia dedicando-se à catequese nas paróquias, abrindo em seguida uma escola de primeiro grau. Assim, aumentando o número de alunos, a missão abria-se para a pastoral da juventude e familiar. [...] em Caiçara, no Rio Grande do Sul, por iniciativa de um jovem padre, nascia uma comunidade entre os pobres. As Irmãs chegaram, em 1961, onde foi aberta uma Escolinha (Jardim de Infância) e uma escola primeiro grau. Posteriormente as Irmãs marcaram presença no pequeno hospital da cidade. No mesmo ano, em Belém do Pará, era inaugurado o Preventório Santa Terezinha por iniciativa de Dom Aristides Piróvano. Solicitando a vinda das Irmãs já deixava transparecer a linha de atuação das mesmas: dedicar-se à cura e à educação de crianças filhos de tuberculosos e leprosos (Romelli, 2011, p. 48-49).

Consoante Piero Gheddo (2000), “nos primeiros meses de 1950 padre Pirovano voltou à Itália procurando irmãs e leigos que desejassem trabalhar em Macapá, ajuda econômica e máquinas, remédios e tudo aquilo que pudesse servir para um lugar tão afastado do mundo” (Gueddo, 2000, p. 42). Ao passo que vai se efetivando a ação evangelizadora no Território, a Igreja concentra esforços no âmbito social, como foi mencionado anteriormente, com a fundação de escolas paroquiais, escolas do governo e outras instituições (como hospitais), que contaram com a colaboração de instituições religiosas que chegaram ao Amapá em meados do século XX.

A vinda das primeiras colaboradoras ao Macapá para atuarem na área da educação e saúde foram as Irmãs da Congregação Nossa Senhora Menina, que vieram da Itália a convite do padre Aristides Piróvano. Elas prestaram grande serviços nas escolas, no hospital do governo e no hospital fundado por Marcello Cândia em parceria com Dom Aristides Piróvano, com a colaboração dos padres do PIME. Segundo o jornal da Prelazia de Macapá, essas religiosas italianas chegaram na cidade em 1951:

As irmãs de Nossa Senhora Menina vinham para tomar conta da escola doméstica que pertencia ao governo do território. Eram seis: Celina, a superiora, Batistina, Santina Rioli, Raquel, Francisca e Elvira. Em 1956, as meninas religiosas foram chamadas para trabalhar no hospital geral de Macapá de propriedade do governo federal de Macapá.

Estas religiosas se dedicaram ao ensino e à assistência hospitalar. No campo do ensino, além da escola doméstica, onde fizeram funcionar um curso de iniciação profissional, em 1961 abriram curso normal regional com sede própria onde atualmente funciona a escola Santa Bartolomea pertencente as freiras. Ainda administraram as escolas paroquiais do Bairro da Favela e do Perpétuo Socorro. No campo da assistência hospitalar, atualmente continuam no hospital geral de Macapá e no hospital São Camilo e São Luís (Jornal A

Voz Católica, 1973, p. 13).

Nos registros do *Livro do Tombo* constam o número de congregações religiosas femininas que prestam serviço a prelazia de Macapá. As informações acerca da distribuição e desempenho das atividades das Irmãs Nossa Senhora Menina no território, são relatados nas décadas seguintes a sua chegada no Amapá. Na década de 70, as religiosas ocupavam funções diversificadas em diferentes instituições:

As Irmãs de caridade das santas Bartolomea Capitânio e Vicenza Gerosa (Irmãs da Maria Menina), com 5 comunidades e 26 irmãs:
 06 numa Escola Doméstica e Ginásio do Governo;
 07 num Colégio pertencente à própria Congregação;
 04 trabalhando numa Escola Doméstica em pastoral na Paróquia de Divino Espírito Santo em Amapá. Uma delas é responsável pela Comunidade Cristã Rural de Calçoene a 100 km, ao Norte do Amapá.
 As outras 9 prestam seus serviços nos dois Hospitais de Macapá: um do Governo e outro, da prelazia (*Livro do Tombo* vol. 04, 1974-1979, p. 0095)

Os registros acima citados, dão a dimensão da efetiva participação das religiosas na cidade de Macapá e em outros municípios do território. Na próxima seção abordaremos sobre a trajetória e os campos de atuação da Congregação Religiosa Nossa Senhora Menina no território do Amapá, começando pelo campo da saúde e posteriormente pelo campo da educação, sendo que este último será analisado mais profundamente neste estudo.

Inicialmente, as religiosas da que chegaram ao Amapá em 1951 eram todas de nacionalidade italiana, elas assumiram a direção da Escola Doméstica. Nos hospitais nos anos de 1960 a 1970 as irmãs pertenciam as seguintes nacionalidades: italianas, brasileiras e argentinas. Já no Colégio Santa Bartolomea Capitanio em 1961, atuavam algumas jovens religiosas brasileiras e outras irmãs italianas.

2.2 Caminhos da Congregação Nossa Senhora Menina: campos de atuação no Território Federal do Amapá

A congregação religiosa Nossa Senhora Menina, além de atuar e se firmar no campo educacional no Território do Amapá, atuou também na área da saúde, por meio do trabalho como enfermeiras no Hospital Geral, de propriedade do Governo, e no Hospital Escola São Camilo e São Luis, de propriedade do missionário leigo Marcello Cândia em parceria com Dom Aristides Piróvano. Além da aérea hospitalar, o plano sanitário de Marcello Cândia incluía também o setor de formação de enfermeiras para atuar no hospital e em outras partes do Território do Amapá, onde quer que houvesse a necessidade de assistência médica. A Escola

de Enfermagem foi dirigida também pelas Irmãs Nossa Senhora Menina. O jornal *A Voz Católica* informava à população amapaense da contribuição e do desempenho das religiosas diante de projetos sociais importantes da Igreja Católica, visando principalmente a promoção humana.

Faz parte do plano sanitário a escola de enfermagem, confiada aos médicos do hospital e às irmãs de nossa senhora menina que já estão trabalhando em Macapá no hospital do Govêrno e tem a direção de várias escolas femininas. A escola para enfermeiras é de grande para o desenvolvimento sanitário do Território do Amapá. As moças mais aptas, através curso de enfermagem, válido em todo o Brasil, poderão espalhar-se para o interior do Território e abrir, mesmo nas pequenas aldeias, consultórios sanitários para atender aos casos. Assim o nível higiênico e sanitário do interior terá sempre a possibilidade de comunicar com o centro médico de Macapá através da Rádio Educadora, do avião São Paulo e de um barco a motor para os lugarejos dispersados ao longo dos rios. [...]

O hospital São Camilo e Luiz abará não só o território do Amapá, mas outras regiões da Amazônia e será disponível para as prelaças vizinhas. Particularmente os Padres e as irmãs poderão beneficiar duma estada no hospital para o controle sanitários da própria saúde, coisa muito importante para quem vive em terras amazônicas. (Jornal *A Voz Católica*, 1966, p. 4)

Figura 4- Padres Camilianos e Irmãs da Congregação Religiosa Nossa Senhora Menina, principais colaboradoras do projeto sanitário de Marcello Cândia, Hospital Escola São Camilo e São Luís - Macapá



Fonte: Arquivo pessoal da Irmã Socorro, Hospital Escola São Camilo e São Luís (década de 1970).

A foto acima mostra as Irmãs Nossa Senhora Menina ao lado da Congregação dos Camilianos, as quais cooperaram como enfermeiras. A congregação dos Camilianos foi convidada pelo idealizador e fundador Marcello Cândia para administrar o Hospital escola São Camilo e São Luís.¹⁰

O quadro abaixo lista as religiosas da Congregação Nossa Senhora Menina que atuaram no Hospital Escola São Camilo e São Luís, demonstrando, dessa forma, a grande influência e a presença religiosa no governo do Território.

Quadro 3- Comunidade das Irmãs de Nossa Senhora Menina do Hospital Escola São Camilo e São Luis em Macapá. A comunidade foi iniciada no Generalado de Madre Angelamaria Campanile, durante o governo da Provincial Ir. Carmelina Nembrihi, a pedido do Bispo-Prelado de Macapá Dom José Maritano e do Dr. Marcello Cândia¹¹

Superioras e Membros da Comunidade	Atividade	Chegada	Afastamento
01- Ir. Afonsa (Irene) Pietroboni	Superiora	03.10.1969	02.1972
02- Ir. Aloisia Stefanlo	Auxiliar de Enfermagem	03.10.1969	10.08.1971
03- Ir. Assunta Centenário	Auxiliar de Enfermagem	03.10.1969	18.02.1972
04- Ir. Antonia Sironi	Serviços Gerais	03.10.1969	?
05- Ir. Constatina Rossato	Serviços Gerais	10.08.1971	05.02.1972
06- Ir. Madalena Rodriguez	Técnica em Enfermagem	1969	09.1969

¹⁰ As Irmãs Nossa Senhora Menina atuaram no Hospital Escola São Camilo e São Luis como colaboradoras do missionário leigo Marcelo Cândia. O hospital foi oficialmente inaugurado em 1969 no Território Federal do Amapá, na capital Macapá. Em 1975 foi entregue a Congregação dos Camilianos a propriedade e a direção do hospital. O ato de doação por parte da Prelazia e de Marcello Cândia, foi firmado em Macapá e aceito pelo Pe. Calixto Vendrame superior provincial dos Camilianos no Brasil. Gueddo, Piero. *Marcello Cândia: O Empresário dos pobres*. 2. ed. Florianópolis: Editora Atta, 2000, p.60.

¹¹ O quadro contém informações sobre as religiosas da Congregação Nossa Senhora Menina que chegaram ao Território do Amapá para desempenhar suas atividades no Hospital Escola São Camilo e São Luís nas décadas de 60, 70 e 80 do século XX. Na fonte consultada aparecem algumas datas incompletas (Bubani, 1985, p. 31).

07- Ir. Auxiliadora Goes	Técnica em Enfermagem	15.08.1971	10.10.1972
08- Socorro Moura	Técnica em Enfermagem	12.02.1972	27.11.1978
09- Ir. Elisa Salvatti	Superiora de 10.1972 a 12.1978	07.1972	12.1978
10- Ir. Mônica	Técnica em Enfermagem	26.03.1972	28.08.1972
11- Ir. Iracema Santos	Auxiliar em Enfermagem	19.02.1972	15.04.1974
12- Ir. Carmem Lopes	Técnica em Enfermagem	06.01.1973	16.12.1973
13- Ir. Silvia Scotti	Chefe de Enfermaria	02.02.1974	12.05.1975
14- Ir. Isidora Bertoli	Chefe de Enfermaria	16.07.1974	07.1979
15- Ir. Paula (Carmela) Trapletti	Superiora	12.1978	01.1980
16- Ir. Bergman Picanço	Técnica em Enfermagem	02.03.1979	20.07.1979
17- Ir. Rosa Pelizarro	Chefe de Enfermaria	25.02.1980	?
18- Ir. Palmas (Elisa) Lomboni	Superiora 01.1981	25.02.1980	?
19- Ir. Ana Marsetti	Seção dermatológica	10.10.1984	?

Fonte: Bubani, Angelo. Diocese de Macapá – Brasil: Bispos, Paróquias, Sacerdotes, Religiosos, Religiosas, Igrejas e Capelas (1985).

Segundo Romelli (2011), as religiosas da Congregação Nossa Senhora Menina organizavam-se em comunidades a partir do seu local de atuação no Território Federal do Amapá. No campo da saúde, a comunidade do Hospital Geral foi erigida em 1957, o autor descreve os trâmites da presença das mesmas no hospital:

As irmãs marcam presença nessa comunidade de 07 de março de 1957 a 31 de dezembro de 1986. Comunidade erigida da superiora geral Ir. Constantina Balducci, obra já aceita superiora geral Ir. Angelina Reali a pedido do Exmº Governador do Território, Janary Gentil Nunes, por intermédio do Bispo de Macapá D. Aristides Piróvano para assistência dos enfermos no Hospital

Governativo. Dedicaram-se nesses anos ao atendimento aos doentes e em algumas atividades paroquiais (Romelli, 2011, p. 222).

Quadro 4- Comunidade das Irmãs Nossa Senhora Menina do Hospital Geral de Macapá – comunidade foi iniciada, a pedido do Governo do Território e por mediação de D. Aristides Piróvano, em março de 1957, pela Província da Argentina da Ordem, com Irmãs de nacionalidade argentina e italiana¹²

Superioras e membros da comunidade	Atividade	Chegada	Afastamento
20- Ir. Vitória (Pozzi Angelina)	Superiora	06.03.1957	1959
21- Ir. Raquel (Pettinaroli Giovannini)	Responsável cozinha	06.03.1957	01.1966
22- Ir. Santina Rioli	Rouparia e Lavanderia - Superiora de 1965 a 1968	03.1957	1968
23- Ir. Paula (Trapletti Carmela)	Enfermeira	03.1957	?
24- Ir. Silvia (Ariza Balbina Elvira)	Enfermeira	06.03.1957	03.1961
25- Ir. Afonso (Pietroboni Irene)	Enfermeira - Superiora 1968 a 1969	06.03.1957	?
26- Ir. Rosa (Agostini Giovannina)		06.03.1957	09.1966
27- Ir. Ipólita (Grigoletti Anna)		06.03.1957	?
28- Ir. Assunta Masin	Responsável cozinha - Superiora de 1973 a 1975	11.1957	01.1975
29- Ir. Anastásia Pisoni	Superiora	1959	1965
30- Ir. Maria Assunta Centenaro	Enfermeira	07.1967	10.1974
31- Ir. Santina Sarto	Enfermeira - Superiora de 1969 a 1972	06.1968	1972
32- Ir. Madalena	Enfermeira	09.1969	09.1972

¹² O quadro traz informações da chegada das religiosas da Congregação Nossa Senhora Menina nas décadas de 50 e 60 do século XX, algumas datas a fonte não fornece, por esse motivo aparecem incompletas ou não aparecem. A fonte consultada dá conta de que outras religiosas chegaram também nas décadas de 70 e 80 para atuar no Hospital Geral de Macapá, de propriedade do Governo do Território (Bubani, Angelo. Diocese de Macapá – Brasil: Bispos, Paróquias, Sacerdotes, Religiosos, Religiosas, Igrejas e Capelas. 2. ed. dez. 1985, p. 25-26).

33- Ir. Judith	Enfermeira	12.1969	12.1971
----------------	------------	-------------	-------------

Fonte: Bubani. *Diocese de Macapá* – Brasil: Bispos, Paróquias, Sacerdotes, Religiosos, Religiosas, Igrejas e Capelas (1985, p. 25-26).

A congregação Religiosa Nossa Senhora Menina chegou ao estado do Amapá a convite de Dom Aristides Piróvano, como já foi mencionado nesta dissertação, para assumir a direção da Escola Doméstica, pertencente ao Governo, no entanto, algumas religiosas foram destinadas também para a área da saúde, pois possuíam muita experiência hospitalar na Europa. No hospital São Camilo e São Luiz desempenharam a função de enfermeiras, e na Escola de Enfermagem do próprio hospital, de professoras. As Irmãs Nossa Senhora Menina contribuíram na área hospitalar no projeto de Marcello Cândia e da Igreja Católica, direcionadas por seu grande incentivador, o próprio Aristides Piróvano, iniciando seus trabalhos em 1968.

No campo educacional, elas atuaram em vários estabelecimentos de ensino. O autor Giovanni Romelli (2011) ressalta que a vinda das primeiras religiosas da congregação para administrar a Escola Doméstica era um dos objetivos de Dom Aristides Pirovano e também de Janary Nunes. Ainda segundo ele, “A Madre Geral do Instituto, Angelina Reali, por sua vez, dirigiu-se à Irmã Lorenzina Bernasconi que naquela época era a provincial da Congregação na Argentina, sede mais próxima, a qual preparou uma equipe de cinco religiosas para essa nova missão” (Romelli, 2011, p. 71). O quadro a seguir mostra o início da atuação das Irmãs Nossa Senhora Menina no campo educacional no Território e traz uma informação complementar dos possíveis lugares aos quais as religiosas foram destinadas depois do seu afastamento da atividade que exerciam na instituição de ensino.

Quadro 5- Comunidades das Irmãs Nossa Senhora Menina da Escola de 1º Grau Irmã Santina Rioli, no bairro do Trem em Macapá.¹³

Superiores e membros da comunidade	Atividade	Chegada	Afastamento	Pra onde?
Irmã Celina Guerini	Superiora	20.07.1951	1959	?

¹³A comunidade foi iniciada em 20 de julho de 1951, o educandário dirigido pelas irmãs chamou-se, até 1964, de Escola Doméstica do Amapá, quando passou a ser denominada Ginásio Feminino. O quadro mostra as primeiras religiosas da Congregação Nossa Senhora Menina desenvolvendo suas atividades no campo educacional, na Escola Doméstica de propriedade do Governo do Território. As atividades de algumas religiosas não aparecem na fonte consultada, por esse motivo no quadro constará lacunas no espaço destinado às atividades. Em 1984, a Comunidade foi extinta, e a Irmã Odete Bahia, continuando seu trabalho na E1G (Escola do 1º Grau) Irmã Santina Rioli passou a integrar a Comunidade do Colégio Santa Bartolomea Capitanio em Macapá.

Irmã Bastitina Gritti		20.07.1951	1969	São Paulo
Irmã Rosa Agostini		20.07.1951	?	?
Irmã Elvira Buyatti	Diretora	20.07.1951	1984	Caiçara - SP
Irmã Francisca Viela		20.07.1951	?	?
Irmã Santina Rioli	Professora/Superiora	20.07.1951	1961	Belém - Falecida
Irmã Rosa Corbetta		1958	1961	Rio Grande do Sul
Irmã Rosa (Elena) Coran	Superiora	1959	1961	Colégio Capitânio - Macapá
Irmã Ama Naria Malteze		1960	1962	Colégio Capitânio - Macapá
Irmã Cecília Corte		1961	1962	Colégio Capitânio - Macapá
Irmã Nazarena Leal		1964	1968	São Paulo
Irmã Angélica		02.1964	1971	São Paulo - falecida
Irmã Carmem Bello	Vice Diretora	09.1964	1968	Deixou o hábito
Irmã Margarida Penha		10.1964	1966	Deixou o hábito
Irmã Marina		09.1966	1972	Deixou o hábito
Irmã Augusta Vieira		1968	1971	São Paulo - Deixou o hábito
Irmã Gabriela		02.1968	1971	Deixou o hábito

Ferreira				
Irmã Anastácia		1970	1973	Itália
Irmã Rosália Bezerra		1971	1971	Belém
Irmã Cecília		08.1971	1972	Amapá
Irmã Graça Goes		02.1972	1978	Amapá
Irmã Ethel Costa		02.1972	1975	Belém
Irmã Odete Baía Nascimento	Professora/Diretora	02.1972	1984	Colégio Capitânio - Macapá
Irmã Cândiada Nery		1974	1975	Belém
Irmã Melísia		12.1974	1976	Rio Claro
Irmã Francisca Melo		08.1978	1980	São Paulo
Irmã Maria José Ayres		02.1951	1983	São Paulo
Irmã Iracema Venâncio		1983	1984	Colégio Capitânio - Macapá

Fonte: Bubani. *Diocese de Macapá – Brasil: Bispos, Paróquias, Sacerdotes, Religiosos, Religiosas, Igrejas e Capelas* (1985, p. 23-24).

No campo da educação, o governador Janary Gentil Nunes encontrou um quadro educacional caótico, assim sendo, procurou dinamizar o ensino formando um quadro de professores e fazendo funcionar várias escolas. Para o autor Sidney Lobato, essa dinamização da educação previa a expansão escolar que provocaria o início de um processo de democratização do ensino.

O ensino foi dividido (conforme normativa federal) em: primário (4 anos) e secundário (ginasial com 4 anos e colegial com 3 anos). O ensino regular (não profissionalizante) deveria ser misto (meninos e meninas juntos) e leigo o ensino religioso mantinha-se, porém, como matéria optativa, pois ele era para o governo federal um instrumento moral de formação da juventude, uma estratégia de cooptação da Igreja e uma arma contra o liberalismo e o comunismo (Lobato, 2009, p. 46).

Dentro desse modelo educacional do governo de Janary Nunes, o autor Sidney Lobato chama atenção para a expansão do ensino no Amapá, no entanto, a Igreja Católica, por sua vez, vai garantir a sua presença nesse processo de forma atuante na educação, principalmente a dos jovens da sociedade amapaense. Para tanto, religiosas se deslocaram para o Território do Amapá com o objetivo de atuar e colaborar com o ensino nas escolas públicas e escolas paroquiais, haja vista que uma das principais abordagens da Igreja Católica visava uma educação com princípios cristãos e morais.

Nesse sentido, a educação foi um instrumento muito importante, uma vez que os princípios religiosos eram aliados aos princípios morais na formação dos alunos e principalmente das alunas. Segundo a Igreja, não era suficiente apenas conhecer e seguir o evangelho, era necessário instruí-los através de uma educação que primava pelos princípios religiosos e morais. Tal modelo de educação era vislumbrado pela Igreja e esta encontrou o espaço almejado para suas ações no governo de Janary Nunes em decorrência da construção de escolas que visavam atender a um número significativo de alunos, como é possível observar nos relatos do jornal que pertencia à Prelazia de Macapá:

Na escola paroquial Padre Dário no bairro do Trem as matriculas já chegaram a quinhentas e o padre Antonio viu-se obrigado a iniciar imediatamente a construção de mais duas salas que estarão prontas em poucos dias. Na Favela, na escola N. S. de Fátima, as matriculas aumentaram e a irmã Santina pensa que vamos chegar a cento e cinqüenta. Se continuar essa afluência, para ano devemos aumentar a já enorme construção da escola. Já do bairro Perpetuo Socorro, o padre Ângelo Biraghi abriu nova paroquial naquele bairro. A matricula até agora é muito boa. Em nossas quatro escolas paroquiais mais de mil crianças receberão este ano sua formação intelectual, num ambiente sadio e sério (A Voz Católica, 1960, p. 4).

Nesse cenário, as ações dos missionários do PIME dialogam com a sistematização do processo educativo do governo de Janary Nunes, colaborando com a construção de escolas paroquiais por meio da cooperação das congregações femininas, em especial a das Irmãs Nossa Senhora Menina na educação e na formação das jovens da sociedade amapaense. Os objetivos dos sacerdotes do PIME não se resumiam apenas a combater as práticas do catolicismo popular, como já indicado previamente, mas também reforçar os valores morais e cristãos no espaço educacional cada vez mais religioso. Ferreira (2022) assevera que o interesse do Instituto estava cada vez mais alinhado ao ideal romanizador da Igreja Católica em criar um ambiente de aprendizagem religioso. Nesse sentido, a Congregação Religiosa Feminina Nossa Senhora Menina contribuiu com os objetivos da Igreja assumindo o protagonismo no campo da educação a princípio dirigindo a Escola Doméstica, mas, de fato, foi a fundação do Colégio Santa

Bartolomea Capitanio que consolidou as religiosas no campo educacional no Amapá.

3 CARITÁ E INSTRUZIONE: IRMÃS NOSSA SENHORA MENINA E A FUNDAÇÃO DO COLÉGIO SANTA BARTOLOMEA CAPITANIO NO TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

3.1 Aspectos socioculturais e educacionais da sociedade amapaense: o modelo de “família ideal”

O discurso modernizador de Janary Nunes priorizava a educação como um fator essencial para afastar dos moradores urbanos e rurais a condição de insciência e dessa forma favorecer a formação de um novo homem. No cerne da Política Nacional de Educação no governo do Estado Novo, objetivava de forma gradual, a eliminação do analfabetismo e, portanto, o desenvolvimento da população no país. O governador Janary Nunes fala sobre suas impressões a respeito do quadro caótico que a educação se apresentava no território e dos seus desafios no primeiro ano de seu governo. Podemos perceber o tom de seu discurso através do artigo sobre educação do *Jornal Amapá*, retirado do: *Relatório de 1944, do Govêrno do Território Federal do Amapá*:

Diante do quadro geral de abandono que enchia toda a paisagem territorial, teríamos infalivelmente de defrontar com o atrazo [sic] da Educação. Praticamente, nem mesmo ensino havia. [...]

Nas regiões onde a ignorância predomina, quer a que impede o homem de ler livros, jornais e cartazes, por analfabetos, que não deixa ouvir diariamente preleções pelos rádios receptores, porque não só a miséria generalizada não permite a aquisição em número razoável, como também o espirito conservador razoavel, [sic] como tambem o espirito conservador arraigado despreza a inovação com luxo de gente rica, quer a que se escuda na desculpa do passado, - “se meus pais e avós foram assim porque vou ser diferente?” – a Educação terá de constituir fator preponderante, adotando as formas mais intensas e variadas para a conquista de aperfeiçoamento.

No Amapá ela terá de intervir em todos os setores de atividades: alfabetizando, porque, se aprender a ler e contar não constitui sua finalidade, é pelo menos, o processo inicial mais necessário para atingi-la; divulgando as regras higiênicas e sanitárias e criando a mística do caboclo sadio para combater o conformismo à doença; executando processos novos de cultura da terra, de assistência à criação; de organização administrativa e social; lutando contra o nomadismo, a casa miserável, a família sem tradição, o pauperismo; pregando a fixação ao solo e exemplificando com fatos a possibilidade de ser feliz na cidade ou no interior; propagando o dever de satisfazer os compromissos comerciais, o instinto da economia e o amor ao trabalho; ensinando a alimentação, o vestuário, o exercício, o conforto, a crença; incutindo em cada indivíduo a noção pertencente `a coletividade brasileira [...] (Jornal Amapá nº 109, 1947).

A educação no governo de Janary Nunes apresentou, sem dúvidas, as primeiras dificuldades na sua administração, como podemos perceber no artigo exposto acima. Portanto, é notório a dimensão da ineficiência no campo educacional no Território Federal do Amapá.

Nesse sentido, foram erguidos os primeiros Grupos Escolares no Território com o intuito sistematizar o processo educacional. Em conformidade com Nery e Sampaio (2016), os Grupos Escolares construídos no Amapá representavam no cenário educacional, a possibilidade de fomentar a educação entre os amapaenses. Os referidos autores enfatizam que:

[..] a difusão dos Grupos Escolares deu-se forma lenta no Amapá, após a criação do primeiro Grupo Escolar na capital macapaense. Apenas em 1946, com a inauguração do primeiro Grupo Escolar do Território Federal do Amapá, o então governador Janary Nunes consegue, através da sua concessão, recursos financeiros ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, financiamento para a construção de novas instituições de ensino – e, em decorrência disso, surgiram os demais, Grupos Escolares no Amapá, haja vista a necessidade de escolas para instruir a população amapaense naquela época. (Nery e Sampaio, 2016, p. 376).

De acordo com os autores acima citados, havia uma necessidade para a construções de escolas, e com isso, alavancar os números de pessoas alfabetizadas. Todavia, no amapá esse processo de construção dos referidos estabelecimentos de ensino ocorreu de forma lenta. Para corroborar com esta posição, Dias (2014) salienta a importância e a necessidade da fundação dos Grupos Escolares para o desenvolvimento do projeto modernizador do governo e a projeção desse novo homem que iria compor a sociedade amapaense. A autora enfatiza que:

[..] para além das questões físicas das escolas, destaca que a função socioeducativa atribuída aos Grupos Escolares, criados nas sedes dos municípios amapaenses, existentes na época. Essas unidades de ensino deveriam inculcar regras, hábitos e comportamentos nas crianças do interior do Território Federal do Amapá (ribeirinhas / caboclas) que eram próprios à cidade (área urbana) (Dias, 2014, p. 110-111)

Assim, a educação na zona rural recebeu também atenção especial do governador Janary, pois as práticas pedagógicas e novos valores desenvolvidas nas escolas da cidade, deveriam ser implementadas também no interior do Território. De acordo com Lobato (2018), o ensino primário rural norteava o processo educativo nas décadas de 40 e 60 do século XX. Em diálogo com o autor, Dias (2014) entende que a predominância das escolas rurais primarias, em seus estudos, constatou que existia uma diferenciação na qualidade do ensino ofertado a população. Para a autora:

[...] O mito político Janary Nunes, construiu barracões para as classes

populares, e palacetes para as elites amapaenses; o que indicava, na própria estrutura predial, a diferenciação na qualidade do ensino ministrado nos grupos escolares e nas escolas rurais (Dias, 2014, p. 138).

Diante do exposto, entendemos que a política de educação implementada no Território Federal do Amapá não atingia toda a população, principalmente no que concerne à infraestrutura. No início da gestão de Janary Nunes, como já foi mencionada nesse estudo, a Prelazia de Macapá construiu escolas paroquiais com o intuito de contribuir com o governo para a expansão do processo educativo na região. Romelli (2011), aborda a questão educacional e a parceria entre a esfera religiosa e pública no campo educacional.

A prelazia de Macapá, no começo optou pela construção de muitas escolas, pois não existiam. No final dos anos cinquenta tinha 75% de todas as escolas das famílias mais abastados estudavam nas escolas públicas e os pobres nas escolas paroquiais, recebendo toda assistência: os padres construíram as escolas, o governo destinava professores e providenciava o salário dos mesmos. As escolas permaneciam propriedades da prelazia, porém no domingo eram usadas para a educação religiosa (Romelli, 2011, p. 68-69).

O número de escolas na zona rural, de acordo com os registros do livro *Tombo*, superava o número construídas na cidade, apesar do intuito do governo abranger o maior número de pessoas nas cidades através do seu plano de governo “Sanear, Educar e Povoar”. O plano governamental de Janary Nunes foi concretizado em parte com a colaboração da Igreja Católica, principalmente em construir escolas paroquiais que atendiam a uma parcela da sociedade amapaense, oferecendo uma educação baseada em valores morais e cristãos.

Nessa perspectiva, as Irmãs Nossa Senhora Menina chegaram em Macapá e encontraram uma cidade em pleno desenvolvimento urbanístico. A urbanização de Macapá, tema já discutido nesse estudo, representou na gestão de Janary Nunes, o início de suas ações no Território Federal do Amapá. Além da infraestrutura, as questões socioculturais permeavam as prioridades do governador, o modelo de sociedade, mais especificamente o modelo de “família ideal” deveriam compor esse novo cenário de cidade com *status* de moderno. O modo de vida do “caboclo” que habitava o território, deveria ser moldado dentro dos princípios de “civildade”, com intuito de inserir este espaço geográfico no cenário nacional. Para tanto a colaboração da Igreja Católica foi fundamental para a formação moral e cristã dos cidadãos e cidadãs que se adequasse a essa nova realidade. A família e os bons costumes passaram a ser uma preocupação do governo e também da Igreja, principalmente a figura da mulher na sociedade amapaense. Segundo Lobato (2019), a posição da Igreja e do governo coincidia em relação aos papéis desempenhados pelo homem e pela mulher no núcleo familiar.

A igreja Católica defendia um modelo de família que coincidia com o do governo. A mãe cabia integralmente a educação dos filhos. [...] Pensavam os membros do clero macapaense que, com tamanha responsabilidade, a mulher não deveria cogitar trabalhar fora de casa. Ela deveria estar liberada para se dedicar com afinco necessário à sagrada missão de formar os futuros homens de bem. Para tanto, os pais deveriam assumir sozinhos o fardo de labutar para adquirir os provimentos necessários ao lar (Lobato, 2019, p. 202).

O modelo de “família ideal” salvaguardada pela Igreja e pelo governo de Janary, estava contemplada dentro do regime estadonovista, pois havia uma preocupação e a valorização da instituição da família como um dos pilares para o desenvolvimento de uma nação moderna. O estatuto da família foi um documento que influenciou diretamente a política educacional do governo Vargas. O projeto do Plano Nacional de Educação de 1937, sob a gestão do ministro Gustavo Capanema previa a criação de um ensino “doméstico”, direcionado as meninas de 12 a 18 anos.

Segundo o plano, o ensino feminino de dividiria em doméstico geral (dois ciclos), doméstico agrícola, (também dois ciclos) e doméstico industrial. O primeiro ciclo prepararia as mulheres para a vida no lar, o segundo formaria as professoras para esse sistema. No primeiro ciclo haveria, além dos trabalhos domésticos, o ensino do português, moral familiar, noções de civilidade, matemática elementar, ginástica e canto., o aperfeiçoamento, por mais um ano, incluía a puericultura e “noções práticas de direito usual”. A formação de professores para o sistema seria através da Escola Normal Domestica, onde durante dois anos, seriam estudados psicologia, moral e educação familiar, sociologia, direito da família, economia doméstica e contabilidade doméstica. [...] (Schwartzman, Bomeny e Costa, n.p., 1984).

No bojo da “modernização conservadora” do governo Vargas, a educação das mulheres recebeu um tratamento específico, uma vez que o papel da mulher era determinante na formação da família ideal. Pois a educação doméstica prevista no Plano Nacional de Educação, representava a preparação das mesmas para se tornarem boas esposas e boas mães. Embora a política educacional visasse uma educação industrial, as instruções que as jovens recebiam seriam destinadas ao bom funcionamento do lar. O projeto governamental destinava ao gênero feminino um lugar destaque que previa não somente a formação familiar, mas a sua contribuição no aumento populacional do país. Nesse sentido, Ostos (2012) enfatiza que o papel da mulher assegurado na legislação através do estatuto da família e no Plano Nacional de Educação vislumbrava um projeto muito maior no governo Vargas.

[...] O Estado transformou-se em agente operacional de ideias e propostas que já estavam presentes na sociedade brasileira, a respeito da importância da atuação feminina no âmbito familiar e no espaço doméstico. A partir dessas

instancias, a mulher contribuiria para a construção de cidadãos moralizados e saudáveis, atendendo aos reclamos de segmentos sociais diversos que, por motivações diferentes, pleiteava uma ação do governo no sentido de proteger a família e as funções femininas “tradicionais”. Essas iniciativas governamentais não se traduziriam, necessariamente, apenas em medidas repressoras e proibitivas; mais do que cercar, o Estado incentivava condutas que levassem ao crescimento da taxa de natalidade, beneficiava determinado modelo familiar fundado no casamento formal e prole numerosa[...] (Ostos, 2012, p. 338-339).

Portanto, as políticas destinadas as mulheres foram pensadas e aplicadas para que as mesmas tivessem certa autonomia ganhando espaço no mercado de trabalho, no entanto, mesmo que a legislação apontasse nessa direção, o que se percebeu foi que cada vez mais as mesmas estariam presas as funções do lar. Para Esteves (2020), a política getulista direcionada a mulher, tinha um caráter conservador e ditava a posição que a mesma ocuparia na família e na sociedade. A autora enfatiza que:

A figura feminina, durante toda a Era Vargas, deve ser vista inserida no contexto das políticas públicas mais de caráter conservador e que consequentemente interferiam diretamente em suas escolhas. Um governo que estabeleceu em lei alguns direitos, mas não sem luta por parte das mulheres, e que adotou uma postura de supressão de direitos após o início do Estado Novo, momento que se intensificou um ideal de família baseado no papel da mulher como a mantenedora do lar e dos filhos. Aos homens, claramente, que assumissem as rédeas da família e trabalhassem para seu sustento e de seu país. Às mulheres, primava-se pela manutenção da sua vocação ao casamento e materna, apesar da abertura aceita socialmente à algumas profissões, que, por sinal, deveriam dar continuidade às suas características ditas naturais (Esteves, 2020, p. 6).

No Pará, especialmente na capital Belém, também foi notória a colaboração da Igreja Católica na área educacional principalmente através das congregações religiosas femininas, como é o caso das Filhas de Sant’Ana na formação de meninas através de uma formação moral e cristã. No início do século XX em Belém, a congregação passa a administrar a instituição de ensino chamada de Orphelinato Paraense. Segundo Cunha Silva e Alves (2020), as educandas recebiam uma educação moral e cristã e aprendiam habilidades domésticas para se tornarem boas mães e boas esposas.

As Filhas de Sant’Ana desenvolviam uma educação formativa às meninas órfãs, voltada para o princípio da civilidade, de acordo com a educação Cristã. As educandas deveriam se tornar mulheres bem formadas dentro dos princípios morais da Igreja Católica. Por essa razão que parte do conjunto de docentes da instituição eram as próprias religiosas. Atuando diretamente na educação das educandas, elas estabeleciam uma forma de controle das mentes e corpos das educandas, e principalmente prepara-las para o casamento e para

a vida de esposa, de maneira a atuar no âmbito do espaço privado da casa. Portanto, a educação moral, religiosa e de habilidades das prendas domesticas tornaria as educandas em mulheres honradas e com comportamentos de acordo coma moral cristã (Cunha Silva e Alves, 2020, p. 1624-1625).

No Amapá, a posição da Igreja Católica acerca da importância do papel e da educação da mulher no núcleo familiar também recebia uma atenção especial, tanto do governo, quanto da Igreja, pois artigos extensos eram divulgados no jornal católico da Prelazia de Macapá. Os artigos publicados faziam referência ao papel da mulher como mãe, boa esposa, como uma mulher deveria se vestir e se comportar em sociedade, e etc. A autonomia da mulher, principalmente o trabalho fora de casa para ajudar no sustento da família, era visto pela Igreja de certa forma condenável, pois para instituição religiosa, a mulher que o fizesse queria competir com os homens. De todos os males que levavam a mulher se desviar da sua posição na sociedade bem como na família, o feminismo era tratado como abominável e deveria der extirpado da sociedade. No Amapá era combatido, principalmente nos meios de comunicação, como era o caso do jornal *A Voz católica*.

Um dos aspectos mais deploráveis do paganismo remanescente, igualitário e imoral de nossa época é esse feminismo exagerado, que atenta, positivamente, contra a própria dignidade e função social da mulher.

[...]. Desde que a mulher foi expulsa do santuário sagrado do lar e atirada na rua e na miragem aliciadora do emprego por esta carcomida civilização do século XX, começou a fugir-lhe a noção da sua verdadeira missão e do papel que lhe está reservado por Deus no Mundo. A mulher, pretendendo, nesses tempos de igualitarismo naturalista, ombrear com o homem e imitá-lo quase em tudo [...]

Feminismo, está bem, mas no bom sentido, isto é, sem o sacrifício do recato, da modéstia, do pudor feminino, numa palavra: sem o menosprezo das virtudes cristãs que devem constituir o apanágio da moça, da esposa e mãe! (Jornal A Voz Católica, 1960, nº 43)

Logo, a união entre a esfera religiosa e política concentraram esforços para instituir um modelo de família em que o homem seria o provedor e a mulher caberia o papel de manter o bom funcionamento do lar, através de um ambiente saudável e cuidando da educação dos filhos. No artigo intitulado *A “colaboração desejada”: aspectos da dominação masculina no Território Federal do Amapá*, da autora Tatiana Pantoja Oliveira (2018) ressalta os papéis do homem e da mulher na sociedade amapaense, principalmente em relação a divisão sexual do trabalho. Nesse sentido, os espaços que deveriam ocupar o homem seria o espaço público, trabalhando fora de casa como provedor da família; enquanto que o lugar da mulher caberia ao lar, desempenhado o papel de boa esposa e boa mãe. A autora indica que:

A afinidade da igreja católica com o projeto de governo também se deita sobre as mesmas raízes. A igreja estava, de igual modo, envolvida na formação de uma sociedade baseada numa divisão sexual do trabalho, com a mulher ocupando o lugar de subalterno no seio da família, ligado preferencialmente às atividades de mãe e esposa. Para isso, aquelas mulheres que não assimilavam os *habitus* de gênero e não cumpriam seus deveres sociais eram rechaçadas de diversas formas no discurso eclesiástico difundido nas homilias e no jornal *A Voz Católica* (Oliveira, 2018, p. 132-133).

Dentro dessa perspectiva, a sociedade amapaense, imbuída de aprender novos valores morais e cristãos, deveria seguir os novos padrões de uma sociedade civilizada e moderna. Os aspectos socioculturais como modelo familiar, valores e costumes da população careciam se enquadrar intrinsicamente aos moldes da sociedade brasileira, porém com características de uma sociedade moderna conservadora, visto que recai sobre a mulher não apenas uma educação diferenciada, mas, sobretudo, como a mesma deveria se comportar em sociedade. A Igreja dispensava às mulheres atenção especial, até mesmo em relação ao modo de se vestir. No jornal *A Voz Católica*, vários artigos eram destinados ao comportamento do gênero feminino.

[...] Hoje temos uma palavra sobre trajes femininos na Igreja. [...] Referimo-nos principalmente aquelas que entram insolentemente e sem o mínimo recato no lugar sagrado. É necessário, entretanto, guardar a Igreja não só da profanação dos trajes mais inescrupulosos, como também daqueles vestidos que, embora não sejam de todo imodestos, se acham, contudo, pouco de acordo com as normas da modéstia cristã. Se sempre e em toda a parte as mulheres devem apresentar-se modestamente vestidas, em nenhum outro lugar tem o dever de fazê-lo mais cristãmente do que na Igreja. [...] Então é preciso que as mulheres entendam que, não só não devem chegar-se da Sagrada Mesa com vestes imodestas, como com vestes menos conformes a modéstia (*A voz Católica*, 1960, p. 3).

As reflexões acerca da valorização da família, e em especial, o papel da mulher na sociedade e na família dos amapaenses, estava em consonância como projeto de modernização que Getúlio Vargas havia pensado para o Brasil. No Território Federal do Amapá, a Igreja foi uma grande aliada do governo, seu papel foi para além da evangelização, através dos sacerdotes e das religiosas se utilizou não só dos espaços religiosos, mas também dos espaços públicos, como as escolas, para inculcar o modelo de família ideal. Tal política foi apoiada pela Igreja e reforçada no Amapá através da participação das Irmãs Nossa Senhora Menina a frente de instituições de ensino que instruíam jovens meninas através de uma educação moral e cristã.

O novo governo engajava-se não apenas em promover o desenvolvimento

social. Elegeu-se fomentar uma educação para as mulheres baseadas nos valores cristãos e no cultivo de qualidades ligadas ao que seria uma boa esposa e uma boa mãe (Oliveira e Ferreira, 2017, p. 713).

No Amapá, a educação da mulher foi tratada tanto pela Igreja, quanto pelo governo, com a importância que a política nacional de educação trazia: como um aspecto diferenciado na formação da sociedade brasileira. O governo, a princípio, construiu a Escola Doméstica para a educação das jovens amapaenses com a colaboração das Irmãs Nossa Senhora Menina através de uma educação doméstica e cristã. A referida congregação religiosa feminina, anos mais tarde, dá continuidade à educação de jovens mulheres com a fundação do colégio católico Santa Bartolomea Capitanio. Na próxima seção iremos abordar a construção e funcionamento do colégio sob a administração da Congregação Religiosa Feminina Nossa Senhora Menina.

3.2 A fundação do Colégio Santa Bartolomea Capitanio no Território Federal do Amapá: o protagonismo das Irmãs Nossa Senhora Menina na educação de jovens mulheres amapaenses (1961-1980)

Com o advento da República, a participação da Igreja católica no campo educacional foi notória com a fundação de várias instituições de ensino e colégios confessionais em todo o Brasil. A fundação do Colégio Santa Bartolomea Capitanio, está inserido no período histórico conhecido como Brasil Democrático do Pós-guerra (1945-1964). Nesse contexto, a Igreja Católica foi atuante na educação do país, construindo colégios católicos e assumindo um papel relevante no ensino superior em importantes Estados, como o Rio de Janeiro. De acordo com Moura (2000), a atuação da Igreja se mostrou mais efetiva a partir da instalação da Associação de Educação Católica do Brasil, em 1945:

Quanto ao ensino superior houve neste período um significativo incremento da atuação da Igreja[...] ainda no ano de 1940, em que foi reconhecida a universidade católica, do Rio de Janeiro, foi fundada, em 13 de agosto, a Universidade Católica de São Paulo, reconhecida pelo Decreto-Lei nº 9.63, de 22 de agosto daquele mesmo ano, e elevada a Pontifícia Universidade Católica em 13 de janeiro de 1947. Poucos dias depois, por Decreto de 20 de janeiro, a Sagrada Congregação de Seminário, a Universidade Católica do Rio de Janeiro recebe também o título de Pontifícia (Moura, 2000, p. 135).

Nessa conjuntura, podemos enfatizar que o início e meados do século XX, a ação católica concentrou esforços na educação, como se observa na citação acima. No ensino superior, a elite religiosa ocupou um espaço privilegiado na educação do país. Outros espaços no cenário educacional também foram ganhando a ação da Igreja, principalmente na fundação

de Colégios Confessionais para Mulheres. A autora Samara Mendes Araújo Silva, relata em seu artigo *A constituição das escolas confessionais católicas femininas no Piauí no século XX: Os colégios das Irmãs* a experiência da instalação de escolas confessionais no Piauí, demonstrando, através de seus estudos, que a Igreja Católica foi renovando suas ações no campo educacional, através de uma disputa entre as elites laicas e religiosas em todo o país. Segundo a autora:

No início do século XX, no cenário nacional havia um embate entre as elites laicas e religiosas em busca de espaços políticos e sociais, foi dentro deste contexto que assistimos ao crescimento do número de escolas tanto laicas quanto confessionais, pois ambos os grupos acreditavam que a educação seria o caminho mais rápido para assegurar o desenvolvimento do país, e no Piauí, vivemos nas primeiras décadas daquele século um surto de implantação de escolas, e nesta, onda empolgante de difusão do ensino foram instalados no Piauí os Colégios Confessionais católicos para mulheres e homens. É necessário, então, frisar que os Colégios Confessionais Piauienses são resultantes de um processo nacional de expansão e fortalecimento das ações da Igreja Católica e não mérito da ação isolada dos religiosos radicados no Estado (Silva, 2013, p. 54).

A administração e a contribuição da Congregação Nossa Senhora Menina a frente da Escola Doméstica, levou as religiosas em 1961 a fundarem no Território Federal do Amapá o Colégio Santa Bartolomea Capitanio. A Igreja Católica colaborou com a construção do colégio e passou a registrar todo o processo, desde a fundação até o pleno funcionamento. As etapas da construção foram registradas no *Livro do Tombo* e também nos jornais da época. A documentação utilizada nesse estudo e todas as questões fomentadas dão-nos uma melhor compreensão da atuação das Irmãs da caridade das Santa Bartolomea Capitanio e Vicenza Gerosa e da fundação do colégio católico. Consta nos registros do *Livro do Tombo* informações sobre todo o processo das etapas da construção até o funcionamento pleno do colégio.

A idealização do Colégio Santa Bartolomea Capitanio ocorreu por volta de 1959, com a visita ao Território da Madre Geral Constatina Baldinucci. Segundo Romelli (2011) os preparativos para a fundação do colégio contaram, a princípio, com a organização burocrática das documentações para a aprovação da construção do estabelecimento de ensino.

[...] a Entidade Mantenedora apresentou ao INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos) através da Divisão de Educação do território federal do Amapá, documentos requisitos para a fundação do Curso Regional Santa Bartolomea Capitanio com o fim de cooperar com o Governo local no desenvolvimento cultural da juventude feminina, por intermédio de um centro de formação de professoras (Romelli, 2011, p. 107).

Posteriormente a formalização e a aprovação da fundação do colégio, o local de sua construção seria o outro desafio. O terreno foi doado pelo Governo para as Irmãs Nossa Senhora

Menina, o início da construção foi registrado no *Livro do Tombo*, na data de 02 de janeiro de 1960, indicando que a Irmã Rosa Coran, Superiora em Macapá das Irmãs de Maria Menina, é quem inicia a construção do Colégio Santa Bartolomea Capitanio (*Livro do Tombo*, 1959 – 1955, vol. 02, p. 00337)

Assim, inicia a construção do Colégio confessional, idealizado e projetado pelas Irmãs da Caridade das Santas Bartolomea Capitanio e Vicenza Gerosa, cuja a filosofia consistia na “Promoção humana em todas as suas dimensões”, tal filosofia se perpetua até os dias de hoje. Giovanni Romelli¹⁴ em entrevista, argumenta que a filosofia da instituição está diretamente ligada ao que a Igreja difunde: que a formação da “mente e corpo”, não se limitava apenas em estudar o currículo comum e sim apreender valores morais e cristãos (Entrevista concedida em 29/06/2024, Macapá-AP).

Figura 5- Prédio do Ginásio Santa Bartolomea Capitanio em madeira, em 1961.



Fonte: Arquivo do Colégio Santa Bartolomea Capitanio, 1961.

O colégio iniciou suas atividades em 1960, mas como naquela época ainda não havia um prédio próprio, o ano letivo começou na Escola Doméstica de propriedade do governo. A primeira modalidade de ensino ofertado foi o “Curso para formação de professores”, destinado ao público feminino. A Irmã da congregação Nossa Senhora Menina, Maria José Aires dos

¹⁴ Um dos entrevistados é Giovanni Romelli, e chegou ao Amapá na década de 1980 como padre do PIME e veio para trabalhar na Diocese de Macapá. Atuou no Colégio Santa Bartolomea Capitanio no final da década de 90 como professor de filosofia. Atualmente é diretor do referido colégio a convite da Congregação Nossa Senhora Menina, ele também é autor do livro *50 anos educando para a vida: Uma proposta diferente*.

Santos¹⁵, em entrevista, relata por que a congregação fundou em Macapá o colégio, bem como sua proposta de ensino. Segundo a religiosa:

As Irmãs perceberam a necessidade que havia na educação, e vindo aqui a Madre Geral da época conversaram com ela sobre a possibilidade, visando a formação de educadoras, seria como ter uma Escola Normal época com o objetivo de formar aqui e a Madre deu todo o apoio. Então as Irmãs começaram a providenciar e em 1961, começou aqui a Escola Santa Bartolomea. Mas ainda não tinha o prédio, funcionava a primeira turma na então, Escola Doméstica de Macapá. Enquanto as Irmãs adquiriam o terreno e quando foi doado, começaram a construção em madeira que era pequena, era só um pavilhão para começarem as aulas aqui. Foi assim que iniciou como uma Escola Normal (Entrevista concedida em 29/07/2024, Macapá/AP).

Nessa perspectiva, percebemos a ineficiência do governo em ofertar cursos para a formação de profissionais em educação para atuarem no ensino primário, assim como o número de escolas para atenderem a população. Nesse cenário, é importante ressaltar a participação da Igreja Católica no setor educacional, com a construção de Escolas Paroquias que atendia a demanda de alunos que governo não conseguia alcançar. De certa forma, percebemos que o governo transfere para a Igreja a responsabilidade com a educação. Romelli (2011) salienta que as aulas iniciaram em 15 de março de 1960 nas dependências da Escola Doméstica de Macapá, da congregação Nossa Senhora Menina, não possuía ainda um prédio próprio. No interim, o governador Pauxy Nunes, faz a doação do terreno para a construção do referido estabelecimento de ensino. O autor argumenta que:

Não possuindo a Associação prédio próprio, obteve do Exmo. Governador Pauxy Nunes, o especial favor do curso funcionar por um ano no prédio da antiga Escola Doméstica, hoje Santina Rioli, tendo como Diretora a Irmã Maria Rosa Coram. O Curso foi iniciado com 41 alunas. [...] foi doado pelo governo do Território um terreno para a congregação, onde foi iniciada (outubro de 1960) a construção do prédio próprio em madeira, [...] com instalações simples e modestas, bem adaptáveis à região, concluído em maio de 1961 (Romelli, 2011, p. 108).

¹⁵ A entrevistada Irmã Maria José Aires dos Santos pertence a Congregação Irmãs da Caridade das Santas Bartolomea Capitanio e Vicenza Geroza. A mesma estudou na Escola Doméstica e depois dos votos, retornou ao Amapá em 1972 e atuou no Ginásio Santa Bartolomea Capitanio, por nove anos como professora da 4ª série e colaborava na condução da instituição e ainda desempenhava a função de secretária. Em seguida passou dois anos no Ginásio Feminino (antiga Escola Doméstica). Depois se transferiu para atuar em São Paulo e Minas Gerais por trinta anos. Após esse período retornou para Macapá e atualmente é Secretária Administrativa do Colégio Santa Bartolomea Capitanio.

Figura 6- 1ª turma de alunas do Curso Normal Regional do Ginásio Santa Bartolomea Capitanio



Fonte: Arquivo do Colégio Santa Bartolomea Capitanio, 1960.

O início das aulas ocorreu em 15 de março de 1960. A imagem acima mostra as primeiras alunas do Curso Normal em frente à Escola Doméstica de Macapá. O Curso normal tinha a finalidade de formar futuros professores para atuarem no ensino primário. A primeira turma foi formada por 41 alunas, iniciando assim a consolidação das Irmãs da Caridade Santas Bartolomea Capitanio e Vicenza Gerosa na área educacional no Norte do Brasil.

O Colégio Santa Bartolomea Capitanio surgiu no cenário educacional do Território Federal do Amapá, como uma Escola Normal, com o objetivo de formar futuras professoras para atuar no Ensino Primário. As Escolas Normais surgiram no século XIX durante o Brasil Império. O artigo intitulado *Breves reflexões sobre as primeiras Escolas Normais no contexto educacional brasileiro no século XIX*, Martins (2009) aborda o processo de instituições das Escolas Normais brasileiras no referido século, analisando esta instituição como um espaço que desenvolveu uma cultura pedagógica, responsável pela construção da identidade do professor primário brasileiro. Para a autora:

As Escolas Normais, desde o momento de sua institucionalização, foram importantes “agências” na mediação da cultura, ou melhor, instâncias responsáveis pela divulgação do saber, das normas e técnicas necessárias à formação dos professores. Consideramos a Escola Normal um “ethos” que elabora uma cultura pedagógica para a formação do professor (Martins, 2009, p. 174).

A mesma autora, ainda, enfatiza que na virada do século XIX para o XX, o professor

deverá e será representado como o professor que teria uma missão moral e educacional, levando o esclarecimento para a população ignorante. O local para a formação desse professor com princípios morais e eruditos deveria ser a Escola Normal (Martins, 2009, p. 190).

Em diálogo com a autora acima citada acerca do surgimento das Escolas Normais no Brasil, Kulesza (1998) tece uma discussão a respeito da evolução desses espaços educacionais e a formação de professores para o ensino primário em todo o país na virada do século XIX para o XX. O autor demonstra como ocorreu a institucionalização das Escolas Normais no país. Algumas delas nasceram em anexos aos antigos Liceus durante o Brasil império:

Antes de fundarem propriamente uma Escola Normal, muitas províncias criaram um Curso Normal anexo ao Liceu simplesmente pela adição de uma cadeira de pedagogia ao currículo, aligeirando-se a parte de formação geral e reservando-se a prática profissional para ser exercida junto a alguma escola primária pública (Kulesza, 2009, p. 65).

Nessa perspectiva, o colégio fundado pelas Irmãs da caridade das Santas Bartolomea Capitanio e Vicenza Gerosa no Amapá, recebeu o nome de Ginásio Santa Bartolomea Capitanio. O estabelecimento atendia apenas o público feminino. A partir de 1961 as aulas passaram definitivamente para a nova instituição de ensino. Em torno do Ginásio, as Irmãs Nossa Senhora Menina formaram uma nova comunidade no Território Federal do Amapá: a Comunidade Ginásio Santa Bartolomea Capitanio.

Quadro 6- Comunidade Ginásio Santa Bartolomea Capitanio¹⁶

Membros da Congregação Religiosa	Atividade	Chegada	Saída
Ir. Rosa Coran	Superiora	1961	20.02.1972
Ir. Anna Maria Maltese (Ir.	Diretora	02.1962	12.1964

¹⁶ Quadro adaptado das religiosas da congregação Nossa Senhora Menina que faziam parte da Comunidade Ginásio Santa Bartolomea Capitanio. O quadro traz os nomes das religiosas que chegaram ao Território nas décadas de 60 a 80, que compreende o período do recorte cronológico do meu objeto de pesquisa.

A fonte consultada traz informações de outras religiosas da congregação que trabalharam no Colégio Santa Bartolomea Capitanio na década de 90 e nos anos 2000.

As Irmãs da congregação Nossa Senhora Menina que atuaram na década de 90: Ir. Maria das Graças de Souza Góes, Ir. Helena stefanello (Ir. Aloisia), Ir. Palma Lomboni, Ir. Francisca Melo, Ir. Luiza dalla Costa, Ir. Zita rubin, Ir. Rosa Pelizzaro, ir. Eudinéia costa de Oliveira.

Nos anos de 2000, atuaram Ir. Margarete Bertogna dos santos e Ir. Terezinha de Fátima Casarin.

A partir da década de 80 além das atividades educacionais, as Irmãs da Comunidade Santa Bartolomea Capitanio, continuaram desenvolvendo suas atividades pastorais junto a diocese de Macapá.

Antonietta)			
Ir. Cecília Corti	Professora	03.1962	01.1965
Ir. Teresa Nunes	Professora Secretária Economa	03.1962	06. 1973
Ir. Maria da Paz Lacerda (Açucena)	Professora	12. 1962 01.1975	02. 1965 12. 1978
Ir. Bernadette Coelho	Professora/Diretora Superiora Aux. Secretaria	23.12. 1964	02.01.1997
Ir. Maria José Colares	Professora	23.12.1964	02.01.1968
Ir. Lucimar Rodrigues de Melo (Ir. Lúcia)	Professora Superiora (1978-1984) Economa	01.1965	02.1984
Ir. Ana Maria Pereira	Estudante Professora Orientadora educacional	02.1965 02.1977	02. 1984
Ir. Margarida Penha	Serviços Vários	01.1965	07.1970

Ir. Conceição Oliveira	Serviços	02. 1967	03.1968
	Vários	02.1974	02. 1989
Ir. Vicença Silva	Serviços	09. 1968	07. 1971
	Vários	09. 1990	Atualmente
	Economa		
Ir. Constantina Rossato	Estudante	02. 1968	08. 1971
	Coordenação		
	Pré-Escolar	12. 1978	11. 1979
Ir. Ines Correr	Estudante		
	Professora	07. 1970	01.1972
Ir. Ana Maria Vinhó	Professora	02. 1972	02.1977
	Vice-Diretora		
	Superiora		
Ir. Antonia Santa de Lima	Estudante	02. 1972	02. 1978
	Auxiliar de professora		
Ir. Maria José Aires dos Santos	Estagiária magistério		
	Secretária	02.1972	01.1981
	Diretora Substituta (1978-1979)	04.2009	Atualmente
Ir. Nelízia Pereira Colares	Estagiária magistério	02. 1972	07. 1973

	Professora/Economia Superiora Diretora		
Ir. Marina Rodrigues	Estudante Professora Pastoral	02. 1972	09. 1974
Ir. Bergmam Picanço de Oliveira	Estudante Enfermagem	12.1974	02. 1976
Ir. Iracema Moraes Santos	Auxiliar	04. 1974	01.1975
Ir. Maria da Silva Bezerra (Rosália)	Professora	12. 1975	04. 1982
Ir. Sebastiana de Jesus	Professora	01. 1978	02. 1984
Ir. Cecília Cardoso	Educação Infantil Pastoral	01. 1978	10.1980
Ir. Carmem Belo	Professora Escola Estadual	12. 1978	02. 1979
Ir. Maria de Fatima Alves Araújo	Coordenação Pré-escolar Ecônoma	12. 1979	05. 1986

Ir. Joana Padilha de Souza	Secretária	03.1981	02. 1986
Ir. Tamara Ruth Tourinho Braga	Pastoral	03.1982	01. 1983
	Superiora Vice-Diretora	01.1989	04.1990
Ir. Olga Borges Gonçalves	Professora	12. 1982	01. 1985
	Coordenação Infantil	01. 1985	Atualmente
Ir. Iracema Nazaré Venâncio Barbosa	Coordenação	01.1984	08.1990
	Educação Religiosa		
	Pastoral		
Ir. Maria do Socorro Góes da Costa	Coordenação	03.1984	12. 1990
	Pré-Escolar		
Ir. Cândida Neri	Professora	01.1985	03.1989
	Secretária		
Ir. Clara Rubert	Diretora Escola	08.1986	02.1990
	Santina Rioli		
Ir. Ana Maria Marsetti	Pastoral	10.1987	12.1987
	(Calçoene)		
Ir. Alfonsa Pietroboni	Ecônoma	11.1986	04.1988

Fonte: Romelli, Giovanni. *50 anos educando para a vida: uma proposta diferente*. Macapá, 2011, p. 229-231.

A comunidade Santa Bartolomea Capitanio foi a que mais recebeu Irmãs no Território Federal do Amapá nas décadas de 80, 90. Nos anos de 2000, elas continuaram chegando para atuar em diversos segmentos do estabelecimento de ensino. O quadro acima nos mostra o grande fluxo de religiosas ocupando diferentes cargos e funções no referido colégio. Segundo Romelli (2011) em 1984 as Irmãs da Escola Santina Rioli, são integradas à comunidade das Irmãs Santa Bartolomea Capitanio, mas continuaram a prestar serviço na referida Escola (Romelli, 2011, p. 124).

Figura 7- Umas das primeiras turmas do ensino primário do Ginásio Santa Bartolomea Capitanio



Fonte: Arquivo Colégio Santa Bartolomea Capitanio, 1961.

Em 1961, iniciaram-se as aulas no prédio de propriedade da Associação Cultural Nossa Senhora Menina, onde passou a funcionar de forma definitiva o Ginásio Santa Bartolomea Capitanio, nome dado ao estabelecimento recém-inaugurado. Além do ensino secundário, com a formação de professoras, inicia também o ensino primário, como mostra a figura 6 acima que mostra uma das turmas de alunas da instituição.

A princípio, a certificação do curso secundário, dava direito apenas a regência do Ensino Primário na própria região, sem validade em outras regiões do Brasil. Em virtude dessa limitação, segundo Romelli (2011), foi solicitado junto aos órgãos competentes o Curso Ginásial com duração de quatro anos (Romelli, 2011, p. 108). O funcionamento do Ginásio contou com a participação da Comunidade Santa Bartolomea Capitanio, com a nomeação das religiosas da congregação Nossa Senhora Menina para administrar a instituição bem como

coordenar junto com outros colaboradores o setor pedagógico. Segundo a Irmã Etel Maria Pereira da Costa¹⁷ pertencente à Congregação Nossa Senhora Menina, as Irmãs que chegavam em Macapá para atuarem no referido colégio confessional, eram nomeadas pela Entidade Mantenedora (como ocorre até nos dias de hoje), a Associação Cultural Nossa Senhora Menina. Irmã Etel salienta que:

Desde de a fundação do colégio, o mesmo sempre foi dirigido pelas religiosas, com exceção do ano de 2019 que a direção pedagógica foi confiada ao Prof. Giovanni Romelli, mas as irmãs continuam presente, assumindo, a vice direção e toda a parte administrativa. Atualmente o colégio ainda tem como entidade mantenedora a Associação Cultural Nossa senhora Menina. É o conselho da Congregação presente no Brasil quem nomeia as diretoras ou diretores de nossos colégios (Entrevista concedida em 5/11/ 2024, São Paulo).

O Ginásio Santa Bartolomea Capitanio no início de 1961, de propriedade da Associação Cultural Nossa Senhora Menina, inaugurou o ano letivo com os seguintes cursos:

Pré – Primário: 42 alunas
 Primário Fundamental:
 1º ano: 25 alunas
 2º ano: 23 alunas
 3º ano: 24 alunas
 4º ano: 29 alunas
 Primário complementar: 27 alunas
 Normal Regional: 2º séries com 15 alunas
 Ginásial: 1º série com 18 alunas
 (Conselho de Educação, Parecer Nº 58/88 – CTE; Processo Nº 60/88 – CTE p, 02 – 03,1988)

O Parecer acima, trata-se de um ofício emitido ao Conselho de Educação, a fim de reconhecer a Escola de 1º Grau Santa Bartolomea Capitanio, na época, junto a Câmara de Ensino de 1º Grau. O documento foi citado por conter em seu *corpus* o histórico da instituição, bem como os primeiros cursos ofertados no ano de 1961, ano de sua inauguração. A questão relacionada ao reconhecimento da Escola, será aprofundada em outro momento neste capítulo.

Os quadros 7 e 8 apresentam uma dimensão do quantitativo de freiras que estavam a frente dos trabalhos e do número de alunas matriculadas no Ginásio. Os referidos quadros se referem ao recorte temporal (1961-1980) desta pesquisa e foram divididos em dois períodos: 1961 a 1971 e 1972 a 1980, a fim de demonstrar o funcionamento da instituição fundada pela

¹⁷ A entrevista concedida pela Irmã Etel Maria Pereira da Costa foi por escrito (entrevista semiestruturada) em virtude de estar residindo em São Paulo. A religiosa chegou em Macapá em junho de 2014 e assumiu a função de Superiora da Comunidade das Irmãs. Função que implicava também exercer uma liderança no colégio, cargo equiparado a de uma Reitora, ao todo foram seis anos à frente da instituição. Atualmente a Irmã Etel escreve sobre a história da congregação no Brasil.

Irmãs Nossa Senhora Menina, mas sobretudo a dinâmica do colégio, a atenção das religiosas sobre a alunas e primando sempre por uma formação moral e cristã.

Quadro 7- Funcionamento do Ginásio Santa Bartolomea nos anos de 1961 – 1971¹⁸

Ano	Irmãs	Alunas
1961	05	203
1962	05	170
1963	05	205
1964	05	243
1965	07	246
1966	07	?
1967	07	488
1968	08	605
1969	08	558
1970	07	608
1971	08	545

Fonte: Romelli, Giovanni. *50 anos educando para a vida: uma proposta diferente*. Macapá, 2011, p. 120 -121.

No período de 1961-1971, demonstrado no quadro 7, o Ginásio Santa Bartolomea Capitanio recebeu apenas o público feminino. O corpo docente da instituição era formado pelas irmãs e por leigos. De acordo com o Regimento Interno de 1963, o Ginásio era mantido pela Associação Cultural “Nossa Senhora Menina”. No artigo 3º prevê que o referido

¹⁸ No período de 1961-1965, o estabelecimento de ensino tinha como Coordenadora a Irmã Maria Rosa Coran e Diretora a Irmã Anna Maria Maltese. Nos anos de 1966 -1970, a coordenadora ainda continuava a Irmã Maria Rosa Coran e a Diretora foi substituída pela Irmã Bernadete Coelho.

estabelecimento de ensino funcionaria em regime de externato para o sexo feminino em turno diurno. O artigo 4º do referido Regimento diz respeito à Organização Administrativa e apresentava a seguinte forma: Direção, Secretaria, Tesouraria, auxiliares de administração, corpo Docente, Orientação Educacional, Corpo Discente, Das Penalidades, Da Vida Escolar, Da Escrituração e Arquivo, Das Disposições Transitórias. Dentro da Organização Administrativa, observamos as competências e deveres do Corpo Docente que correspondia ao capítulo VII.

Do Corpo Docente

Art. 18º - São deveres dos professores:

- a) Reger classe de conformidade com a distribuição feita pela diretora no horário estabelecido;
 - b) Zelar pela disciplina geral do estabelecimento em cooperação com a diretora e particularmente pela disciplina/de sua classe;
 - c) Cumprir o programa estabelecido, na conformidade das instruções oficiais vigentes;
 - d) Verificar a presença das alunas e marcar-lhes as faltas no diário de classe;
 - e) Registrar no mesmo diário de classe, a matéria lecionada;
 - f) Devolver à secretaria, dentro de (8) oito dias a contar da data de sua realização, as provas mensais, de sua disciplina, devidamente corrigidas e julgadas, consoante instruções oficiais vigorantes na ocasião;
 - g) Tomar parte nos trabalhos de exames e outros de sua competência para que for designado;
 - h) Impedir a entrada e saída de alunas, depois de iniciada a chamada, ou antes do fim da aula, a não ser por motivo considerado justo; extracurriculares que concordaram para completar a educação das alunas;
 - i) Escolher os livros didáticos a serem adotados para o ensino, dando prévio conhecimento à direção da escolha feita, que não poderá ser modificada no decorrer do ano letivo;
 - j) Propor, por escrito, à diretora, a aquisição de livros para a biblioteca e de tudo que seja necessário à eficiência de seu trabalho didático;
 - l) Zelar cuidadosamente pela educação moral e cívica de suas alunas; [...]
- (Regimento Interno do Ginásio Santa Bartolomea Capitania, 1963)

Os professores leigos trabalhavam o currículo comum e as religiosas da congregação Nossa Senhora Menina, tinham como atividade as artes domésticas e trabalhavam também como professoras do Ensino Infantil. No que concerne a atuação das religiosas no colégio, as mesmas ministravam aulas de diversas disciplinas nos primeiros anos de sua fundação. A Irmã Etel Maria Pereira da Costa menciona que:

As irmãs, tanto na direção como em outros serviços sempre estão muito próximos dos alunos e atendem sempre ao público que a elas se achega. Já houve tempo, principalmente no início, que as irmãs assumiam mesmo as aulas das várias matérias, inclusive as aulas de religião. Depois, com o crescimento do número de alunos precisou-se contratar outros profissionais (Entrevista concedida em 05/11/2024, Macapá-AP).

Outro capítulo importante que atentamos, compete ao capítulo VIII acerca da Orientação Educacional, que tratava diretamente dos aspectos disciplinares e educacionais das alunas:

Da Orientação Educacional

- a) Organizar o fichário das alunas do estabelecimento;
- b) Pesquisar as causas de insucesso das alunas nos estudos anotando os dados que puder colher, em visita domiciliar às famílias, em atendimentos com os professores [...];
- c) Levar às alunas a conhecer as profissões e a compreender
- d) Auxiliar as alunas na consecução de seus objetivos educacionais;
- e) Levar às alunas a conhecer as oportunidades educacionais da cidade, do Território e do país;
- f) Cooperar com os professores, no sentido de boa execução dos trabalhos escolares e com a diretora na sua orientação administrativa;
- g) Zelar, para que os estudo, recreação e o descanso das alunas decorram em condições da maior conveniência pedagógica;
- h) Organizar atividades extracurriculares que concorram para completar a educação das alunas; [...]

(Regimento Interno do Ginásio Santa Bartolomea Capitanio, 1963)

No Regimento Interno de 1963, percebemos que os capítulos aqui apresentados trazem informações referentes às normas e condutas das alunas matriculadas no estabelecimento de ensino. O capítulo IX do referido Regimento é dedicado ao Corpo Discente do Ginásio Santa Bartolomea Capitanio, nele, percebemos os deveres que todas as alunas precisavam cumprir, para que tivessem êxito durante o ano letivo:

Do Corpo Discente

Art. 21º - o Corpo Discente é constituído de todas as alunas regularmente matriculadas no estabelecimento.

- a) Acatar a autoridade da diretora, os professores, funcionários do estabelecimento e tratá-los com urbanidade e respeito;
 - b) Tratar com urbanidade as colegas;
 - c) Apresentar-se decentemente trajada e com asseio;
 - d) Apresentar-se às aulas e sessões de educação física, devidamente uniformizadas;
 - e) Ser assídua e pontual nos trabalhos escolares;
 - f) Ocupar, em classe, o lugar que lhe for designado, ficando responsável pela respectiva carteira;
 - g) Possuir material escolar exigido, conservando-o em perfeita ordem;
 - h) Levantar-se em classe à entrada e à saída do professor, da diretora, de autoridades do ensino ou de visitantes;
 - i) Comparecer às comemorações cívicas;
 - j) Colaborar com a direção do estabelecimento na conservação do prédio, do mobiliário escolar e de todo o material de uso coletivo;
 - k) Indenizar os prejuízos, quando produzir dano material ao estabelecimento e a objetos de propriedade de colegas e de funcionários;
 - l) Devolver, no devido tempo, os livros que retirar da biblioteca para consulta;
- Art. 22º - Às alunas é expressamente proibido:
- a) Entrar em classe ou dela sair, sem permissão do professor;

- b) Ausentar-se do estabelecimento sem a anuência da diretora;
- c) Ocupar-se, durante as aulas, com qualquer outro trabalho estranho às mesmas;
- d) Promover, sem autorização da diretora, coletas e subscrições dentro do estabelecimento, ou fora dele, usando o nome da instituição;
- e) Formar grupos ou promover algazaras, distúrbios nos corredores e pátios, bem como as imediações do estabelecimento, durante o período de aula e no seu início ou término;
- f) Permanecer no estabelecimento fora das horas de trabalho escolar;
- g) Trazer consigo livros, impressos, gravuras ou escritos considerados imorais, bem como quaisquer outros objetos perigosos;
- h) Praticar, dentro ou fora de estabelecimento, ato ofensivo à moral e aos bons costumes.

(Regimento Interno do Ginásio Santa Bartolomea Capitanio, 1963).

O Ginásio Santa Bartolomea Capitanio, fundado pela congregação Irmãs Nossa Senhora Menina, constituiu-se um colégio privado. As alunas matriculadas pagavam as mensalidades para estudarem na instituição. Nas documentações consultadas nos arquivos do próprio colégio, mostram os capítulos do Regimento Interno do ano de 1968 que trata das regras, das condições de pagamento e as penalidades impostas às alunas.

Capítulo X

Das penalidades

[..]

Art. 27º - Pela inobservância de seus deveres, são as alunas passíveis das seguintes penalidades:

- a) Admoestação e repreensão em aula, pelo professor;
- b) Expulsão da sala de aula, pelo professor, que neste caso fará imediata comunicação à direção do estabelecimento;
- c) Repreensão reservada, oral ou escrita, pela diretora;
- d) Suspensão;
- e) Suspensão com perda de prova ou cancelamento de matrícula, ficando à disposição da aluna os documentos de transferência;

*único – A pena de suspensão, aplicada pela direção será graduada em função da falta cometida e não isenta da obrigatoriedade de apresentação de trabalho escolar previamente determinado para ser executado pela aluna que sofreu a medida disciplinar, em correspondência ao tempo de duração de pena.

Art. 28º - À direção do estabelecimento reserva-se o direito de não renovar a matrícula da aluna que for manifestamente incorrigível, colocando os documentos de transferência a sua disposição ou de seu responsável, quando se tratar de aluna menor.

(Regimento Interno do Ginásio Santa Bartolomea Capitanio, 1968, p. 5).

No capítulo X do referido Regimento Interno, observamos que as penalidades impostas às alunas diziam respeito tanto à vida escolar, quanto a sua conduta no estabelecimento de ensino. Haja vista que mesmo sendo um colégio privado, as alunas não estavam isentas das sanções punitivas da instituição. Em relação ao pagamento das mensalidades pelas alunas,

constava no Regimento que:

Capítulo XIII

Da Escrituração e Arquivo

Art. 56º - Constituirão o arquivo do estabelecimento:

- a) A documentação relativa às alunas;
 - b) Os livros e modelos oficiais exigidos pela legislação em vigor;
 - c) O documentário referente ao movimento econômico e financeiro do estabelecimento;
- *Único – Integram igualmente o arquivo, como elementos auxiliares de escrituração;
- a) Protocolo de entrega e devolução de provas mensais;
 - b) Pontos para professores e auxiliares;
 - c) Diários de classe;
 - d) Caderneta da tesouraria para recibo de pagamento das contribuições das alunas;
 - e) Fichas de tesourarias para lançamentos de contribuições das alunas;
 - f) Livro de registros de penas disciplinares impostas às alunas.
- (Regimento Interno do ginásio Santa Bartolomea Capitanio, 1968, p.10).

É importante destacar também os capítulos acima, que tratam tanto das penalidades, como das contribuições das alunas, sendo esta última uma das questões levantadas nesta pesquisa, que se tratava do público-alvo que era atendido pelo colégio. Giovanni Romelli em entrevista ressalta que:

A freguesia aqui sempre foi a classe mais abastada. Houve um tempo em que a SEED (Secretaria de Educação e Desporto do Amapá), pagava os professores, mas mandava aqui x alunos da escola pública, mas não durou muito tempo. Sempre foi uma escola particular, a mais antiga de Macapá e o público-alvo foi sempre a classe média alta (Entrevista concedida em Macapá, 2024).

No bojo dessa discussão, é essencial levantar uma questão apontada pelo entrevistado: A de que a Santa Bartolomea Capitanio criou uma escola para os pobres. Se olharmos para a história da congregação e sua filosofia, o objetivo da ordem religiosa era oferecer um trabalho de caridade e devoção aos mais necessitados. Todavia, segundo Romelli, a própria congregação precisou parar, discutir e decidir o público que seria atendido pela instituição, bem como a manutenção do colégio. Então decidiram que a escola não seria filantrópica e sim privada e seu público-alvo seria a classe mais abastada da sociedade. Acerca dessa questão a Irmã Etel complementa que:

Nos primeiros anos a mensalidade era bem barata porque a finalidade era atender também os pobres. Com o passar do tempo, a cidade foi crescendo, as exigências foram se acirrando e, portanto, a mensalidade teve que ir se adaptando ao novo público (Entrevista concedida em 5.11.2024, São Paulo).

No Regimento Interno de 1966, em relação ao Currículo a ser desenvolvido na instituição de ensino, este estava organizado de acordo com a filosofia da Escola. Além do currículo comum, também eram desenvolvidas as disciplinas complementares e as disciplinas indicadas para o estabelecimento e estavam organizados da seguinte forma:

Art. 51º - Para efeito de adaptação de currículo incluir-se-á na série, a disciplina necessária a atingir o total de matérias exigidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Art. 52º - O currículo será constituído das disciplinas abaixo, com a seguinte seriação:

Disciplinas Obrigatórias

Português

Matemática

História

Geografia

Iniciação às Ciências

Ciências Físicas e Biológicas

Disciplinas Complementares

Inglês

Organização Soc. E Pol. Do Brasil

Disciplinas Indicadas para o Estabelecimento

Desenho

Higiene

Art. 53º - Haverá em todas as séries as seguintes Práticas Educativas:

- a) Educação Moral, Cívica e Religiosa;
- b) Canto Orfeônico;
- c) Artes Femininas
- d) Educação Física

Art. 54º - Haverá Educação Física obrigatoriamente para as alunas menores de 18 anos.

Art. 55º - O Colégio ministrará ainda educação religiosa de acordo com a convicção de cada aluna.

(Regimento Interno do Ginásio Santa Bartolomea Capitanio, 1968, p. 9).

No ano de 1968, o currículo desenvolvido no Ginásio Santa Bartolomea Capitanio estava alinhado a Política Educacional vigente no Brasil. O momento político que o Brasil estava vivenciado era a Ditadura Civil-Militar, neste período ocorreram algumas reformas educacionais, principalmente no currículo escolar. De acordo com Almeida (2016) os currículos escolares das áreas de Humanas sofreram fortes intervenções. Segundo a autora:

Os conteúdos de História, Geografia, Filosofia e Sociologia foram diluídos e agrupados de forma genérica na disciplina de Estudos Sociais, retirando delas o seu caráter crítico e reflexivo, que deveria promover a autonomia de pensamento e a busca pela transformação. Foram instituídas as disciplinas de Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política do Brasil (OSPB) para os 1º e 2º graus, reforçando na educação o caráter tradicional já existente e estabelecendo uma visão política ufanista que visava a preservação da segurança do Estado e a manutenção dos sentimentos patrióticos (Almeida, 2016, p. 3).

Figura 8- O Ginásio Santa Bartolomea Capitanio forma suas primeiras classes mistas de alunos



Fonte: Arquivo Santa Bartolmea Capitanio, 1972.

Em 1972, o Ginásio Santa Bartolomea Capitanio forma as suas primeiras turmas mistas como podemos perceber na figura 8. As primeiras etapas de ensino que passaram a receber o público masculino foram o Jardim de Infância e o Pré-Primário. Nesse sentido, verificamos que a instituição diversifica seu público e altera sua proposta inicial de atender apenas as jovens da

sociedade amapaense.

Quadro 8- Funcionamento do Ginásio Bartolomea Capitanio nos anos de 1972 -1980¹⁹

Ano	Irmãs	Alunos (as)
1972	07	596
1973	06	588
1974	07	545
1975	08	399
1976	07	460
1977	07	527
1978	08	497
1979	08	453
1980	08	366

Fonte: Romelli, Giovanni. *50 anos educando para a vida: uma proposta diferente*. Macapá, 2011, p. 122-123.

Nesse contexto, percebemos que a congregação Nossa Senhora Menina ampliou e diversificou seu público-alvo, passando a ingressar na instituição o público masculino. As

¹⁹ No período de 1971-1975, a Coordenadora ainda continuava a Irmã Rosa Coran e a Diretora: Irmã Bernadette Coelho. No ano de 1972 o estabelecimento de ensino formou a primeira turma mista, no Jardim de Infância e Pré-primário. A administração do Ginásio nos anos de 1975-1980, sofreu alteração, a Coordenadora passou a ser a Irmã Bernadette Coelho (1976) e a Irmã Lucia Melo (1977-1980) e a Diretora: Irmã Bernadette Coelho.

A partir da década de 80, além das atividades educacionais, as Irmãs da Comunidade Santa Bartolomea Capitanio, continuaram inseridas nos trabalhos de pastoral Paroquial nas seguintes atividades:

- Catequese de crianças e adolescentes
- Pastoral da Juventude
- Preparação para o Batismo, Crisma
- Preparação de catequistas
- Grupo de Liturgia
- Desobrigas – animação pastoral no interior do Território
- Animação na Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)

primeiras turmas mistas foram do Jardim de Infância e Pré-Primário. A partir de 1970, muitas mudanças ocorreram no Ginásio Santa Bartolomea Capitanio, tanto na parte pedagógica quanto na estrutura física do colégio. Segundo Romelli (2011) algumas transformações ocorreram nesse período como:

1971 – Reconhecimento definitivo do Colégio: 01.03.1971 – ato Nº 04/71 Ministério da Educação e Cultura.

30.12.171 – Ofício Nº 939/1971 – GAB (concedendo a área do terreno em que está localizado o Colégio).

1972– É implementada na Escola a Associação de Pais e Mestres.

1976 – Teve início a construção da nova residência das Irmãs.

1977 – Foi extinto o Curso Ginasial. A escola passa a dar maior ênfase ao Ensino de 1º Grau com a implantação da Lei 5.692/71 (Romelli, 2011, p. 122-123).

Diante do exposto, constatarmos que o Ginásio Santa Bartolomea Capitanio vai ampliando seu espaço com a implantação de novas turmas e se adaptando a política educacional vigente no período. Romelli (2011) ressalta que:

A 10/03/1975 foi implantado o Ensino de 1º Grau pela Lei 5.692/71 aos alunos de 1ª a 4ª Série (antigo Curso Primário). Em 15 de março de 1976, aconteceu a implantação do Ensino de 1º Grau para os alunos da 5ª Série. Com a extinção do Curso Ginasial de 1º Grau, já implantado pela a Escola pôde dar mais ênfase ao Ensino de 1º Grau, [...], o qual foi sendo feito de modo gradativo, chegando a funcionar até a 7ª Série. Em 1979, foram extintas a 5ª, 6ª e 7ª séries na instituição devido à baixa procura por vaga (Romelli, 2011, p. 112).

O quadro 9, abaixo, demonstra o Ensino Secundário no Território Federal do Amapá e suas as principais instituições de ensino pública e privada que ofertavam os referidos cursos. Nesse sentido, percebemos como se apresentava o Ginásio Santa Bartolomea Capitanio no ano de 1968, em relação ao número de alunas, professores e curso ofertado em relação as instituições de ensino do governo no Território do Amapá.

Quadro 9- Matrícula inicial pelos principais estabelecimentos e segundo o número de cursos e o sexo dos professores e alunos em 31.04.1968 no Ensino Médio²⁰

²⁰ No documento consultado aparecem outros estabelecimentos de ensino que ofertavam à população o Ensino Médio Normal e técnico como: Conservatório Amapaense de Música, Ginásio Municipal de Santana, Ginásio Normal Rural de Amapá e Ginásio Normal Rural de Oiapoque. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO AMAPÁ. Governo do território Federal do Amapá. Serviço de Geografia e Estatística – Macapá – Nº. XVII, 1968, p. 128.

Estabelecimentos e Cursos	Nº de Cursos	Professores	Professoras	Nº alunos	Nº alunas	Total
Colégio Amapaense						
Ginasial	1	24	7	157	479	1007
Ginasial Diversificado	1	7	3	528	119	276
Soma	2	26	10	685	598	1283
Instituto de Educação do Território F. do Amapá						
Ginasial	1	26	27	443	1163	1606
Ginasial Normal	1	-	-	4	144	148
Curso de Formação de Professores Primários	1	-	-	26	254	280
	3	26	27	473	1561	2034
Soma						
Colégio de Comercial do Amapá						
Ginásio de Comércio	1	14	7	268	30	298

Colegial Técnico em Contabilidade	1	-	-	113	32	145
Colegial Técnico em Administração	1	-	-	78	5	83
Soma	3	14	7	459	67	526
Ginásio de Macapá						
Ginásio Orientado para o Trabalho	1	56	18	980	-	980
Soma	1	56	18	980	-	980
Ginásio Feminino de Macapá						
Ginasial	1	3	12	-	269	269
Soma	1	3	12	-	269	269
Ginásio Santa Bartolomea Capitanio						
Ginasial	1	4	5	-	160	160
Soma	1	4	5	-	160	160

Fonte: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO AMAPÁ. Governo do território Federal do Amapá. Serviço de Geografia e Estatística – Macapá – N°. XVII, 1968, p. 128.

De acordo com o quadro 9, podemos perceber a dinâmica das matrículas de acordo com

o sexo e os estabelecimentos de ensino que ofertavam o Ensino Médio em 1968. O documento mostra os principais estabelecimentos que ofertavam o ensino público nas escolas do governo e privado no Ginásio Santa Bartolomea Capitanio. Os cursos ofertados contemplavam o ensino regular, chamado de colegial diversificado e os cursos com preparação para o mercado de trabalho. Dessa forma, fica evidente que a educação no Amapá estava em conformidade com a Política Educacional brasileira. Conforme observamos o referido quadro, percebemos que o Ginásio Santa Bartolomea Capitanio e o Ginásio feminino de Macapá eram os únicos que tinham como público, o gênero feminino.

Figura 9- No ano de 1980 passou a denominar-se Escola de 1º Grau Santa Bartolomea Capitanio



Fonte: Arquivo Colégio Santa Bartolomea Capitanio, 1980.

A figura 9 mostra uma cena das atividades pedagógicas do cotidiano no colégio, na década de 1980. A Irmã Bernadette Coelho, que aparece na imagem, foi diretora por quase 30 anos da instituição (1966-1995). Foi durante sua gestão que aconteceram muitas transformações estruturais no prédio, bem como adaptações no currículo escolar, que sofreu adaptações de acordo com os momentos políticos vivenciados pela sociedade amapaense. Em na sua administração também que ocorreu a mudança na nomenclatura do estabelecimento de ensino.

No alvorecer dos anos de 1980, O Ginásio Santa Bartolomea Capitanio tem seu nome mudado para Escola de 1º Grau Santa Bartolomea Capitanio. Por meio de um ofício enviado pela instituição à Secretaria de Educação e Cultura do Amapá (SEEC), com intuito de requerer junto ao Conselho de Educação o seu reconhecimento através da Câmara de Ensino de 1º Grau. O documento emitido ao órgão governamental descrevia a trajetória do Colégio desde a sua idealização, fundação e funcionamento. Dessa forma, as Irmãs Nossa Senhora Menina consolidavam sua atuação na área educacional com a fundação de uma Escola Católica privada e de ensino confessional no Território Federal do Amapá.

Na década de 1980 a Escola passa por mais mudanças na sua infraestrutura, com a reforma do prédio que antes era de madeira passou a ser de alvenaria com intuito de oferecer um espaço mais confortável aos estudantes. Sobre isso, Romelli (2011) enfatiza que:

[...] uma nova vitória a Escola alcançou: foi a sua reconstrução toda em alvenaria, oferecendo bem-estar ao educando e proporcionando-lhe um ambiente adequado e agradável para sua aprendizagem. Foi custeada pela Congregação das Irmãs de Caridade das santas Bartolomea e Vicenza Gerosa, desde 1980 e concluída em 30/09/1986, com exceção do Bloco B (antiga Pré-Escola), o qual recebeu ajuda financeira por parte do Dr. Marcello Cândia, apóstolo leigo no Amapá, falecido em 1983 (Romelli, 2011, p. 112-113).

Figura 10- Prédio da Pré-Escola construído por Marcello Cândia e entregue à Congregação Nossa Senhora Menina



Fonte: Arquivo do Colégio Saata Bartolomea Capitanio, 1980.

A ampliação do prédio do colégio, possibilitou às religiosas a diversificação dos cursos ofertados ao público. A figura 10 mostra que Marcello Cândia foi um dos colaboradores no projeto educacional da congregação no Amapá, aos poucos a instituição foi sendo ampliada e construída toda em alvenaria. Giovanni Romelli argumenta em entrevista sobre o apoio do missionário leigo Marcello Cândia:

A princípio era um prédio só de tábuas, aos poucos melhorou. Eu não acompanhei a construção. Quando cheguei aqui, estudei português no colégio com as freiras. Onde hoje é infantil era a casa das irmãs, prédio de madeira. Depois começou a construção em alvenaria, e foi o Marcello Cândia, o mesmo que fez o Hospital Escola São Camilo e São Luis e construiu o Carmelo. E o governo não ajudava financeiramente (Entrevista concedida em 29/06/2024, Macapá-AP).

Na gestão da Irmã Bernadette Coelho, observamos, ainda, que em 1982, foi criado o Centro Cívico Escolar; em 1983, foi desenvolvido com os pais um projeto de Catequese Familiar; em 1984, as irmãs da Escola Santina Rioli, são integradas à comunidade das Irmãs santa Bartolomea Capitanio, mas continuam a prestar serviços na referida escola (Romelli, 2011, p. 124-125).

Indubitavelmente, a década de 1980 representou para as Irmãs Nossa Senhora Menina, um grande avanço nas atividades do colégio. Foram perceptíveis as transformações estruturais e as conquistas que alicerçaram seu projeto educacional no Amapá com a fundação do Colégio Católico. Essa consolidação veio por meio do reconhecimento da instituição junto ao Departamento de Ensino de 1º Grau do Amapá, aprovado em 15 de dezembro de 1988. Assim, o ofício do referido estabelecimento de ensino emitido ao Conselho de Educação, recebeu o seguinte parecer deste órgão governamental:

Em razão do cumprimento por parte da Escola de 1º Grau “Santa Bartolomea Capitanio”, dos dispositivos constantes na Resolução nº 14/88-CETAE, pela própria preocupação que sempre demonstrou ao longo de sua existência em manter-se atenta ao cumprimento da legislação educacional vigente no país e às normas baixadas por esse colegiado, opinamos favoravelmente pelo seu reconhecimento junto a esse conselho (Conselho de Educação, Parecer Nº 58/88 – CTE; Processo Nº 60/88 – CTE, p. 07, 1988).

O parecer favorável ao reconhecimento da Escola de 1º Grau Santa Bartolomea Capitanio consolidou definitivamente a instituição na rede de ensino privado no então Estado do Amapá. Nesse sentido, compreendemos que as religiosas não só se estabeleceram na região, mas criaram um vínculo permanente para a congregação com a construção de um colégio católico. O intuito era atender, no primeiro momento, as jovens da sociedade amapaense, o que

posteriormente foi ampliado em sua prática educacional ao público masculino, através de uma educação à luz do evangelho e dos ensinamentos da Igreja Católica, seguindo as linhas educacionais da congregação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considero que esta dissertação de mestrado é importante para a História da Amazônia, em especial do Amapá, pois dá conta da trajetória da Congregação Religiosa Irmãs da Caridade das Santas Bartolomea Capitanio e Vicenza Gerosa, conhecida popularmente como “Irmãs Nossa Senhora Menina”, as quais se destacaram no campo religioso e educacional no então Território Federal do Amapá. Elas encontram-se atuando na área da pastoral e educacional amapaense até os dias de hoje. Assim, ao investigarmos a atuação dessa ordem religiosa no Amapá, os documentos consultados e as entrevistas realizadas, revelaram-nos que a história das religiosas nessa região iniciou com fortalecimento da aliança entre Igreja Católica e o governo de Janary Nunes.

Ao analisar a documentação utilizada na pesquisa, tivemos o cuidado com os discursos contidos nas fontes, nesse momento, o olhar criterioso do pesquisador é essencial para aproveitar e coletar o máximo de informações dos documentos. Nesse sentido, percebemos como a instituição religiosa se utilizava de jornais e periódicos como instrumentos de informações para inculcar valores morais e cristãos e comportamentos que a sociedade amapaense deveria apreender. Com a criação do Território Federal do Amapá as congregações religiosas masculinas e femininas tiveram um papel relevante como aliados do governo ocupando e desenvolvendo atividades em órgãos públicos. Constatamos durante as pesquisas nos arquivos impressos da Igreja Católica, quanto aqueles pertencentes ao governo, como jornais da época, que as participações dos agentes eclesiásticos contribuíram principalmente no campo educacional.

Com o advento da República no Brasil, as ordens religiosas assumiram um papel relevante dentro da política educacional no país. No Brasil do final do século XIX e século XX, congregações masculinas e femininas assumiram a direção de várias instituições de ensino pertencentes ao governo no intuito de pôr em prática o projeto governamental dentro dos moldes civilizador pensado para os Estados e Territórios Federais, em especial na Amazônia. No Amapá, essa prática ficou evidente com a construção da Escola Doméstica, uma obra do governo, que estava alinhado ao projeto modernizador do presidente Vargas. Foi entregue às

Irmãs Nossa Senhora Menina a gestão deste estabelecimento de ensino, demonstrando, dessa forma, a participação e a influência da Igreja Católica nas ações do Estado no período.

Nesse cenário, percebemos que o campo educacional foi um espaço ocupado pelas ações da Igreja em virtude da negligência do estado, principalmente na primeira metade do século XX, com o pouco investimento na escolarização da população amapaense. A mobilização da Igreja está para além do campo religioso, seus agentes contribuíram para o fortalecimento e prestígio dessa instituição religiosa junto a sociedade amapaense, oferecendo uma educação assentada nos valores morais e cristãos. A partir de 1948 os missionários do PIME chegam ao Amapá com o objetivo de reestruturar a Igreja Católica e revitalizar a evangelização na região. Aristides Piróvano torna-se um dos padres do PIME mais atuantes e de grande prestígio no Território Federal do Amapá e um grande colaborador no governo de Janary Nunes.

Nessa perspectiva, a história da Congregação Nossa Senhora Menina no Amapá está diretamente ligada com a atuação e a consolidação dos padres do PIME na reestruturação da Igreja Católica no Território. O objetivo dos sacerdotes na região foi organizar a cristianização de acordo com o movimento de romanização da Igreja Católica, abarcando principalmente os campos religioso e educacional através de suas ações de caráter civilizatório, visando transformar “os caboclos”, que estavam tomados por crendices e não estavam em conformidade com as doutrinas da Igreja.

As Irmãs Nossa Senhora Menina chegaram ao Amapá durante o importante processo de urbanização da capital do território, Macapá. Nesse contexto, as religiosas iniciam sua história na região a convite de Dom Aristides Piróvano para assumirem uma Escola do governo que tinha como objetivo instruir as jovens da sociedade macapaense: a “Escola Doméstica”. Essa movimentação reforçou ainda mais a parceria entre Igreja Católica e governo. Aos poucos, a congregação foi se organizando em comunidades e atuando em outros campos como o da saúde. Todavia, foi no campo educacional que as religiosas se consolidaram no Amapá, com a fundação de um colégio católico.

Portanto, a pesquisa nos revelou que a partir da segunda metade do século XX, a Congregação das Irmãs da Caridade das Santas Bartolomea Capitanio e Vicenza Gerosa chegaram ao Amapá e através de sua experiência em dirigir colégios católicos e não católicos, contribuíram com a instrução de jovens mulheres amapaenses através de um currículo voltado para práticas domésticas. À medida que as religiosas foram se estabelecendo e se familiarizando com o idioma, o campo de atuação aumentou e foi solicitado pelo governo mais religiosas para trabalharem em outros setores como o hospital do governo. Os arquivos consultados dão conta

da importante participação das irmãs em eventos religiosos e governamentais, que, de certa forma, demonstra o grande prestígio que foram conquistando ao longo de sua atuação no Território Federal do Amapá. Como podemos observar nos registros do *Livro do Tombo*:

Organizada pelo Governo do Território Federal do Amapá, no XXIV aniversário da fundação do Território foi celebrada uma Missa comunitária na Igreja Catedral de Macapá. Assistiram à cerimônia litúrgica S. Excia. O governador do Território Gal. Ivanóe Gonçalves Martins e as mais altas autoridades administrativas e judiciárias [...]. Estavam presentes também representações dos Colégios Feminino de Macapá e Bartolomea Capitania[...]. A missa foi celebrada pelo Bispo – Prelado de Macapá, Dom José Maritano que, na homília, fez belas considerações sobre a necessidade de dedicar todos os esforços para o progresso do Território (*Livro do Tombo*, 1968, p.00676, vol.03).

A Amazônia, em especial o Amapá, foi o lugar escolhido pelas Irmãs Nossa Senhora Menina para alicerçarem sua atuação no campo da Educação, especialidade dessa congregação, com a idealização e fundação de um colégio, que a princípio sua proposta de ensino era voltado para o mercado de trabalho e destinado ao público feminino. Quando as religiosas fundam o colégio, estão pensando em um currículo para além das habilidades domésticas, pois o objetivo inicial era preparar mulheres para atuarem como professoras do ensino primário. Ao longo de seu funcionamento, o público se diversificou, assim como as modalidades de ensino. As religiosas estiveram sempre à frente do estabelecimento desde da sua fundação até os dias atuais. Atualmente a instituição chama-se Colégio Santa Bartolomea Capitania e é dirigido, pela primeira vez, por um gestor do sexo masculino, Giovanni Romelli, a vice é a Irmã Ana Amélia.

Expectamos que, a temática desenvolvida neste estudo, suscite novas pesquisas que revelem atuações de outras congregações femininas, ainda pouco conhecidas na história da educação na Amazônia. Haja vista que no percurso da pesquisa, verificamos nos documentos consultados, a presença de outras congregações femininas que estiveram no Território Federal do Amapá, desenvolvendo além da evangelização, outras atividades de caráter social em projetos de promoção humana organizados pela Igreja Católica. Dessa forma, novos estudos com interesse na referida temática, possa investigar e trazer a luz movimentos eclesiais no campo da educacional e contribuir com a historiografia da Educação na Amazônia, mas sobretudo no Amapá.

FONTES

ENTREVISTAS

COSTA, Etel Maria Pereira da. *Entrevista cedida a Carla Patricia Dias Rocha em 05 de novembro de 2024*, São Paulo. Via WhatsApp (entrevista semi-estruturada).

SANTOS, Maria José Aires dos. *Entrevista cedida a Carla Patricia Dias Rocha em 29 de julho de 2024*, Macapá-AP (Com gravação em arquivo MP3).

ROMELLI, Giovani. *Entrevista cedida a Carla Patricia Dias Rocha em 13 de junho de 2024*, Macapá-AP (Com gravação em arquivo MP3).

Artigos de Jornais

O GOVERNO do Território e a gestão de Janary Gentil Nunes. *Amapá*, n. 40, 1945.

EDUCAÇÃO no Território Federal do Amapá. *Amapá*, n. 109, 1947.

ATIVIDADES EDUCACIONAIS e as Escola Paroquiais. *A Voz Católica*, 1960, p.4.

A CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL São Camilo E São Luís. *A Voz Católica*, 1966, p.2

RELIGIOSAS ITALIANAS NO AMAPÁ, chegada das irmãs Nossa Senhora Menina. *A Voz Católica*, 1973, p.109.

Livro de Tombo

PRELAZIA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ, *Livro do Tombo* vol.1 (1949-1958). Macapá-AP, 1979.

PRELAZIA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ, *Livro do Tombo* vol.2 (1959-1965). Macapá-AP, 1980

PRELAZIA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ, *Livro do Tombo* vol.3 (1966-1973). Macapá-AP, 1981.

PRELAZIA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ, *Livro do Tombo* vol.3 (1974-1979). Macapá-AP, 1982.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Aritana Lima de. As Políticas Educacionais brasileiras durante o Regime Civil-Militar: O autoritarismo e a Educação nas décadas de 1960 – 1970. *VIII Encontro Estadual de História*. ANPUH – BA, Feira de Santana: 2016.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO AMAPÁ. Governo do território Federal do Amapá. Serviço de Geografia e Estatística – Macapá – Nº. XVII, 1968.
- ARAÚJO, Renata Malcher de. *As Cidades da Amazônia no Século XVIII*: Belém, Macapá e Mazagão. 2. ed. FAUP publicações, 1998.
- BARROS. José D'Assunção. Sobre o uso dos jornais como fonte histórica – uma síntese metodológica. *Revista Portuguesa de História* - t. LII, p. 421-443, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.14195/0870-4147_52_18>. Acesso em: 7 dez. 2023.
- BESEN, José Artulino. História da Igreja: da idade apostólica aos nossos tempos. Editora: Mundo e Missão. São Paulo, 2012.
- BOUDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bredand, 1989.
- BUBANI, Angelo. *Diocese de Macapá – Brasil*: Bispos, Paróquias, Sacerdotes, Religiosos, Religiosas, Igrejas e Capelas. 2. ed. Macapá, 1985.
- BUBANI, Angelo. *Pistas para a história da Evangelização no Território do Amapá*. Prelazia de Macapá, Macapá, 1980.
- CAGNASSO. Franco. América do Sul: Brasil Norte. PIME – Pontifício Instituto das Missões. *Memorial da Missão 150 anos (1850-2000)*. São Paulo: Editora: Mundo e Missão, s/d.
- COELHO, M. C. De cabloco a brasileiro: Estado e nacionalidade no Território Federal do Amapá. *Saeculum*, [S. L.], n. 10, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/11292>>. Acesso em: 7 dez. 2023.
- CUNHA SILVA, Tayana Helena. *Práticas educativas das Congregações Filhas de Sant'Ana Irmãs de Santa Dorotéia na formação de mulheres em Belém do Pará (1906-1927)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020. 176f.
- CUNHA, Tayana Helena Silva; ALVES, Laura Maria Silva Araújo. Entre Lar e Igreja: E educação de mulheres e as Congregações religiosas na Amazônia paraense (1900-1927). *Rev. Diálogo Educ.*, Curitiba, v. 20, n.67, p. 1609-1638, out/dez. 2020.
- CUNHA, Welison Couto da. Fronteira da fé: o Pontifício das Missões Estrangeiras, de Milão ao Amapá (1926-1965). *IX Semana de História: o Ensino e a Pesquisa de História no Amapá: Perspectivas e Desafios*. Macapá, AP, S/D.

CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão. A presença negra no Amapá: discursos, tensões e racismo. *Identidade! São Leopoldo* v. 21, n.1, p.65-79, jan.-jun., 2016. ISSN2178-437X. disponível em: <<http://periodicos.est.edu.br/identidade>>. Acesso em 14 out. 2024.

DIAS, Ana Olga da Silva. *A organização da Educação no Território Federal do Amapá: Do “ideal” ao real, do liberal ao conservador (1943-1958)*. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Uberlândia. Minas Gerais, 2014.

DONEGANA, Costanzo. *Um bispo para todos: Dom Ângelo Ramazzoti*. Editora: Mundo e Missão. 1º Edição: São Paulo – 2014.

ESTEVES, Natália Cabral dos Santos. Conquistas Femininas durante o governo Vargas. XIX Encontro de História da Anpuh-Rio. *História do futuro: Ensino, Pesquisa e Divulgação Científica*. 21-25/ setembro/2020.

FERREIRA, Idelson Maciel. *Do altar à escola: a atuação da Igreja Católica no campo educacional amapaense (1903-1956)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2022.

FERREIRA, Maria Liege Freitas. Estado Novo e ocupação da Amazônia: uma abordagem geopolítica. *Raízes*, ano XVIII, n. 20, nov. 1999. p. 33-40.

FREITAS, Sônia Maria de. *História Oral: possibilidades e procedimentos*. 2. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006. p. 80.

GALLIAN, Dante Marcelo C. A memória do exílio. Reflexões sobre interpretações de documentos orais. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (org.). *(Re)introduzindo a História Oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996.

GHEDDO, Piero. O PIME uma proposta para a Missão. Tradução: Euclides Carneiro da Silva. Edições Loyola. São Paulo, 1989.

GUEDDO, Piero. *Marcello Cândia: O Empresário dos pobres*. 2. ed. Florianópolis: Editora Atta, 2000.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia Galli. Documento e História. In: PINSKI, Carla Bassanezzi; LUCA, Tânia Regina de. (org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

KULESZAR, Wojciech Andrzej. A institucionalização da Escola Normal no Brasil (1870-1910). *R. bras. Est. pedag.*, Brasília, v. 79, n. 193, p. 63-71, set./dez. 1998.

LOBATO, Sidney da Silva. *A cidade dos trabalhadores: Insegurança, Estrutural e Táticas de Sobrevivência e Macapá (1944-1964)*. 1. ed. Belém/PA: Paka-Tatu, 2019.

_____. *Educação na Fronteira da Modernização: a política educacional no Amapá (1944-1956)*. Belém: Paka-Tatu, 2009.

_____. Educação e desenvolvimento: inflexões na política educacional amapaense (1944-2002). *Revista Brasileira de Educação*, v. 23 e230069, 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-24782018230069>.

_____. Experiências de exclusão urbana no cotidiano macapaense (1944-1964). *SAECULUM – Revista de história* [32]; João Pessoa, jan./jun. 2015.

_____. Federalização da Fronteira: A criação e o primeiro governo do Amapá (1930-1956). *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 7, n. 1, jan. – jun., 2014a.

_____. Santos e Sacramentos no cotidiano dos trabalhadores de Macapá (1948-1964). *Revista Tempo/ Vol. 21n. 38/ Artigo*. DOI: 10.1590/TEM-1980-542X2015v213812, aprovado para publicação em 04 de abril de 2014b.

LUNA, Verônica Xavier. *Escravos em Macapá: Africanos Redesenhando a Vila De São José de Macapá – 1840-1856*. João pessoa-PB: Editora Sal da Terra, 2011.

MARTINS, Angela Maria Souza. Breves reflexões sobre as primeiras escolas normais no contexto educacional brasileiro, no século XIX. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, v. 9, n. 35, p. 173-182, 2012. DOI: 10.20396/rho.v9i35.8639621. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/artcle/view/8639621>>. Acesso em: 16 set. 2024.

MOURA, Carlos André de. Religião e educação - Os projetos dos jesuítas portugueses em tempos de exílio no Brasil (1910-1938). *Pro – Posições, Campinas, SP. V. 30/ e20170171/2019*. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1980-6248-2017-0171>>. Acesso em: 16 set. 2024.

MOURA, Pe. Laércio Dias de. *A educação católica no Brasil*. 2ª edição. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 2000.

NEGRI. Teodoro. Dom Aristides: Uma aventura humana e missionária. Editora: Mundo e Missão. São Paulo, S/D: Introdução à missiologia.

NETO. José Maria Bezerra. As luzes da instrução: o Asylo de Santo Antônio em Belém do Pará (1870-1912). In: ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth (org.). *A Escrita da História Paraense*. Belém: NAEA/UFPA, 1998.

O PONTEIRO. *Boletim da Diocese de Macapá*: mar./ abr., n. 67, 1997.

_____. *50 anos do PIME no Brasil* – Boletim da Diocese de Macapá: mar./ abr. 1996.

OLIVEIRA, Tatiana Pantoja; FERREIRA, Norma-Iracema de Barros: A educação feminina na fronteira da Amazônia: Escolas para as mulheres no Ex-Território Federal do Amapá (1949-1964), *Inter-Ação. Goiânia*, v.42, n.3, p.710-725, set./dez., 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5216/ia.v.42i3.48965>>. Acesso em 22 de set. 2024.

PANAZZOLO, João. *Missão para todos* Introdução à missiologia. São Paulo: Paulus, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. – 2. Ed. – Belo Horizonte: Autentica, 2004.

PORTELLI, Alessandro. História Oral e Poder. *Mnemosine*, v. 6, n. 2, 2010. Artigos, p. 2-13.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Território do Amapá: Perfil Histórico*. Rio de Janeiro, Brasil: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

REIS, Marcos Vinícius Freitas; MACIEL, Barbosa Kerllyo; PEREIRA, Marco Paulo Torres. Ladrões de Marabaixo em Macapá: Identidade, memória e religiosidade na Amazônia amapaense. *Revista Caminhos*, Goiânia, v. 19, p. 11-28, 2021.

ROMELLI, Giovanni. *50 anos educando para a vida: uma proposta diferente*. Macapá, 2011.

SAMPAIO, João de Deus Santos de; NERY, Vitor Sousa Cunha. História dos Grupos Escolares do Amapá na primeira metade do século XX. In: ESTÁCIO, Marcos André Ferreira; NICIDA, Lúcia Regina de Azevedo (Org.). *História e Educação na Amazônia* – Manaus: EDUA; UEA Edições, 2016.

SANTOS, F. R. *História do Amapá: da autonomia territorial ao fim do Janarismo (1943-1970)*. Macapá: Editora Gráfica O DIA S.A., 1998.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra; Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SILVA JUNIOR, Orleno Marques et al. *Atlas Geográfico Escolar do Estado do Amapá* – Macapá: GERCO/IEPA; UNIFAP, 2022.

SILVA, M. L. D. “*O Território Imaginado*”: Amapá, de Território à autonomia política (1943-1988). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2017. 371f.

SILVA, Samara Mendes Araújo. *A constituição das escolas confessionais católicas femininas no Piauí no século: XX: Os Colégios das Irmãs*. Ano I, Vol. I, Num. I (2013).

SOUZA, Marcio. *História da Amazônia: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI*. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

TOSTES, José A.; WEISER, Alice A. Macapá: a cidades modernista do período janarista de 1944 a 1955. *Revista Amazônia Moderna*, Palmas, v. 1, n. 2, p. 34-53, out./mar. 2018.

TOURTIER-BONAZZI, Chantal de. Arquivos: propostas metodológicas. In: FERREIRA, Marieta de Moraes.; AMADO, Janaína. (org.). *Usos e abusos da História Oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 223-236.

VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski. A história cultural e as fontes de pesquisas. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, v15, n. 61, p. 367-378, 2015. DOI: 10.20396/rho.v1561.8640533. Disponível em: <<https://periódicos.sbu.unicamp.br/inde.php/histedbr/article/view/8940533>>. Acesso em: 7 de out. 2024.

ANEXOS

ANEXO I – ROTEIRO DE ENTREVISTA

ENTREVISTA –I

I – Dados de Identificação

1 – Nome:

2- Data e local da entrevista:

II- Entrevista

“Suore Della Carità: Atuação da Congregação Religiosa Feminina Nossa Senhora Menina no Amapá e o Colégio Santa Bartolomea Capitanio (1961-1980) ”

- 1- Qual o seu nome?
- 2- Quando o senhor (a) chegou ao amapá? Qual o motivo da sua chegada? Veio para trabalhar no colégio?
- 3- Há quanto tempo o senhor (a) trabalha ou trabalhou no colégio? Quando iniciou suas atividades no Bartolomea?
- 4- Qual a sua função/cargo na escola?
- 5- Por que a congregação religiosa fundou o colégio no Amapá? Além do Santa Bartolomea em Macapá, existem outros colégios no Brasil fundado pelas irmãs Nossa senhora Menina?
- 6- O senhor (a) acompanhou a construção do colégio? Quais eram as maiores dificuldades das irmãs? O governo ajudava com recursos financeiros ou material?
- 7- Como era o prédio do colégio quando o senhor (a) começou a trabalhar aqui?
- 8- Nessa época qual era o público alvo do estabelecimento?
- 9- Na sua opinião, a fundação do colégio pelas irmãs foi importante para a educação local?
- 10- O colégio sempre foi dirigido pelas religiosas? Atualmente o colégio ainda tem como entidade mantenedora a Associação Cultural Nossa Senhora menina? Como se dar a nomeação da Diretora do Colégio?
- 11- Gostaria que você me descrevesse como era o cotidiano das irmãs com as alunas?
- 12- Qual era a condição socioeconômica das alunas? O colégio era privado ou público?
- 13- Depois que a obra ficou pronta, o governo interferia no funcionamento do colégio?
- 14- Qual a principal filosofia do colégio?
- 15- Qual a relação entre o externato e o colégio?
- 16- Por que os arquivos do colégio foram transferidos para o externato?
- 17- (a) considera que esse procedimento de certa forma prejudicou a pesquisa sobre a história da instituição?
- 18- O primeiro ano letivo do Colégio Santa Bartolomea Capitanio ou melhor Ginásio Santa Bartolomea foi em 1960 nas dependências da escola Doméstica. Como ocorreu as atividades escolares nesse ano?
- 19- Existem documentos que comprovem esse período escolar na antiga Escola Domestica, como arquivos, relatórios, fotos, documento escolar etc.?

ANEXO II- ENTREVISTA

Roteiro de Entrevista Semi estruturada

I – Dados de Identificação

1 – Nome:

2- Data e local da entrevista:

II- Entrevista

“Suore Della Carità: Atuação da Congregação Religiosa Feminina Nossa Senhora Menina no Amapá e o Colégio Santa Bartolomea Capitanio (1961-1980) ”

- 1- Qual o seu nome?
- 2- Quando o senhor (a) chegou ao amapá? Qual o motivo da sua chegada? Veio para trabalhar no colégio?
- 3- Há quanto tempo o senhor trabalha no colégio? Quando iniciou suas atividades no Bartolomea?
- 4- Qual a sua função/cargo na escola?
- 5- O colégio sempre existiu nesse mesmo lugar? Quem cedeu esse terreno para a construção do prédio?
- 6- O senhor (a) acompanhou a construção do colégio? Qual era as maiores dificuldades das irmãs? O governo ajudava com recursos financeiros ou material?
- 7- Como era o prédio do colégio quando o senhor (a) começou a trabalhar aqui?
- 8- Nessa época qual era o público alvo do estabelecimento?
- 9- Na sua opinião, a fundação do colégio pelas irmãs foi importante para a educação local?
- 10- O colégio sempre foi dirigido pelas religiosas?
- 11- Gostaria que você me descrevesse como era o cotidiano das irmãs com as alunas?
- 12- Qual era a condição socioeconômica das alunas? O colégio era privado ou público?
- 13- Depois que a obra ficou pronta, o governo interferia no funcionamento do colégio?
- 14- Qual a principal filosofia do colégio? Você concorda?
- 15- Qual a relação entre o externato e o colégio?
- 16- Por que os arquivos do colégio foram transferidos para o externato? O senhor considera que esse procedimento de certa forma prejudicou a pesquisa sobre a história da instituição?
- 17- No início qual curso passou a ser oferecido ao público? Por quê?